

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, AMBIENTAIS E BIOLÓGICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E
SEGURANÇA SOCIAL
MESTRADO PROFISSIONAL**

**A ELABORAÇÃO PARTICIPATIVA DE UM PROGRAMA
MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA CRUZ DAS
ALMAS-BA**

Tamires Pereira Passos da Cunha dos Santos

**CRUZ DAS ALMAS-BAHIA
2022**

A ELABORAÇÃO PARTICIPATIVA DE UM PROGRAMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA CRUZ DAS ALMAS-BA

Tamires Pereira Passos da Cunha dos Santos
Licenciatura em Biologia
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2016

Dissertação apresentada ao Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social.

Orientador: Prof. Dr. Renato de Almeida

**CRUZ DAS ALMAS-BAHIA
2022**

FICHA CATALOGRÁFICA

S237e	<p>Santos, Tamires Pereira Passos da Cunha dos.</p> <p>A elaboração participativa de um programa municipal de educação ambiental para Cruz das Almas-BA / Tamires Pereira Passos da Cunha dos Santos._ Cruz das Almas, BA, 2022. 141f.; il.</p> <p>Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas, Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social.</p> <p>Orientador: Prof. Dr. Renato de Almeida.</p> <p>1.Educação ambiental – Políticas públicas. 2.Educação ambiental – Educação de base – Análise. I.Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas. II.Título.</p> <p>CDD: 363.7007</p>
-------	--

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, AMBIENTAIS E BIOLÓGICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E
SEGURANÇA SOCIAL
MESTRADO PROFISSIONAL**

**A ELABORAÇÃO PARTICIPATIVA DE UM PROGRAMA
MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA CRUZ DAS
ALMAS-BA**

Comissão Examinadora da Defesa de Dissertação de Mestrado de
Tamires Pereira Passos da Cunha dos Santos

Aprovada em 18 de Março de 2022

Prof. Dr. Renato de Almeida
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Orientador

Prof. Dr. Jesus Manuel Delgado Mendez
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Examinador Interno

Zanna Maria Rodrigues de Matos
Universidade Estadual de Feira de Santana
Examinador Externo

AGRADECIMENTOS

De todo coração, sou grata a todos que fizeram parte da minha caminhada. Foram muitos desafios, renúncias e conquistas, mas hoje vejo o meu sonho sendo realizado. Olho minha trajetória e percebo o quanto a educação ambiental me encanta com sua magnitude e suavidade. Esse foi um grande presente que a vida me deu e agradeço a Deus por essa oportunidade.

Agradeço a minha família, em especial a minha Mãe Maria pelo amor, dedicação e confiança, quero sempre poder contar com seu apoio. Aos meus irmãos Everton, Laysa e Eduarda por dividirem a minha história. Obrigado por despertarem em mim a vontade de querer mais e nunca desistir.

Um agradecimento especial ao meu orientador Renato de Almeida, por abraçar este projeto com grande compreensão e ensinamentos, dando suporte para a realização do estudo. O seu conhecimento foi de fundamental importância para a concretização deste produto.

Agradeço ao grupo de trabalho do projeto Comunidade e Meio Ambiente, composto pelas amigas Thaís, Marcela e a Mikealy, com a coordenação do Prof. Renato, esse grupo foi o ponto de sustentação e aprendizado das discussões sobre a educação ambiental.

Agradeço a UFRB e ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social que me proporcionaram a oportunidade de crescimento tanto no âmbito profissional quanto pessoal.

E aos atores da pesquisa por aceitarem o convite de participar da construção de programa municipal de EA e por possibilitar-me momentos de aprendizado e reflexão.

Agradeço ao meu companheiro Cosme e a minha filha Isadora por estar sempre ao meu lado. Obrigada pela presença constante e a certeza absoluta em favor do meu sucesso.

Todos vocês foram imprescindíveis, muito obrigada!

Finalizo com a certeza de que o futuro dependerá só daquilo que tenho construído presente!

EPIGRAFE

“O objetivo da educação é o conhecimento, não de fatos, mas de valores.”

William Ralph Inge

A ELABORAÇÃO PARTICIPATIVA DE UM PROGRAMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA CRUZ DAS ALMAS-BA

RESUMO: A educação ambiental (EA) possui papel fundamental no processo de ressignificação da relação entre o ser humano e o meio ambiente. E dessa maneira a política nacional de educação ambiental propõe o fortalecimento da EA a partir de uma perspectiva dialógica que possibilite condições para a formação de sujeitos críticos e conscientes de seu papel social em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal. A política estadual de educação ambiental orienta os municípios a elaborarem instrumentos normativos para o desenvolvimento integrado de ações de EA. Assim, essa pesquisa teve como objetivo elaborar de modo participativo o programa municipal de educação ambiental para o município de Cruz das Almas-BA. Na fundamentação teórica abordou-se a trajetória e consolidação da EA, as políticas públicas e os processos participativos. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, em que foi empregada a modalidade de pesquisa-ação e para tratamento dos dados utilizou-se o método de análise de conteúdo. Para alcance do objetivo proposto foi realizado um mapeamento das normativas municipais sobre a EA, bem como as ações de educação ambiental realizadas no município. Também foram investigadas as demandas e os problemas socioambientais existentes. Foi apresentada a proposta de elaboração do Programa de Educação Ambiental aos Conselhos Municipais de Meio Ambiente; de Educação; e de Saúde, além das respectivas secretarias municipais e um representante da Câmara Municipal. Posteriormente foram realizados 7 Fóruns envolvendo 11 comunidades rurais, nesses encontros foram utilizadas metodologias participativas de grupo que permitiram a construção de um diagnóstico dos problemas socioambientais, bem como as possíveis soluções. A pandemia COVID19 impossibilitou a realização de fóruns similares previstos na zona urbana. Por esse motivo, foi realizado o compartilhamento de um formulário eletrônico para colher aspectos da percepção dos moradores frente aos principais problemas ambientais na zona urbana. Além disso, foi realizado um processo formativo em EA aos professores da educação básica em formato virtual. O curso contribui na qualificação docentes acerca da temática EA, incluindo estratégias e metas que diretamente contribuiriam à composição do programa. Essa experiência, permitiu a construção do Programa Municipal de Educação Ambiental de Cruz das Almas-BA com valorização da participação da população do município. Portanto, este trabalho ofereceu elementos que podem viabilizar a implementação de políticas e programas de EA no município, além de contribuir na construção de conhecimentos que possibilitam o desenvolvimento e análise de políticas públicas de educação ambiental bem como de gestões públicas participativas relacionadas à temática no Brasil.

Palavras chave: Educação ambiental; Políticas públicas; Processos participativos.

THE PARTICIPATORY DEVELOPMENT OF A MUNICIPAL ENVIRONMENTAL EDUCATION PROGRAM FOR CRUZ DAS ALMAS-BA

ABSTRACT: Environmental education (EE) has a fundamental role in the process of resignifying the relationship between human beings and the environment. Therefore, the national environmental education policy proposes the strengthening of EE from a dialogic perspective that allows conditions for the formation of critical individuals aware of their social role at all levels and modalities of the educational process, in a formal and non-formal character. The state environmental education policy guides municipalities to develop normative instruments for the integrated development of EE actions. Thus, this research aimed to develop, in a participatory way, the municipal environmental education program for the municipality of Cruz das Almas-BA. The theoretical foundation addresses the trajectory and consolidation of EE, multicentric public policies, participatory public policy process and policy cycle. This is a qualitative research, in which the action research modality was used and for data treatment, the content analysis method was used. In order to reach the intended goal, a mapping of municipal regulations on EE was carried out, as well as of the environmental education actions carried out in the municipality. Existing socio-environmental demands and problems were also investigated. The proposal for the elaboration of the Environmental Education Program was presented to the Municipal Environmental Councils; of Education; and Health, in addition to the respective municipal secretariats and a representative of the City Council. Thereafter, 7 Forums were held, covering 11 rural communities, using participatory group methodologies that allowed the construction of diagnoses of socio-environmental problems and possible local solutions. The COVID-19 pandemic made it impossible to hold similar forums planned in the urban area. For this reason, an electronic form was shared to collect aspects of the residents' perception of the main environmental problems in the urban area. In addition, a training process in EE was carried out for basic education teachers in a virtual format. The course contributes to the qualification of teachers on the EE subject, including strategies and goals that directly contributed to the composition of the program. This experience allowed the construction of the Municipal Environmental Education Program of Cruz das Almas-BA with appreciation of the participation of the population of the municipality. Therefore, this work offered elements that can enable the implementation of environmental education policies and programs in the municipality, in addition to contributing to the construction of knowledge that allows the development and analysis of public policies on environmental education as well as participatory public management related to the subject in Brazil.

Keywords: Environmental education; Public policies; Participatory processes.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CIEA	Comissão Intersectorial de Educação Ambiental
CIMEA	Comissão Interinstitucional Municipal de Educação Ambiental
COMMAM	Conselho Municipal de Meio Ambiente
DCNEA	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental
EA	Educação Ambiental
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LEEMAR	Laboratório de Estudos em Educação e Meio Ambiente do Recôncavo
ONU	Organização das Nações Unidas
PEA-BA	Programa de Educação Ambiental do Estado da Bahia
PEEA-BA	Política de Educação Ambiental do Estado da Bahia
PMEA	Política Municipal de Educação Ambiental
PNEA	Política Nacional de Educação Ambiental
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PNMA	Política Nacional de Meio Ambiente
ProEASE	Programa de Educação Ambiental do Sistema Educacional da Bahia
ProNEA	Programa Nacional de Educação Ambiental
ProMEA	Programa Municipal de Educação Ambiental
SEMA	Secretaria Estadual do Meio Ambiente
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UNESCO	Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura das Nações Unidas
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Localização do município de Cruz das Almas no Estado da Bahia.....	31
Figura 2 - Divulgação dos Fóruns na rádio local.....	35
Figura 3 - Cartazes de divulgação dos Fóruns Comunidade e Meio Ambiente.....	36
Figura 4 - Fóruns Comunidade e Meio Ambiente com os moradores das comunidades em Cruz das Almas.....	36
Figura 5 - Atividades desenvolvidas durante os fóruns.....	38
Figura 6 - Atividades realizadas nos fóruns com as crianças presentes	38
Figura 7 - Apresentação da proposta a Secretaria de Educação.....	42
Figura 8 - Aula sobre os fundamentos históricos da EA.....	46
Figura 9 - Aula sobre as práticas pedagógicas em EA.....	47
Figura 10 - Aula sobre as políticas de EA no estado da Bahia	48
Figura 11 - Discussão do diagnóstico da realidade socioambiental do município....	49
Figura 12 - Discussão do diagnóstico da realidade socioambiental do município....	49
Figura 13 - Cartazes de divulgação da audiência pública.....	52

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Temáticas abordadas nos fóruns.....	37
Quadro 2 - Principais problemas socioambientais do município apontados pelos moradores da zona urbana de Cruz das Almas.....	40
Quadro 3 - Apresentação dos conteúdos compartilhados durante o momento formativo (curso em formato virtual).....	42
Quadro 4 - Estratégias sugeridas pelos Docentes para o Programa Municipal de Educação Ambiental.....	50
Quadro 5 - Diagnóstico Socioambiental do município de Cruz das Almas-BA a partir da percepção dos problemas e demandas socioambientais locais resultantes dos fóruns participativos realizados entre Nov./2019 e Mar./2020.....	86

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
2. TRAJETÓRIA E CONSOLIDAÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	16
3. CONSIDERAÇÕES EM RELAÇÃO A DEFINIÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS MULTICÊNTRICAS, ESTRUTURANTES E DO CONTIDIANO...22	
4. CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	25
5. PROGRAMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	27
6. METODOLOGIA.....	29
6.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.....	31
7. O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PROGRAMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	34
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
REFERENCIAS.....	54
APÊNDICE A: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DA POPULAÇÃO.....	58
APÊNDICE B: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DO PROFESSOR.....	60
APÊNDICE C: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DO FORMULÁRIO ON LINE.....	62
APÊNDICE D: FORMULÁRIO ONLINE COMPARTILHADO COM OS MORADORES DA ZONA URBANA.....	64
APÊNDICE E: ATAS DOS FÓRUNS REALIZADOS NAS COMUNIDADES RURAIS.....	65
APÊNDICE F: DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL A PARTIR DOS FÓRUNS NAS COMUNIDADES.....	86
APÊNDICE G: PROPOSTA DE PROGRAMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA CRUZ DAS ALMAS.....	90

1. INTRODUÇÃO

A educação ambiental possui papel fundamental no processo de ressignificação da relação entre o ser humano e o meio ambiente, enquanto prática dialógica pode criar condições para a formação de sujeitos críticos e conscientes de seu papel social para a construção democrática e o diálogo das políticas públicas. Dessa maneira, constitui-se como uma possibilidade de transformação do quadro vigente, um importante instrumento mobilizador no processo educativo, político e participativo de transformação da realidade vivenciada (CARVALHO, 2001).

No contexto histórico a EA surgiu como um novo campo do saber que busca o enfrentamento aos problemas ambientais emergentes, o desenvolvimento de uma visão de mundo contra-hegemônico, e a reconstrução da relação entre educação, sociedade e meio ambiente. Em meio a um cenário tensionado por projetos sociais antagônicos, destaca-se a existência de três vertentes no âmbito da EA: a conservacionista, a pragmática e a crítica.

Na macrotendência conservacionista está implícita a ideia de que a solução dos problemas socioambientais dependeria, basicamente, da transformação individual dos sujeitos. A macrotendência pragmática é caracterizada pela dominância da lógica do mercado sobre as outras esferas sociais, a ideologia do consumo e a revolução tecnológica como última fronteira do progresso. Essa vertente representa uma derivação da macrotendência conservacionista, a partir da adaptação ao novo contexto social, econômico e tecnológico. Essas vertentes apresentam em comum a omissão dos processos de desigualdade e injustiça social.

Na macrotendência crítica, são incluídas as correntes da EA popular, emancipatória e transformadora, nesta corrente destaca-se a revisão crítica dos fundamentos que proporcionam a dominação do ser humano e dos mecanismos de acumulação do Capital, buscando o enfrentamento político das desigualdades e da injustiça socioambiental (LAYRARGUES E LIMA, 2014). Nessa vertente a EA busca constituir uma sociedade onde os sujeitos agem a partir de um pensamento crítico com vista a transformação da sua realidade.

Quintas (2008), faz uma reflexão acerca da macrotendência crítica, para o autor essa vertente é crítica na medida em que discute e explicita as contradições do atual modelo de civilização, da relação entre a sociedade e a natureza e das relações sociais que ele institui; é transformadora, pois ao discutir o processo civilizatório em

curso, acredita na capacidade da humanidade de construir outro projeto de sociedade e, desse modo, instituir novas relações dos seres humanos entre si e com o meio ambiente; e é emancipatória, por ter como valor fundamental da prática educativa a produção da autonomia dos grupos subalternos, oprimidos e excluídos.

Dessa maneira a educação ambiental possibilita a compreensão de que as problemáticas socioambientais possuem uma causa estrutural, fruto do modo de produção desigual. Nessa lógica a EA, além de sua missão social, expressa-se também com um caráter político na busca por uma transformação da sociedade.

Nesse sentido, faz-se relevante o protagonismo dos atores sociais no processo de tomada de decisão das políticas, pois oportuniza a participação do indivíduo como sujeito da própria história na busca da melhoria na qualidade de vida, equidade e justiça social, tendo como premissa a manutenção das condições essenciais às gerações futuras. Essas ações sócio-políticas podem promover momentos de interlocução e o envolvimento da sociedade no delineamento de políticas públicas municipais.

Embora constata-se na literatura o desenvolvimento de diversas ações de EA tanto pela esfera pública municipal, através da Secretaria Municipal de Educação e da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, quanto por entes não governamentais. Essas ações e projetos são pontuais, e sendo assim a abordagem da educação ambiental no município ainda apresenta grandes lacunas. O município não dispõe de uma lei específica que regulamente a Política Municipal de Educação Ambiental e o respectivo Programa Municipal de Educação Ambiental. Instrumentos legais que estabelecem objetivos, diretrizes e princípios, bem como o processo de ações estruturadoras e interventivas de Educação Ambiental para a cidade. Desta forma é relevante investigar a construção de um programa municipal de educação ambiental a partir do desenvolvimento de processos educativos e participativos.

Diante dessa contextualização, o presente estudo mostra-se oportuno e justificado. Vale esclarecer que essa pesquisa é parte integrante e complementar do projeto de extensão “Comunidade e Meio Ambiente: Proposta de Construção de Políticas Públicas de Educação Ambiental no Município de Cruz das Almas-BA”, estando vinculado ao Laboratório de Estudos em Educação e Meio Ambiente do Recôncavo (LEEMAR/UFRB) e ao Programa de Pós-graduação e Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social (PPGGPPSS/UFRB) e do Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente (MDRMA/ FAMAM), com apoio da

Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente e da Secretaria de Educação do Município de Cruz das Almas-BA. O projeto de extensão objetiva contribuir para a criação do arcabouço legal da educação ambiental no município de Cruz das Almas-BA.

Com base nessa constatação acrescida, a presente pesquisa pretende responder à seguinte questão norteadora: **Como elaborar, de modo participativo, um programa municipal de educação ambiental para o município de Cruz das Almas-BA?**

Para encontrar a resposta do problema de pesquisa, estipulou-se o seguinte objetivo geral: Elaborar de modo participativo o programa municipal de educação ambiental para o município de Cruz das Almas-BA. Como objetivos específicos, aponta-se: 1) Identificar as demandas e os problemas socioambientais existentes no município de Cruz das Almas; 2) Investigar as ações de educação ambiental realizadas no município; 3) Elaborar um processo formativo com professores da educação básica; 4) Estruturar uma proposta de programa municipal de educação ambiental.

Desta forma, a presente pesquisa tenciona mostrar o potencial da Educação Ambiental para uma ação transformadora e política, na qual forma o indivíduo e instrui a comunidade para a cidadania. A elaboração do Programa Municipal de Educação Ambiental buscou em sua essência, e diante das medidas de isolamento social a participação da social em uma construção conjunta em direção à resolução dos problemas socioambientais, dado que, no município observa-se a fragilidade nas ações de Educação Ambiental, sendo assim, o produto desta pesquisa poderá contribuir com a gestão e a sociedade no que se refere a efetivação das políticas públicas de educação ambiental.

O presente estudo coaduna com a perspectiva do Mestrado Profissional de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social (MPPGPPSS) pois é uma pesquisa aplicada e seu objetivo se enquadra com a proposta do curso em relação ao fomento do desenvolvimento de estudos profissionais, normativos, técnicos e pesquisas que possibilitem o aperfeiçoamento dos processos e produtos da gestão de políticas públicas e segurança social (UFRB, 2018).

2. TRAJETÓRIA E CONSOLIDAÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A Educação Ambiental surgiu no final do século XX como alternativa na busca de soluções para a problemática ambiental originada a partir dos processos de degradação acelerados da revolução industrial nos séculos XVIII e XIX. A crise ambiental se tornou evidente nos anos 60 e 70, revelando a irracionalidade ecológica do modelo capitalista de produção e consumo, e marcando os limites do crescimento econômico (LEFF, 2001). Essas décadas se configuraram como um período de protestos em defesa do meio ambiente e incentivo à racionalidade ambiental, em que grupos organizados questionavam o modelo de desenvolvimento econômico vigente, as desigualdades sociais e os comportamentos da sociedade contemporânea.

Nesse cenário, o movimento ambientalista emerge em resposta à crescente deterioração ambiental (LEFF, 2002), empenhando esforços para discutir as questões ambientais em diversos eventos internacionais e na elaboração de documentos pertinentes ao tema, como o relatório - Os Limites do Crescimento - publicado em 1972, pelo Clube de Roma, que definiu modelos globais apoiados nas técnicas pioneiras de análise de sistemas, para prever como seria o futuro se não houvesse modificações ou ajustamentos nos modelos de desenvolvimento econômico (DIAS, 2004).

No mesmo ano, a Organização das Nações Unidas (ONU) realizou a Conferência de Estocolmo, na qual 113 países estiveram presentes e elaboraram um Plano de Ação Mundial a - Declaração sobre o Meio Ambiente Humano -, estabelecendo as diretrizes e os princípios globais para inspirar e orientar a humanidade para a preservação, melhoria e equilíbrio do meio ambiente humano (DIAS, 2004). Dentre os quais, vale ressaltar o princípio 19, que aborda a Educação, sobretudo com relação à formação de condutas de responsabilidade pelos indivíduos, pelas empresas e pelas comunidades no tocante a proteção e a melhoria do meio ambiente.

Com a compreensão de que o ser humano deve preservar e melhorar o meio ambiente para as gerações presentes e futuras, a Conferência de Estocolmo consolidou a inserção da educação ambiental na agenda internacional com uma perspectiva de ação político-pedagógica para a construção de sociedades sustentáveis. À vista disso, nasce a proposta para a criação de um Programa Internacional de Educação Ambiental, que foi elaborado em 1975, pela Organização

para a Educação, a Ciência e a Cultura das Nações Unidas (UNESCO) e com a colaboração do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) destinado a promover a reflexão, a ação e a cooperação internacional nesta área (DIAS, 2004).

Na Geórgia, em 1977, na capital Tbilisi, foi realizada a I Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, organizado através de uma parceria entre a UNESCO e o PNUMA. A Conferência de Tbilisi configurou-se como o marco inicial do Programa Internacional de Educação Ambiental, sendo de fundamental importância na definição de objetivos, princípios, recomendações e estratégias para a promoção da EA. Esta conferência é apontada como o marco mais importante da evolução da Educação Ambiental (SORRENTINO, 2005).

Esses eventos produziram documentos relevantes constituindo-se como parâmetros para que os países, os dirigentes governamentais, os setores produtivos e a sociedade civil consolidassem seus compromissos, acordos, pactos e legislações sobre as responsabilidades educativas na resolução dos problemas ambientais. Portanto iniciou-se a legitimação de instrumentos legais, como leis, portarias, secretarias, comissões e projetos.

No contexto brasileiro, o processo de institucionalização da educação ambiental teve início em 1973, sob grande influência dessas conferências ambientais internacionais, que resultou na criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), órgão responsável pelo meio ambiente em âmbito nacional. Entretanto sua atuação foi bastante limitada, não conseguindo suscitar a EA no país (DIAS, 2004).

Posteriormente, a temática ambiental foi contemplada com a Lei nº 9.938, que instituiu a Política Nacional de Meio Ambiente. Foi a partir desta, que as ações ambientais se tornaram mais governamentais criando o Sistema Nacional de Meio Ambiente. Na referida política a educação ambiental é apresentada como um dos princípios fundamentais à efetivação de políticas ambientais, devendo estar presente em “[...] todos os níveis de ensino, inclusive na educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente” (BRASIL, 1981, p. 2).

Em 1987, a UNESCO realizou o Congresso Internacional de Educação e Formação Ambiental, em Moscou, quando foi elaborado o documento “Estratégia Internacional de Ação em Matéria de Educação e Formação Ambiental para o decênio de 90”, que reafirmava os princípios expostos em Tbilisi, inclusive em relação a

priorização de investimentos para treinar e qualificar pessoas nas áreas formais e não formais da educação ambiental.

Ainda na mesma década, contribuindo com a legitimação da educação ambiental no país a Constituição Federal do Brasil no artigo 225 reconhece a obrigação do poder público e da coletividade para a preservação do meio ambiente e delega ao Poder Público a obrigação de promover a EA em todos os níveis de ensino, bem como a conscientização pública para a preservação do meio ambiente (BRASIL, 1988). Dessa maneira as práticas educativas de educação ambiental são incluídas como eixos norteadores à questão ambiental no país.

Em 1992, foi realizada no Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), no evento foi proposto a adoção de uma estratégia global como instrumentalização de uma política ambiental, em relação ao ambiente e a um desenvolvimento sustentável. Como desdobramento foi produzida a Agenda 21, que correspondeu a um Plano de Ação para a sustentabilidade humana, reconhecendo a EA como o processo de difusão do desenvolvimento sustentável a ser adotada pelos países visando uma perspectiva para a cooperação internacional (DIAS, 2004). Atualmente a agenda 21 é reconhecida como um documento base para que países, estados, municípios e seus mais diversos recortes territoriais possam elaborar seus planos de ações.

Paralelamente à Conferência ocorreu a Jornada Internacional de Educação Ambiental, na qual foi elaborado o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, sua importante contribuição foi o incentivo a participação da sociedade civil na tomada de decisões e a proposição de diretrizes para a efetivação da educação ambiental nos países signatários.

A partir de então, foram promovidos diversos eventos pautados na discussão sobre o agravamento dos problemas ambientais e suas implicações sobre a vida do planeta como um todo, ressaltando-se: a Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade: Educação e conscientização Pública para a Sustentabilidade, em Tessalônica, Grécia (1997); o 1º Encontro da Rede Brasileira de Educação Ambiental, em 1997; a 1ª Conferência Nacional de Educação Ambiental, que produziu o documento Carta de Brasília; e a Conferência Internacional de Educação Ambiental para um Futuro Sustentável, em Ahmedabad, Índia, (2007), com o posterior estabelecimento da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2015); a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável

(Rio+20) no ano de 2012, Rio de Janeiro que culminou com uma declaração “O futuro que queremos”. Esse documento reafirma todos os princípios da EA que foram construídos no âmbito das conferências realizadas pela ONU.

Todo esse conjunto de ações, paralelo aos compromissos internacionais assumidos na RIO 92, culminaram com a criação da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), promulgada pela Lei nº 9.795 em 1999. Essa é a mais importante lei para a educação ambiental, com princípios que devem ser seguidos em todo o País. Sua definição de Educação Ambiental é apresentada no artigo 1º: “Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.” (BRASIL, 1999, p. 1).

Para a PNEA, a educação ambiental deve estar presente em todos os níveis e modalidades do processo educativo, formal e não-formal por meio de uma prática educativa integrada, contínua e permanente. Assim, a educação ambiental é apresentada como um processo educativo amplo, ao qual todos os cidadãos têm direito. Diante disso, são deveres: do poder público, estabelecer políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental; das instituições educativas, a promoção da educação ambiental de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem; das empresas, entidades de classe, instituições públicas e privadas, a promoção de programas destinados à capacitação dos trabalhadores; da sociedade como um todo, manter atenção permanente à formação de valores, atitudes e habilidades que propiciem a atuação individual e coletiva voltada para a prevenção, a identificação e a solução de problemas ambientais (BRASIL, 1999).

Segundo Sorrentino (2005), a PNEA reitera um progresso que foi historicamente construído acerca dos desafios da EA, como processo dialético de transformação social e cultural. Outro aspecto importante da lei, foi a indicação da responsabilidade coletiva na implementação da EA, além de dispor dos princípios básicos, objetivos e estratégias da EA.

De acordo com Loureiro (2008, p.7) “Após a regulamentação da Lei que define a PNEA, em 2002, [...] A Educação Ambiental assume uma dinâmica intensa em termos político-institucionais e de projetos de formação de amplos setores sociais”, o

que possibilitou a expansão das políticas, dos programas e das ações de EA no território brasileiro.

Além da PNEA foi instituído também o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA). O ProNEA tem como eixo orientador a perspectiva da sustentabilidade ambiental na construção de um país de todos. Suas ações destinam-se a assegurar, no âmbito educativo, a integração equilibrada das múltiplas dimensões da sustentabilidade: ambiental, social, ética, cultural, econômica, espacial e política. Tem por objetivo a promoção de processos de educação ambiental no ensino formal e não-formal voltados aos valores humanistas, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências, que contribuam para a participação cidadã na construção de sociedades sustentáveis. Sua aplicação, execução, monitoramento e avaliação é competência tanto do poder público federal como de todos os segmentos sociais e esferas de governo.

A Resolução CNE/CP nº 02, de 15 de junho de 2012, que estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (DCNEA) configura-se como um importante elemento no âmbito do ensino formal. Esse documento norteador, no seu artigo 2º, legitima a educação ambiental como uma dimensão da educação e como atividade intencional da prática social, que deve imprimir ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos. A DCNEA tem o objetivo de orientar os sistemas de ensino e estimular a reflexão crítica e propositiva da inserção da educação ambiental nos projetos institucionais e pedagógicos das instituições, devendo compor o currículo e ser executada de forma integrada e interdisciplinar, contínua e permanente.

O desenvolvimento da EA no Brasil está diretamente ligado às transições educacionais que ocorreram ao longo dos anos. Sendo assim, compreende-se que a Educação Ambiental é primordialmente uma educação que busca oportunizar o desenvolvimento de processos de transformação social, de mudança na percepção de mundo e nas relações entre a sociedade e o meio ambiente (GOMES, 2014). Nessa perspectiva a EA no âmbito escolar ganhou mais força após a criação das DCNEA. Essas diretrizes são orientações para o pensamento e a ação, e apresentam instruções para o desenvolvimento crítico, integrado e contínuo em relação às questões socioambientais na educação básica (SANTOS, 2015).

Em 2006 é criado o Programa Nacional de Formação de Educadores Ambientais (ProFEA) fundamentado nos princípios da PNEA e do ProNEA, que tem

como objetivo a qualificação das políticas públicas de educação ambiental por meio de processos de formação de educadores ambientais a partir de diferentes contextos. O Programa enfatiza a importância da criação de redes de formação que possam funcionar, por exemplo, de modo autogerido (BRASIL, 2006), instrumentado educadores ambientais para a prática educativa no ensino formal, informal e não formal a partir da realidade local.

Com a institucionalização, a educação ambiental conquistou notoriedade na conjuntura das políticas públicas no país, expandindo-se não somente no âmbito federal, como nas esferas estaduais e municipais. O governo do estado da Bahia instituiu a Lei nº 12.056 em 2011 - Política de Educação Ambiental do Estado da Bahia (PEEA-BA), além do Programa de Educação Ambiental do Estado da Bahia (PEA-BA) e do Programa de Educação Ambiental do Sistema Educacional da Bahia (ProEASE). A elaboração da PEEA se deu a partir de um processo de construção participativa articulado à consultas públicas realizadas em 26 territórios de identidade do estado (hoje são 27 territórios), como estratégia de valorização das culturas, saberes e demandas de diferentes comunidades. Por sua vez, o PEA-BA apresenta eixos estruturantes como a comunicação, a territorialidade e a transversalização; mas também aponta oito áreas temáticas com estratégias de ação para o seu desenvolvimento e o processo de avaliação como uma ferramenta de gestão para a melhoria do programa.

Em relação aos processos de construção participativa de políticas públicas Tassara e Ardans (2006), explicam que para alcançar um diálogo que promova o domínio linguístico sobre as políticas públicas e ocorra uma participação legítima, é necessário estimular uma efetiva expressão dos sujeitos silenciosos, tendo em consideração inclusive a comunicação não verbal (posturas, olhares e gestos). Nesse sentido, é fundamental considerar as particularidades de territorialidade, os aspectos políticos, socioambientais, econômicos e psicossociais, situados em contextos e processos históricos.

Para Hofstatter et al. (2013), é desafiador envolver a sociedade nos processos de tomadas de decisões nas políticas de educação ambiental para a definição de objetivos, conteúdos e formas de enfrentamento das questões socioambientais. Sendo necessário o desenvolvimento de ações voltadas à ampliação, articulação e formação de redes, para garantir a capilaridade nas localidades mais distantes do estado, que favoreça o envolvimento do setor escolar, dos Coletivos Educadores e da

CIEA-BA. Dessa maneira, seria estruturado um tecido social ativo para a educação ambiental, enquanto prática e política pública.

Este conjunto de documentos legitima a educação ambiental em seu aspecto formal e não formal. Portanto, essas normativas são aparatos jurídicos de oficialização e regulamentação das práticas educativas ambientais em território brasileiro. Com base no exposto, na próxima subseção apresentam-se os ciclos de políticas públicas e processos multicêntricos.

3. CONSIDERAÇÕES EM RELAÇÃO A DEFINIÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS MULTICÊNTRICAS, ESTRUTURANTES E DO CONTIDIANO.

No contexto atual os assuntos relacionados à saúde, meio ambiente, educação e sustentabilidade possuem grande relevância para a sociedade porque podem influenciar direta e indiretamente na vida das pessoas e requerem diligência do poder público e da população. Nessa perspectiva, que se inserem as políticas públicas para delinear ações que tratem as demandas dessas e de outras temáticas.

Dentre as discussões para a definição sobre o que são políticas públicas, diversos autores se propõem a colaborar para a delimitação do tema, como: Souza (2007), Frey (2000), Saravia (2006), Secchi (2013), nesse estudo foi utilizado o trabalho de Secchi como embasamento teórico para o tratamento da temática abordada, que foi a construção de um programa municipal de EA adotando processos participativos.

Na concepção de Secchi (2013, p.1): “Políticas públicas tratam do conteúdo concreto e do conteúdo simbólico de decisões políticas, e do processo de construção e atuação dessas decisões”.

Ainda segundo o autor, qualquer definição de política pública é arbitrária, pois não há consenso na literatura especializada quando a definição do que seja política pública. E nesse sentido o autor apresenta três questionamentos basilares para a discussão do tema:

1. Políticas públicas são elaboradas exclusivamente por atores estatais, ou também por atores não estatais?
2. Políticas públicas também se referem à omissão ou à negligência?
3. Apenas diretrizes estruturantes (de nível estratégico) são políticas públicas, ou as diretrizes mais operacionais também podem ser consideradas políticas públicas? (SECCHI, 2013, p.2).

Sobre o primeiro questionamento, são apresentadas duas abordagens: a abordagem estatista ou estadocêntrica e a abordagem multicêntrica ou policêntrica. Na primeira, “a política pública é emanada apenas pelo ator estatal” (SECCHI, 2013, p.3). Saravia (2007, p.31) identifica as significações em dicionários de ciência política: “a política é elaborada ou decidida por autoridade formal legalmente constituída no âmbito da sua competência e é coletivamente vinculante”. Segundo essa perspectiva é exclusividade do Estado as definições de políticas públicas.

Na abordagem multicêntrica, é considerado o protagonismo de organizações privadas, não governamentais e organismos multilaterais na constituição das políticas públicas. Dessa maneira é reconhecida a existência de múltiplos centros de tomada de decisão no processo de elaboração da política. Essa abordagem se relaciona com as teorias da governança pública, da coprodução do bem público e das redes de políticas públicas (SECCHI, 2013).

Em síntese, o que difere as abordagens explicitadas é o protagonismo no processo de tomada de decisão durante a elaboração de uma política pública. Sendo assim, na perspectiva estatista é até admitida a participação de atores não governamentais no processo de implementação, mas não confere a estes a liderança durante o processo de construção da política pública. Já para a vertente multicêntrica admite-se tal prerrogativa a entes não estatais, pois para a mesma, o importante não é quem formula a política, mas sim a busca em resolver um problema público (SECCHI, 2013).

O segundo questionamento apresentado por Secchi, aborda a definição de políticas públicas feita por Dye (1972, p.1) segundo ele, política pública é “tudo aquilo que os governos escolhem fazer ou não fazer”. Para Secchi (2013), não se pode aceitar que situação de omissão ou negligência devam ser consideradas como políticas públicas, mas apenas falta de inserção do problema na agenda formal. E nesse sentido a ausência da política pública para a resolução de uma situação problemática.

No terceiro questionamento é discutido o nível de diretriz da política pública que pode ser estratégica, intermediária e operacional. Alguns teóricos afirmam que apenas as diretrizes estruturantes podem ser apontadas para a análise das políticas públicas. Nessa interpretação os programas, planos e projetos não são considerados como políticas públicas, visto que se referem às diretrizes intermediária e operacionais. Na compreensão de Secchi (2013, p.7) as políticas públicas são tanto as diretrizes

estruturantes (de nível estratégico), como as de nível intermediário e operacional, sendo necessária análise específica dos programas, planos e elementos que contribuam para o entendimento das políticas locais e regionais.

Seguindo na linha pensamento de política pública multicêntrica, Sorrentino (2018), apresenta uma concepção que engloba aspectos da coletividade e da iniciativa da sociedade civil organizada, sendo denominada de política pública estruturante em que é compartilhado o compromisso de construir políticas públicas com as diferentes forças existentes na sociedade. Tais políticas são planejadas e executadas de forma duradoura, geram subsídios para a formulação e implementação de outras políticas, produzem planos e programas permanentes e atuam na criação de instâncias administrativas e operacionais, contribuindo assim para o monitoramento e avaliação (SORRENTINO, 2018, p. 5).

Essas políticas possuem um potencial qualitativo significativo porque são conectadas aos diferentes atores sociais e buscam dialogar com as ações já existente no território. Segundo Marimoto (2014, p.62):

"Política pública estruturante consiste em uma proposta desenvolvidas com a participação da comunidade interessada; visando o fortalecimento da mesma e a continuidade dos processos, devendo ser institucionalizada no sentido de refletir o cumprimento da obrigação do Estado em prover condições que facilitem a efetiva participação da sociedade em processos de tomada de decisão e gestão pública, sem o caráter manipulador ou meramente assistencialista."

Portanto, as políticas públicas devem ser elaboradas em uma ação conjunta entre a gestão pública e a comunidade valorizando as demandas coletivas, com perspectiva inclusiva e capilarizada para contemplar toda a diversidade de moradores do território. Nesse sentido, o processo de construção participativo deve possibilitar a formação de espaços democráticos e fortalecer os já existentes, assim como legitimar os movimentos sociais como entes importantes na atuação crítica no território, convidando-os para os diálogos socioambientais em busca da transição para sociedades sustentáveis (RAYMUNDO et. al., 2018).

No campo da educação ambiental as discussões sobre as políticas públicas demandam a inclusão de uma perspectiva pedagógica, que possibilite a criação de processos formativos com os atores sociais, para que eles atuem crítica e reflexivamente na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas para o desenvolvimento de comunidades sustentáveis.

Para Sorrentino (2018), o delineamento de políticas públicas de educação ambiental de forma participativa, dialógica e estruturante aponta para a política do cotidiano, que reconhece as forças sociais instituintes e contribui no enfrentamento das causas da degradação socioambiental. Revelando-se uma nova vertente das políticas públicas de EA estruturantes e participativas, a política do cotidiano está relacionada a organização social para a participação individual e coletiva nas políticas públicas e aos componentes pedagógicos e subjetivos que motivam a participação dos sujeitos no fazer política cotidianamente.

Explicitado sobre os delineamentos das políticas públicas participativas, na seção seguinte será abordado o ciclo de políticas públicas, sendo caracterizado como de abordagem simples e facilmente interpretativo.

4. CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

O ciclo de políticas públicas configura-se como um conjunto de informações que podem facilitar a interpretação de um determinado tema para a elaboração de uma política. Desse modo, o ciclo de políticas públicas apresenta fases que não devem ser consideradas como etapas sequenciais, ou seja, essas fases podem ser alternadas, simultâneas ou organizadas de diferentes maneiras para contribuir na análise e construção da política proposta, sendo assim o aspecto fundamental é a compreensão das informações que cada fase apresenta.

Secchi (2013) afirma existem diferentes versões para a visualização do ciclo de políticas públicas, e apresenta um modelo com sete fases principais: (1) identificação do problema, (2) formação da agenda, (3) formulação de alternativas, (4) tomada de decisão, (5) implementação, (6) avaliação, (7) extinção.

Neste estudo optou-se pelo reconhecimento de cinco fases para base conceitual e metodológica: (1) identificação dos problemas (mapeamento e diagnóstico), (2) formação da agenda, (3) formulação de alternativas (programa e as ações), (4) implementação das políticas, (5) monitoramento e avaliação das ações.

A definição de um problema (1) se baseia na diferença entre o status atual e a situação ideal possível, além disso, outro fator considerado para a busca de resolução é o grau de prioridade dado a esse problema, que pode ter surgido emergencialmente ou estar presente na sociedade por muito tempo. Secchi (2013, p.45), faz uma reflexão

sobre o trabalho de Sjöblom (1984), que aponta alguns aspectos relacionados ao problema público.

O primeiro aspecto destacado é a percepção do problema público, que possui um conceito intersubjetivo a partir da percepção dos atores relevantes, desse modo uma situação pública se torna insatisfatória no momento que afeta estes atores. O segundo aspecto é a definição ou delimitação do problema em que são definidos os elementos que fazem parte da problemática que será solucionada. O terceiro e último aspectos é a avaliação da possibilidade de solução, que é a identificação de ações para resolução do problema em análise.

A formação da agenda (2) pode ser compreendida como um conjunto de problemas percebidos como relevantes, podendo ser materializada como um programa de governo, um planejamento orçamentário ou estatuto partidário (Secchi, 2013, p. 46). Para o autor existem três tipos de agendas: agenda política ou sistêmica; agenda formal ou institucional; agenda da mídia. A agenda política é configurada como um conjunto de problemas que a comunidade política percebe como merecedor de uma intervenção pública. A agenda formal é aquela composta por problemas que o poder público decidiu enfrentar. A agenda da mídia está relacionada aos problemas que recebem atenção dos meios de comunicação. Nesse caso a um aspecto a ser observado, a mídia possui um grande poder de influência sobre a opinião pública, e muitas vezes a agenda da mídia pode condicionar as demais agendas.

Após a inclusão dos problemas na agenda, é reunido esforços para a combinação de soluções por meio da formulação de alternativas (3), ou seja, a elaboração de programas e projetos para orientar as ações no alcance dos objetivos. Esses objetivos configuram-se como resultado esperado da política pública, podendo ainda serem estabelecidos a partir de parâmetros mais frouxos ou mais específicos, dependendo do grau de conflitos apresentados pela situação problema (SECCHI, 2013).

A fase da implementação da política (4) se caracteriza pela materialização da resolução do problema através do desenvolvimento das ações definidas nos programas. O autor ressalta que o processo de implementação de uma política compreende um agrupamento de elementos políticos, podendo assim não ser executada como o planejado. E nesse sentido a implementação deve ser analisada para a identificação dos seus obstáculos, falhas e a visualização de possíveis erros anteriores. Secchi (2013, p. 58) também cita alguns exemplos de instrumentos de

implementação de política pública: regulamentação, legalização, impostos, subsídios, prestação de serviço público, transferências de renda, campanhas e concursos.

Sobre o modelo de implementação Secchi (2013) apresenta uma definição descrita por Sebatier (1986): o modelo Top-down e o modelo bottom-up. No top-down (de cima para baixo) existe uma separação entre as fases de tomada de decisão e de implementação, com base em uma visão funcionalista e tecnicista de que a política deve ser elaborada na esfera política e a sua implementação é um mero esforço administrativo. No modelo bottom-up é considerado uma maior participação dos burocratas e redes atores na construção e na efetivação da política, assim os sujeitos envolvidos no processo possuem uma atuação mais efetiva para a realização das estratégias e o alcance dos objetivos.

A avaliação (5) de uma política pública pode ser realizada por meio de três modelos: ex ante (antes), in itinere (durante o processo) e ex post (posterior), para que sejam examinados os processos de implementações e o desempenho da política na resolução do problema. Nessa fase, é necessária a definição de critérios específicos que sirvam como parâmetros ao avaliador, para que o julgamento da política pública seja assertivo no que se refere à sua melhoria. Uma ferramenta muito relevante aos implementadores são os estudos diagnósticos que podem contribuir para um comparativo das situações antes, durante e depois da implementação da política para ajustes nos programas. A avaliação conclui o ciclo de políticas públicas e contribui para a identificação de novas situações problemáticas, permitindo assim que seja iniciado outro ciclo no qual a política pública pode ou não tencionar solucioná-las.

5. PROGRAMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O Programa Municipal de Educação Ambiental-ProMEA tem a perspectiva de orientar e fortalecer ações e projetos de educação ambiental no contexto do município com a valorização da diversidade e da riqueza socioambiental. Apresenta os princípios, objetivos e diretrizes em conformidade com a Política Nacional de Educação Ambiental e a Política de Educação Ambiental do Estado da Bahia. De acordo com Baptista (2007) o programa é um documento que detalha a política, diretrizes, metas e estratégias permitindo projeções e informações mais específicas

com relação ao alcance dos objetivos de forma setorial ou regional, estabelecendo assim um quadro de referências dos projetos para cada área temática.

O Programa é um documento aberto, que deve ser reeditado periodicamente e seu processo construtivo fundamentado em princípios participativos, de modo que contemple toda a comunidade local. Esse documento não precisa ser elaborado exclusivamente pela gestão municipal. A sociedade civil organizada, em parcerias com outras instituições de ensino, com os conselhos municipais de meio ambiente e educação além de outros entes não governamentais podem construir um programa, entretanto cabe ao poder público a implementação no município. Para Secchi (2013, p.3) “Estas políticas são chamadas de multicêntricas, políticas que nem sempre terão o governo como ator protagonista”.

As normativas do município apresentam apontamentos importantes para o programa municipal de educação ambiental. A Lei Orgânica Municipal de Cruz das Almas de 1990, sendo então atualizada em novembro de 2002, no artigo 197 afirma que “o município providenciará, com a participação efetiva da população, a preservação, conservação, defesa, recuperação...do meio ambiente natural, artificial ... e assegurar a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente saudável e equilibrado” nesse sentido traz uma perspectiva de desenvolvimento de políticas públicas com a participação da sociedade. Na Lei Complementar nº 005/01 - que instituiu o Código de Meio Ambiente destaca-se o artigo 42, que é dedicado à educação ambiental. Afirma ser “competência integrada da Secretaria de Educação, Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, e Secretaria de Saúde, conforme se tratar de assuntos afetos a uma ou outra, a execução de programas e projetos de educação ambiental”.

Para que o município execute de maneira eficiente a política de educação ambiental é necessário que este tenha no mínimo dois conselhos: o Conselho Municipal de Educação (CME) para execução do ensino formal e o Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMMAM) responsável pelo ensino não formal. De acordo com as diretrizes do ProNEA, para que uma política atinja suas metas, é importante que haja a descentralização espacial e institucional, com a partilha das competências e atribuições entre os atores e instituições, o incentivo ao desenvolvimento de políticas de EA, para além disso, o entendimento de que a gestão pública deve subsidiar o protagonismo da sociedade (FERNANDES; JERÔNIMO, 2013).

Segundo Cavalcanti (1999), existem três parâmetros fundamentais para a regulação ambiental: a educação, a gestão participativa e o diálogo entre os atores sociais. Para tal regulação é necessária a participação ativa nas discussões de políticas públicas por parte dos sujeitos e da coletividade considerando as circunstâncias socioambientais territoriais em que se estabeleça uma sustentabilidade ética e exija do estado (gestão) sua atuação no âmbito da educação ambiental. Nessa perspectiva, Sorrentino et al. (2005, p. 285), afirma que “as políticas públicas de educação ambiental implica uma crescente capacidade do Estado de responder às demandas que surgem do conjunto articulado de instituições atuantes na educação ambiental crítica e emancipatória”.

O desenvolvimento do programa municipal de educação ambiental e de outros processos participativos políticos-educacionais de EA, podem contribuir na constituição de uma sociedade sustentável, a partir do fortalecimento da educação ambiental em relação a sua conceituação, definições e o aumento exponencial das discussões sobre o tema, que podem favorecer a elaboração de políticas públicas de EA no município.

6. METODOLOGIA

Esse estudo tem uma abordagem de natureza qualitativa, empregada na modalidade de pesquisa-ação, a qual, segundo Franco (2005), é um instrumento pedagógico de grande relevância que planeja responder os questionamentos ou resolver problemas que estimulam o querer pesquisar e envolvem os sujeitos da pesquisa. O autor complementa que a pesquisa-ação tem sido utilizada de diferentes maneiras e intencionalidades, transpassando por diversas abordagens metodológicas e adquirindo feições ao refletir sobre a sua essencialidade epistemológica e as possibilidades de melhoria da práxis investigativa. Para tanto Thiollent (1986,p.14), apresenta a seguinte definição para a pesquisa-ação:

“...A pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação da realidade a ser investigada estão envolvidos de modo cooperativo e participativo.”

Essa caracterização coaduna com a pesquisa, uma vez que tem a perspectiva de investigar, dialogar, refletir e modificar a realidade existente, possibilitando a pesquisadora e aos sujeitos da pesquisa a participação ativa no processo de construção do diagnóstico socioambiental e da elaboração do programa de educação ambiental para o município. A escolha pela pesquisa-ação deixa claro o entendimento que a pesquisa e a ação precisam trilhar juntos o caminho para a transformação da realidade conhecida, sendo essencial a sua prática no âmbito da educação ambiental.

Desse modo, seguindo a linha de pensamento de Tripp (2005, p 448) a pesquisa-ação “é participativa na medida em que inclui todos os que, de um modo ou outro, estão envolvidos nela, e é colaborativa em seu modo de trabalhar”, sendo assim, a perspectiva de valorização dos processos participativos fundamentados em uma concepção de política multicêntrica, contribuiu na promoção da participação dos sujeitos no processo de construção do programa municipal de educação ambiental.

Quanto à abordagem apresenta-se como de natureza qualitativa, visto que os processos metodológicos qualitativos possibilitam a análise detalhada da realidade investigada como tentativa de entendimento aprofundado dos significados e características apresentadas pelos sujeitos, como afirmado por Lüdke e André (1986) a pesquisa qualitativa é utilizada para a obtenção de dados descritivos por contato direto e interativo do pesquisador com o ser pesquisado, para que entenda os fenômenos na perspectiva dos participantes e a partir daí situe sua interpretação dos fenômenos investigados.

Desse modo, a pesquisa qualitativa foi necessária para que a pesquisadora pudesse conhecer os passivos, as demandas e os saberes socioambientais locais, como também ter uma melhor compreensão da abordagem da educação ambiental no município de Cruz das Almas, como explicado por Flick (2009), a essência da pesquisa qualitativa, consiste em levantar informações vinculadas às relações sociais e empíricas, isto é, que emergem da vivência cotidiana e da visão de cada sujeito.

Quanto ao tipo da pesquisa é classificada como exploratória. O estudo é exploratório porque visa “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vista a torná-lo mais explícito” (GIL, 2002, p. 41). O autor também explica que esse tipo de pesquisa aprimora as ideias, descobre intuições e possibilita a consideração de diversos aspectos relativos ao fato estudado (GIL, 2002). Com relação ao modo que a pesquisa foi desenvolvida é possível classificá-la com base nas fontes textuais utilizadas no estudo, caracterizando-a como bibliográfica e documental (GIL, 2002).

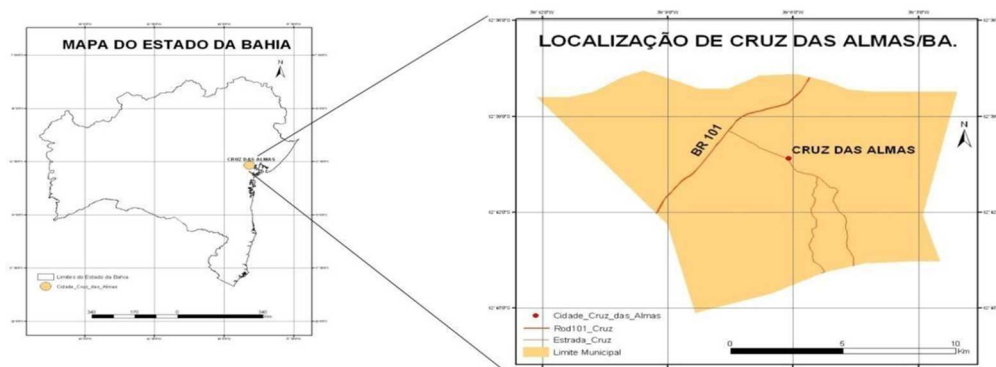
Sendo bibliográfica por usufruir de informações de livros e artigos científicos publicados sobre o contexto histórico da educação ambiental, a institucionalização da educação ambiental, a política pública multicêntrica e os processos participativos nas elaboração das políticas. E documental por recorrer a diversos documentos públicos e privados pertinentes às legislações e diretrizes da educação ambiental na esfera federal, estadual e municipal, os quais possibilitaram a elaboração da fundamentação teórica.

Para a análise dos dados foi utilizado o método de análise de conteúdo proposto por Bardin (2009). Segundo o autor a análise se dá por uso de instrumentos de cunho metodológico em contínuo aperfeiçoamento, podendo ser empregada a discursos (conteúdos) diversificados. A proposta constitui-se de etapas para a realização da análise de conteúdo, organizadas em três fases: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

6.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

O município de Cruz das Almas está situado na região do Recôncavo da Bahia, a 146 km de Salvador, a capital do estado. Sua altitude é de 225m acima do nível do mar, tem as seguintes coordenadas geográficas: Latitude: 12°39' 11" Sul, Longitude: 39° 7' 19" Oeste. A cidade possui área territorial de 139,117 km² e os municípios limítrofes são: Muritiba, São Felipe, São Félix e Sapeaçu. Há 20.193 domicílios recenseados nas áreas urbanas e rurais. Apresenta densidade demográfica de 402,12 hab/km² e a população estimada em 63.923 habitantes (IBGE, 2021).

Figura 1 - Localização do município de Cruz das Almas no Estado da Bahia.



Fonte: Santos e Aguiar (2007).

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é de 4,8. Possui 68 instituições de ensino: 46 escolas municipais, 4 escolas estaduais e 18 escolas privadas. Em 2020, os alunos matriculados no ensino básico, somaram um total de 14.871 estudantes. A rede municipal atende 8.096 crianças da creche ao 9º ano do ensino fundamental; enquanto a rede estadual atende 2.969 estudantes do ensino médio e a rede privada atende 3.806 alunos da creche ao ensino médio (INEP, 2020).

O quadro docente do município é composto por 143 professores atuantes na educação infantil; no ensino fundamental atuam 471 professores e no ensino médio lecionam 161 docentes (INEP, 2020). Além disso, a cidade se destaca nos aspectos educacionais e de pesquisa, sendo conhecida como a cidade universitária, por sediar a UFRB, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), e a Faculdade Batista Brasileira do Recôncavo (FBBR) além de outras instituições.

Quanto aos aspectos culturais, o município é conhecido nacionalmente por promover o São João, data católica associada à celebração da época das colheitas, um dos festejos mais típicos e animados do Nordeste brasileiro. Possui uma diversidade cultural como comida típica, forró e pé de serra, quadrilha e o forró do arraiá da cultura popular que promove a apresentação de bandas musicais. Dentre os espaços culturais se destacam: a Biblioteca Municipal Carmelito Barbosa Alves; a Casa da Cultura Galeno D. Avelino; Antiga Estação de Trem; Antigo Pontilhão Ferroviário; Memorial do Ensino Agrícola Superior da Bahia (MEASB); Palácio do Candeal; Fazenda Campo Limpo-Casa de Memória do Senador Temístocles da Rocha Passos e Manoel Caetano Passos (IT-PMCA, 2020).

O município também apresenta uma intensa atividade comercial, se caracterizando como um polo de comércio no recôncavo baiano, os estabelecimentos estão distribuídos por atividade econômica: o comércio varejista e atacadista, pousadas e hotéis, bares e restaurantes, indústrias e serviços (IT-PMCA, 2020). De outra forma, o perfil agrícola municipal é constituído na sua maioria pela agricultura familiar, com a predominância das plantações de laranja, limão, milho e mandioca. Outras fruteiras são produzidas nas propriedades rurais como banana, abacate, manga, tamarindo, inhame e hortaliças folhosas, além de um forte histórico ligado ao fumo.

O município tem cobertura vegetal, original, de floresta tropical Mata Atlântica, e o seu maior remanescente é o Parque Florestal Mata de Cazuzinha, que possui área de 14.574 hectares, e classificada como Floresta Estacional Decidual. Esse

remanescente guarda atributos originais e diversidade ainda pouco conhecida. Sobreviveu à política de crescimento ao longo da história local, à exploração de madeira, à inserção de lavouras, às queimadas, ao crescimento urbano desordenado, à degradação ambiental e à falta de uma política florestal, atualmente é utilizada como um parque ecológico para receber visitas.

O segundo remanescente florestal do município, é o Parque Ecológico Botânico Geraldo Pinto, na qual a área corresponde a 1.9122 hectares, localizado na EMBRAPA. É classificado como vegetação secundária, e encontra-se em processo de regeneração de sua biodiversidade. Essa mata é considerada como Área de Proteção Permanente (APP) com o intuito de proteger uma nascente, além de ser utilizada como parque ecológico para visitas (NEVES, 2014). Os parques florestais configuram-se como importantes espaços educativos que podem contribuir no aprendizado de conhecimentos empíricos e científicos por meio de atividades que estimulem a observação, o questionamento e a reflexão crítica sobre a realidade, favorecendo o desenvolvimento cognitivo e intelectual do indivíduo, além de promover a sensibilização ambiental e a formação cidadã.

Desse modo, o Parque Florestal Mata da Cazuzinha e o Parque Ecológico Botânico Geraldo Pinto possuem grande relevância científica e educacional, pois possibilitam a construção de novos saberes e conseqüentemente a criação de novos valores que permitam aprimorar o diálogo sobre as relações homem, natureza e sociedade que reverberam para além do período acadêmico. Há sempre uma intencionalidade nos processos de educação ambiental não formal que contribui para a produção do saber na medida em que atua no campo da formação dos indivíduos como cidadãos, aglutinando ideias e saberes através do compartilhamento de experiências e reflexões dos saberes existentes e os novos adquiridos (GOHN, 2014).

Em relação aos recursos hídricos do município, Cruz (2016), em seu estudo mapeou um total de 110 nascentes e verificou que 86% delas estão situadas no meio rural e 14% no meio urbano, apresentando um panorama de intensa degradação do solo com supressão da vegetação natural, ocupação de pastagem e a falta de mata ciliar. Esses fatores impõem processos prejudiciais ao ciclo hidrológico, levando a uma drástica diminuição da infiltração da água no solo para o abastecimento do lençol freático, a erosão do solo e o aporte maior de sedimentos no corpo d'água, provocando a diminuição da vazão e da qualidade da água disponibilizada. Algumas nascentes possuíam vegetação secundária, com a presença de espécies exóticas

como a jaqueira, bananeira, dendê, jurema e mangueira. Embora não seja vegetação nativa, ainda assim oferece uma área de recarga maior e uma capacidade de manutenção da vazão e da qualidade, mais expressiva do que as demais nascentes. Outras nascentes tiveram o recurso hídrico exaurido.

Nas comunidades rurais as nascentes e os pequenos cursos d'água são elementos importantes para a organização social e produtiva, servem como referência na sociabilidade e identidade e na delimitação do território. As nascentes se configuram como importantes referências para o sistema de produção, para consumo animal, irrigação e abastecimento humano, assim, diversas intervenções antrópicas alteram a dinâmica natural desses mananciais. Desse modo, as causas dos problemas ambientais nos corpos d'água estão relacionados a falta de conhecimento sobre o impacto gerado devido ao mau uso do solo por parte dos proprietários das áreas onde se encontram as nascentes, o não cumprimento da legislação referente ao manejo do solo no entorno das nascentes que deveriam ser protegidas como Área de Proteção Permanente (APP) e a falta de planejamento ambiental do município (CRUZ, 2016).

Diante desse contexto e dos desafios político-educativos interligados a educação ambiental no município, o programa de educação ambiental para o desenvolvimento de uma sociedade sustentável se delinea pautado em pressupostos basilares da democracia, da diversidade cultural e biológica, do compartilhamento de saberes, da justiça, da responsabilidade e dos direitos, que orientam e referenciam as projeções e ambições do programa para ampliar o olhar as questões socioambientais a serem tratadas pela gestão, no âmbito territorial e educacional e nas diversas áreas de influência da educação ambiental de Cruz das Almas.

7. O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PROGRAMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O Programa Municipal de Educação Ambiental (ProMEA) foi construído de modo participativo, articulado ao projeto de extensão “Comunidade e Meio Ambiente: proposta de construção de políticas públicas de educação ambiental no município de Cruz das Almas”. Vinculado ao Laboratório de Estudos em Educação e Meio Ambiente do Recôncavo (LEEMAR/UFRB), ao Programa de Pós-Graduação Gestão de Políticas

Públicas e Segurança Social (PPGGPPSS/UFRB) e ao Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente (MDRMA/ FAMAM).

O processo de elaboração do Programa Municipal de Educação Ambiental fundamentou-se em uma concepção de política pública multicêntrica, em que os diferentes setores sociais podem ser protagonistas na construção da política, ainda que o Estado seja um importante (e talvez principal) propulsor das ações (SECCHI, 2013). Inicialmente, o Projeto Comunidade e Meio Ambiente de modo a atender três eixos principais: Educação Popular; Educação Formal; e Fortalecimento Interinstitucional, ora envolvendo ações formativas, mas também com ações de mobilização comunitária previstas para esses três eixos.

O primeiro passo relevante foi a apresentação da proposta de elaboração do Programa de Educação Ambiental aos Conselhos Municipais de Meio Ambiente; de Educação; e de Saúde, além das respectivas secretarias municipais e um representante da Câmara Municipal. Esses esforços foram conduzidos entre outubro e dezembro de 2019.

O eixo Educação Popular foi conduzido por meio de fóruns realizados nas comunidades rurais (NOV/19 – MAR/20). Esses encontros foram divulgados nas rádios (Figura 2), redes sociais e por meio de cartazes previamente fixados em pontos estratégicos das comunidades (Figura 3).

Figura 2 - Divulgação dos Fóruns na rádio local



Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

Ao todo foram realizados 7 fóruns, que abarcaram 11 comunidades (Pumba, Sorriso, Boca da Mata, Lagoa Grande, Tapera, Corta Jaca, Umbaubeira, Engenho da Lagoa, Dona Rosa, Tiradentes e São Judas Tadeu) e 130 pessoas.

Figura 3 - Cartazes de divulgação dos Fóruns Comunidade e Meio Ambiente



Os espaços físicos de realização dos fóruns foram as sedes das associações comunitárias e uma escola municipal (Figura 4). Cada fórum teve duração de 2h, mediados por dinâmicas diversas de grupo que permitiram construir diagnósticos das demandas e problemas socioambientais e as possíveis soluções locais.

Figura 4 - Fóruns Comunidade e Meio Ambiente com os moradores das comunidades em Cruz das Almas





Fonte: Dados da pesquisa,2022.

Buscou-se a valorização de metodologias ou estratégias participativas, de modo a propiciar o desenvolvimento do pensamento crítico a partir do diálogo, observações, reflexões e ações em relação à realidade local. Os assuntos discutidos nos fóruns foram previamente definidos pela equipe de coordenação durante a etapa de divulgação dos encontros, etapa presencial, prévia, que permitiu observar e identificar aspectos socioambientais relevantes nas comunidades. Outras temáticas também foram incluídas nas discussões a partir das demandas, debates e indagações dos próprios participantes no decorrer do reconhecimento das questões socioambientais e do levantamento das suas expectativas e proposições para o ProMEA.

Quadro 1 - Temáticas abordadas nos fóruns

TEMAS DISCUTIDOS DURANTE OS FÓRUNS

- Reconhecimento territorial com suas potencialidades e os conflitos socioambientais;
- Segurança e Soberania Alimentar
- Recursos Florestais e Biodiversidade
- Saneamento Básico / Resíduos Sólidos
- Recursos Hídricos
- Agricultura familiar
- Agrotóxicos e pragas nas lavouras
- Estratégias de educação ambiental;
- Histórico do Movimento Ambientalista;
- Políticas nacionais e estaduais de meio ambiente e educação ambiental;
- Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global;

- Política Pública multicêntrica.

Fonte: Dados da pesquisa,2022.

Os temas foram abordados por meio de dinâmicas (Figuras 5 e 6); construção da árvore dos sonhos; vídeo; rodas de conversas e compartilhamento de leituras via plataforma de chat (WhatsApp).

Figura 5 - Atividades desenvolvidas durante os fóruns



Fonte: Dados da pesquisa,2022.

Figura 6 - Atividades realizadas nos fóruns com as crianças presentes



Fonte: Dados da pesquisa,2022.

Os diálogos foram registrados em cadernetas e usados na estruturação de atas, acompanhadas de registros fotográficos e listas com assinaturas dos comunitários presentes. Essa estratégia de mapear de forma participativa o cenário socioambiental do município está em concordância com Tassara (2007), que diz que “qualquer ação sobre um território, se fundamentada em um diagnóstico participativo sobre ele, constituir-se-á em uma intervenção democrática sobre a referida situação socioambiental”. Desse modo os atores sociais puderam identificar fragilidades e desafios a serem superados, assim como as oportunidades e as potencialidades a serem trabalhadas para o desenvolvimento de uma sociedade sustentável. Cabe destacar o papel da população durante este processo, visto que são protagonistas de suas realidades e das informações compartilhadas nesses espaços e que possuem grande potencial para fundamentar os caminhos para a construção das linhas e diretrizes da política municipal de educação ambiental. Os fóruns apontaram problemas e demandas ambientais, bem como possíveis soluções destinadas à educação ambiental e à gestão ambiental pública, com perspectivas de desenvolvimento local. Lideranças apontadas pelas próprias comunidades também integraram um grupo virtual na plataforma para chat online (WhatsApp), permitindo alguma discussão assíncrona. Ressalta-se o apoio da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente na mediação do diálogo com a maioria das associações de moradores. Os presentes a cada fórum também assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido registrado no Comitê de Ética em Pesquisa da UFRB, sob o número de protocolo 29405020.8.0000.0056.

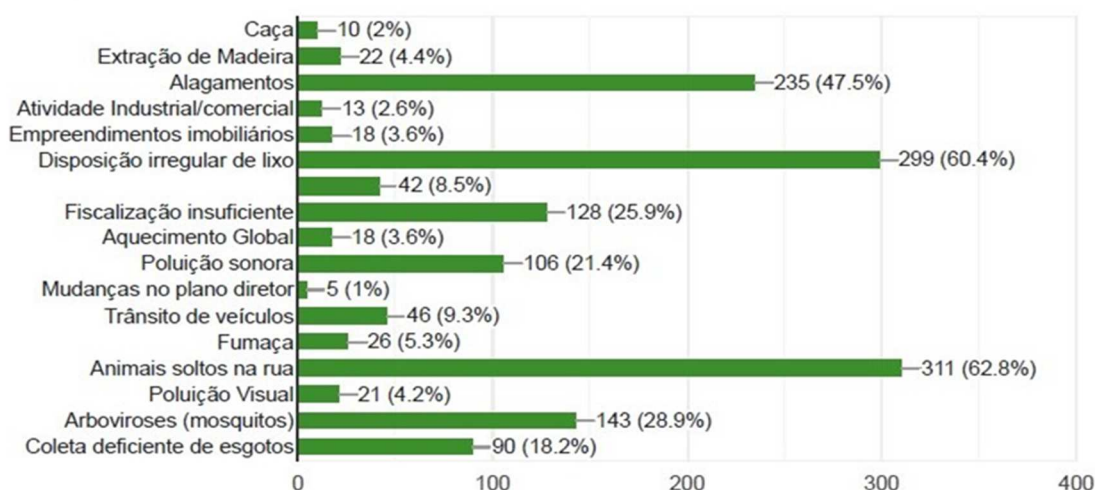
Essa perspectiva, sugere uma Educação Ambiental promotora de debates direcionados às inter-relações entre sociedade, educação e meio ambiente, mas com ponderações e questionamentos dos problemas ambientais e posicionamentos perante o atual padrão de vida (LAYRARGUES, 2004). Tal premissa somente é possível com participação social e envolvimento comunitário em processos de formulação e implementação de políticas ambientais. Assim, os grupos sociais acabam por oferecer outro sentido a essa dinâmica, especialmente se sujeitos e atores dos planejamentos socioambientais, questionando e propondo alternativas à comunidade, ou seja, a construção de Agendas.

A pandemia COVID19 impossibilitou a realização de fóruns similares previstos na zona urbana. Por esse motivo, em AGO/20, houve o compartilhamento de um formulário eletrônico para colher aspectos da percepção dos moradores frente aos

principais problemas ambientais na zona urbana, no qual obtiveram-se quase 500 respostas (Quadro 2). Cabe destacar que o formulário estava precedido de informações gerais sobre os objetivos do projeto, solicitando a devida autorização de uso dos dados. O compartilhamento ocorreu por meio de um aplicativo de troca de mensagens, mas também com compartilhamento do link de acesso ao formulário por meio de redes sociais. Buscou-se o compartilhamento com a maior diversidade de atores possíveis dentro do contexto urbano da cidade (comerciantes, comunidade universitária, lideranças políticas e comunitárias, comunidades religiosas, escolar, etc).

Quadro 2 - Principais problemas socioambientais do município apontados pelos moradores da zona urbana de Cruz das Almas. Cada morador poderia apontar até dois problemas.

495 respostas



Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

Os formulários on-line apontaram os animais soltos na rua, a disposição irregular de lixo, e os alagamentos como os principais problemas na cidade. Um segundo grupo de problemas envolve as arboviroses, a fiscalização insuficiente e a poluição sonora. Todos esses problemas resultam de um processo de urbanização desordenada e representam riscos à saúde da população. Em certa medida, estão intimamente ligadas à uma gestão ambiental municipal deficiente. Esses resultados também justificam ações integradas de saúde e meio ambiente que permitam a prevenção e controle de arboviroses e políticas de saneamento capazes de mobilizar

diferentes setores da sociedade. Urge um choque de gestão ambiental em toda a cidade.

Em relação ao eixo Educação Formal optou-se pela realização de um processo formativo em educação ambiental junto aos profissionais da educação básica. De acordo com Costa (2021), os processos formativos são relevantes aos profissionais da educação, que necessitam de um aporte de conhecimentos científicos no campo da educação ambiental para que não continuem a explorar a temática de modo superficial ou até mesmo não abordar em sala de aula. Nesse sentido, as políticas educacionais devem privilegiar a qualificação dos professores para a promoção de práticas pedagógicas de educação ambiental no âmbito escolar que considerem os aspectos sociais, ambientais e culturais da região em que a escola está inserida. Assim, a formação em educação ambiental contribuiu para instruir os profissionais da educação a atuarem como educadores ambientais e a participar dos processos de elaboração de políticas públicas ambientais do município. Tais processos formativos são de fundamental importância para o campo das políticas públicas multicêntricas, pois é através destes que ocorre o fortalecimento das bases sociais para o exercício da cidadania e a efetiva participação nos processos de elaboração das políticas.

Duas reuniões prévias foram realizadas em DEZ/19 e JAN/20, com a presença do secretário municipal de educação, da diretora de ensino, da coordenadora do ensino fundamental, da coordenadora do programa despertar e do representante do conselho municipal de educação (Figura 7).

Na primeira reunião foi discutida a inserção da temática meio ambiente no currículo escolar, a capacitação para a práxis pedagógica, os procedimentos técnicos administrativos para a realização do processo formativo, salientando que não haveria custos para a gestão municipal. Além disso, foi sugerido que o curso tivesse duração de 3 meses, com carga horária de 80 horas, em formato semipresencial, com um encontro semanal, nos dois turnos, e conteúdos organizados em blocos. As inscrições consideraram um(a) professor(a) por escola, totalizando 60 participantes. Durante a segunda reunião ficou acordado que a divulgação do curso de educação ambiental seria realizada durante a jornada pedagógica do município e que os profissionais da educação interessados poderiam se inscrever no curso. Também ficou definido que os encontros presenciais ocorreriam nas instalações da UFRB e os certificados do curso seriam emitidos pela mesma.

Figura 7 - Apresentação da proposta a Secretaria de Educação

Fonte: Dados da pesquisa,2022.

E assim, as inscrições para a capacitação foram iniciadas em MAR/20. Entretanto, devido a suspensão das aulas presenciais em razão da pandemia do coronavírus as inscrições foram suspensas. Novo esforço foi retomado em MAI/20, com retomada da divulgação nas redes sociais, mas agora com a perspectiva de realização do curso em formato virtual e carga horária de 51h (síncronas e assíncronas), entre JUN-AGO/20. Os encontros foram realizados à noite, duas vezes por semana, via plataforma para reuniões (Google Meet). Puderam participar professores de todos os níveis e modalidades da educação básica do município, da rede de ensino municipal, estadual, federal e privada que tivessem interesse na temática ambiental.

O curso teve seus conteúdos organizados em três módulos: Módulo I (Pressupostos da Educação Ambiental); Módulo II (Instrumentação e Práticas Pedagógicas de Educação Ambiental); Módulo III (Políticas Públicas de Educação Ambiental) (Quadro 3).

Quadro 3 - Apresentação dos conteúdos compartilhados durante o momento formativo (curso em formato virtual).

MÓDULO I: PRESSUPOSTO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL		
AULA	ATIVIDADE DO MÓDULO I	CARGA HORÁRIA
1ª	Acolhida com a apresentação da equipe e da estrutura do curso; Dinâmicas de sensibilização e de apresentação dos cursistas; Defesa de um processo	

	participativo para criação de políticas multicêntricas; O Panorama geral da Educação Ambiental em Cruz das Almas.	2 horas
	Atividade Assincrônica: leitura do texto: LOUREIRO, Carlos F. B. LAYRARGUES, P.P. Ecologia política, justiça e educação ambiental crítica: perspectivas de aliança contra-hegemônica. Trab. educ. saúde v.11 n.1 Rio de Janeiro, 2013.	
2ª	Educação Ambiental e Ambientalismo: Discussão sobre Vídeo: As 4 ecologias de Leonardo Boff e debate. Ecologia política e educação ambiental crítica.	2 horas
3ª	A Relação Homem-Natureza: Aspectos filosóficos da relação Homem-Natureza.	2 horas
	Atividade assincrônica: leitura do texto: LOUREIRO, C. F. B., & SAISSE, M. (2014). Educação ambiental na gestão ambiental pública brasileira: uma análise da SEMA ao ICMBio. Revista De Educação Pública, v.23 n.52, 105-129.	
4ª	A História da Educação Ambiental: Aspectos históricos da EA. A Primavera Silenciosa e a revolução verde. As grandes conferências e os primeiros apontamentos.	2 horas
	Atividade assincrônica: leitura do texto: LAYRARGUES, P.P. 1997. Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: evolução de um conceito. In: Proposta, 25(71): 5-10.	
5ª	Desenvolvimento e ambiente: A teoria do desenvolvimento (desenvolvimento sustentável e o ecodesenvolvimento).	2 horas
	Atividade assincrônica: leitura do texto: SAUVÉ. L. Uma cartografia das correntes em educação ambiental. In. Sato, Michèle. Carvalho, Isabel. Educação ambiental: pesquisa e desafios, 2005.	
6ª	Representações de meio ambiente e correntes de educação ambiental: Qual a imagem de meio ambiente dos professores? Corrente de EA naturalista, conservacionista, pragmática, crítica, sustentabilista.	2 horas
	Atividade assincrônica: leitura do texto: LAYRARGUES, P.P. & LIMA, G.F.C. 2014. As macro-tendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. Ambiente & Sociedade, v. XVII; n.1; p. 23-40.	
7ª	Macro-tendências Pedagógicas da EA: As características das macro-tendências pedagógicas (conservacionista, pragmática e crítica). A Educação Ambiental Crítica na escola.	2 horas
MÓDULO II: INSTRUMENTAÇÃO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL		
AULA	ATIVIDADE DO MÓDULO II	CARGA HORÁRIA
8ª	Fórum de práticas pedagógicas de EA: Com a palavra os professores da educação básica. Diálogo sobre experiências exitosas de educação ambiental escolar no município.	2 horas

	Atividade assíncrona: leitura do Texto: SOUZA, Samir C. de. Aprendizagem Baseada Em Problemas (Abp): Um Método Transdisciplinar De Aprendizagem Para O Ensino Educativo. Ficotia, 2015.	
9ª	Metodologias ativas no ensino de EA: o trabalho a partir de temas geradores. Pedagogia de projetos. Aprendizagem baseada em problemas (ABP). Espaços Educadores de Cruz das Almas.	2 horas
10ª	Visita Guiada à Mata de Cazuzinha: o que sabemos sobre a Mata de Cazuzinha? O que observar? Como conduzir atividades com grupos de estudantes? As trilhas e as ações demonstrativas agroecológicas. É permitida e desejável a presença dos estudantes.	4 horas
	Atividade assíncrona: leitura do texto: DE FREITAS, J. V.; FERREIRA, F. Educomunicação Socioambiental como estratégia pedagógica no Ensino Infantil. Educação & Formação, v. 5, n. 2, p. 54-72, 20 jan. 2020. Assistir vídeo produzido pelo IAT: “Aplicativos e Programas – Novas Tecnologias na Educação”. https://www.youtube.com/watch?v=421Jc8rMEo8&t=343s	
11ª	A Educomunicação e a Escola – Pressupostos da Educomunicação, sua origem e estratégias/ferramentas. Educomunicação socioambiental. O uso educativo das redes sociais e podcasts. Compartilhamento do podcast do Projeto Enciclopédia Ambiental.	2 horas
	Atividade assíncrona: Assistir vídeo: Matos, Zanna. RIOS,. Educação Ambiental no chão da Escola. @EEAUEFES-Instagran, 2020.	
12ª	Atividades Práticas – Sugestões de atividades práticas ligadas a temas da educação ambiental. Histórias e problemas da migração; Relações Perigosas (metais pesados e agrotóxicos); Simulando a limpeza de um derrame de óleo; A caminho da extinção, etc.	4 horas
	Atividade assíncrona: Assistir vídeo produzido pela SEMA/SEC – BA: “Perspectivas socioambientais para educação escolar para além dos tempos de pandemia” https://www.youtube.com/watch?v=6lpHQZ5mePo	
13ª	Estruturação do COM-VIDAS na escola: Situando o ProEASE/BA. Os esforços para criação e consolidação das COM-VIDAS, as CEIJMA, os Coletivos Educadores.	2 horas
MÓDULO III: POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL		
AULA	ATIVIDADE DO MÓDULO III:	CARGA HORÁRIA
	Atividade assíncrona: leitura do texto: SORRENTINO, M. e et, al. Educação ambiental como política pública. Educação e Pesquisa. vol.31 no.2 São Paulo. 2005.	
14ª	Educação Ambiental e Política Pública: Políticas Públicas. O arcabouço legal da EA no Brasil (PNEA, DCN EA, PEEA). A Política Estadual de Educação Ambiental.	2 horas
	Atividade assíncrona: leitura do texto BIASOLI, S. SORRENTINO, M. Dimensões das Políticas Públicas de Educação Ambiental: A Necessária	

<p>Inclusão da Política do Cotidiano. Ambient. soc. vol.21 São Paulo 2018.</p> <p>Assistir vídeo produzido pelo IDEMA/RN: “Educação Ambiental, Políticas Públicas e o Enfrentamento à Pandemia da COVID”. https://www.youtube.com/watch?v=u1rH2W9px00</p>		
15ª	Políticas Públicas de EA e Participação Popular: Em busca das políticas multicêntricas. Indicadores de monitoramento e avaliação de Políticas de Educação Ambiental.	2 horas
<p>Atividade Assíncrona: Leitura do texto: RAYMUNDO, M.H.A.; BRANCO, E.A.; BIASOLI, S. A.; SORRENTINO, M.; MARANHÃO, R. 2018 Indicadores de monitoramento e avaliação de projetos e políticas públicas de Educação Ambiental no Brasil. Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional. Número Especial, p.337-358.</p> <p>Assistir vídeo produzido pela SEMA/SEC – BA: “Avaliação e monitoramento de Políticas Públicas de Educação Ambiental: Plataforma Monitora EA”. https://www.youtube.com/watch?v=u1rH2W9px00</p>		
16ª	Realidade Socioambiental de Cruz das Almas: Oficina de apropriação sobre o território do município. O que dizem os moradores?	2 horas
17ª	Realidade Socioambiental de Cruz das Almas: Oficina de apropriação do território escolar e do município.	2 horas
18ª	Fórum A Educação Ambiental que desejamos: Pensando a educação ambiental em nossas escolas. Apoio para aprofundamento, aprimoramento e implementação de projetos.	2 horas
19ª	Construindo as Políticas Públicas: Indicação de propostas ao Programa Municipal de Educação Ambiental.	4 horas
20ª	Encerramento com entrega dos certificados e avaliação do curso pelos participantes.	4 horas

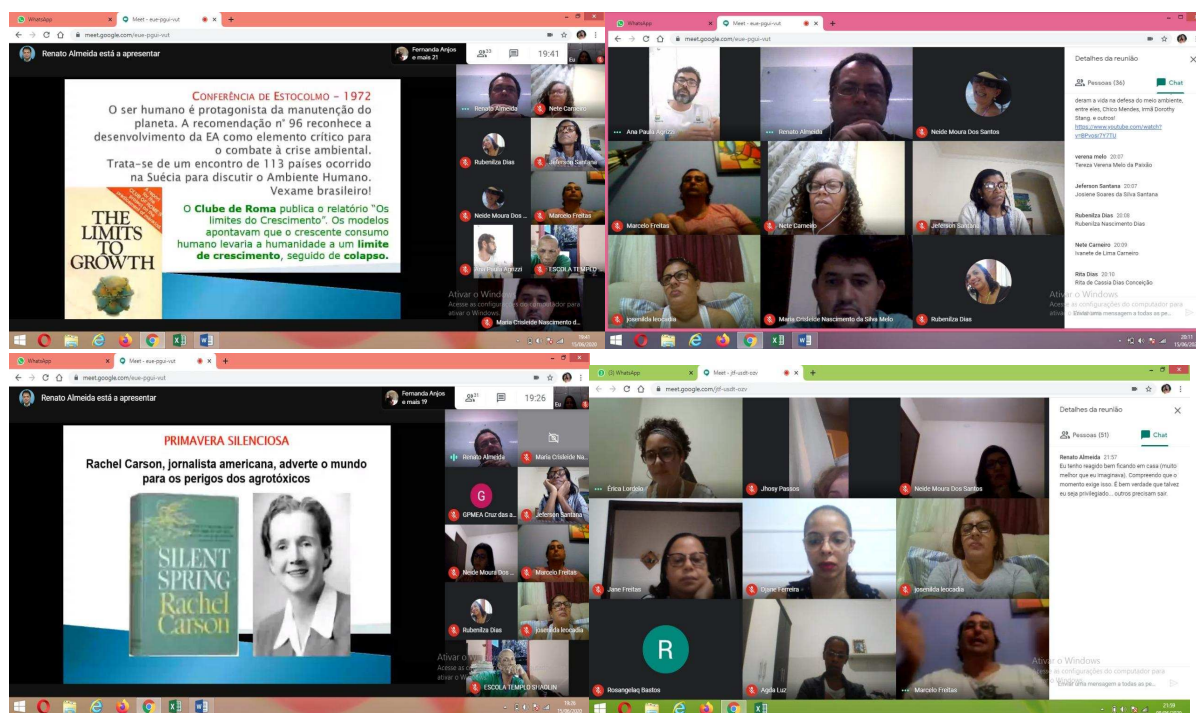
Fonte: Dados da pesquisa,2022.

Módulo I: Pressupostos da Educação Ambiental

O primeiro módulo envolveu quatro momentos formativos sincrônicos, em que foram abordados assuntos relacionados aos princípios conceituais da educação ambiental. No primeiro encontro foi apresentada a estrutura do curso e compartilhado o material didático (apostila), além de discutida a criação de políticas públicas multicêntricas, com convite aos docentes a participarem da pesquisa conduzida por COSTA (2021). Também houve palestra da professora e psicóloga Mc. Érica Rocha Lordelo (FAMAM) acerca da continuidade das atividades e o cuidado com a saúde mental dos professores durante o distanciamento social na pandemia.

Os encontros seguintes abordaram conteúdos específicos da educação ambiental como: os aspectos filosóficos da relação homem-natureza ministrada pelo Prof. Dr. Renato de Almeida (UFRB); aspectos históricos da EA, desenvolvimento sustentável e ecodesenvolvimento ministrada pelo Prof. Dr. Marcos da Cunha Teixeira (CEUNES/PROFBIO); e as características das macrotendências da EA ministrada pelo professor convidado Dr. Magno da Conceição Peneluc (UFGD) (Figura 8).

Figura 8 - Aula sobre os fundamentos históricos da EA



Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

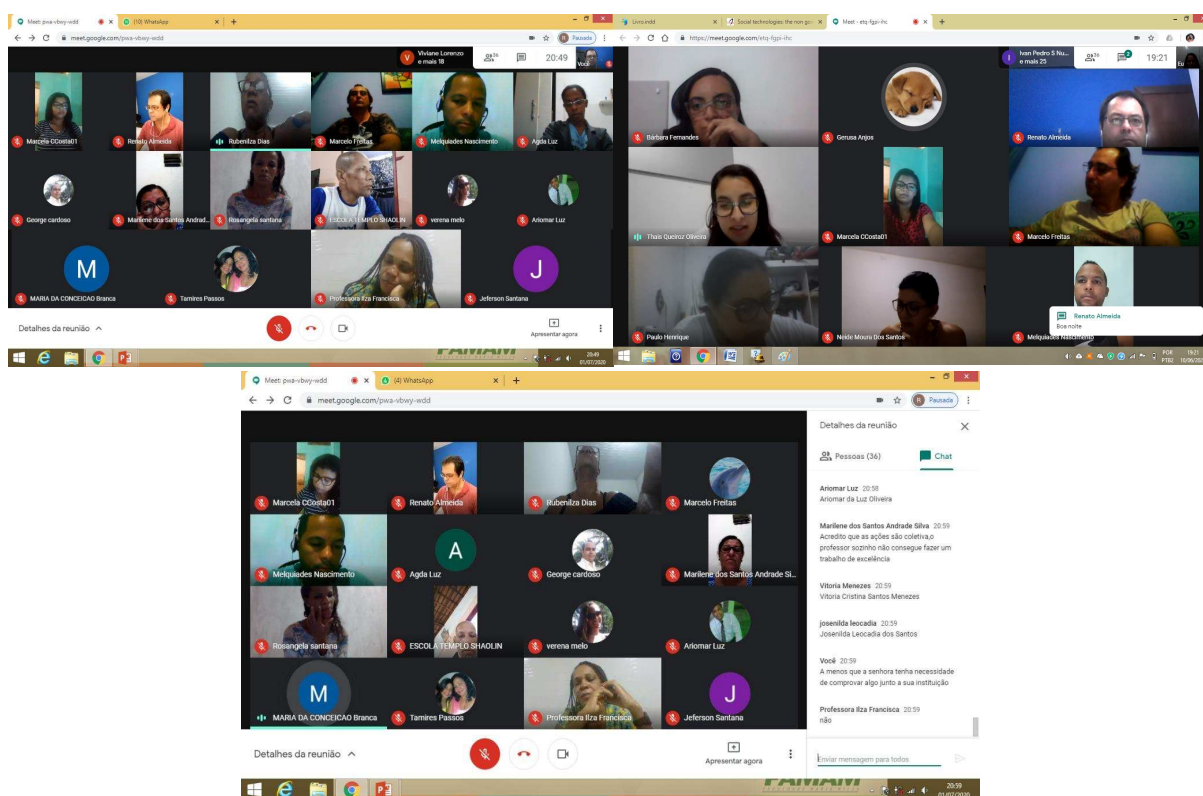
Módulo II: Instrumentalização e Práticas Pedagógicas em educação

O segundo módulo foi iniciado por um fórum sobre as práticas de EA desenvolvidas pelos docentes nas escolas do município. Nesse momento os professores participaram ativamente, compartilhando suas experiências, as atividades realizadas em sala e os projetos executados, juntamente com outras disciplinas que possibilitaram a composição de um diagnóstico das práticas pedagógicas adotadas na abordagem do tema. Em outro encontro foi realizado o estudo e discussão sobre a pedagogia de projetos, o trabalho com temas geradores na EA e os espaços educadores de EA no município de Cruz das Almas. No último encontro deste módulo

tratou do tema educomunicação socioambiental, sua origem e estratégias, destacando o uso de podcasts, blogs e outras ferramentas tecnológicas. Também foi compartilhado a experiência do projeto podcast Enciclopédia Ambiental do LEEMAR/UFRB.

Buscou-se, ainda, contribuir com a formação docente explorando a relação teoria e prática nas metodologias de ensino em educação ambiental e nas proposições de atividades a serem desenvolvidas com os estudantes (Figura 9). Cabe ressaltar que estavam previstas visitas a espaços educadores ambientais da cidade, como a Mata da Cazuzinha. Porém, não foi possível realizar tais ações por conta do necessário distanciamento social ocasionado pela pandemia. Os temas tratados foram mediados pelos profissionais do Projeto de Extensão Comunidade e Meio Ambiente.

Figura 9 - Aula sobre as práticas pedagógicas em EA



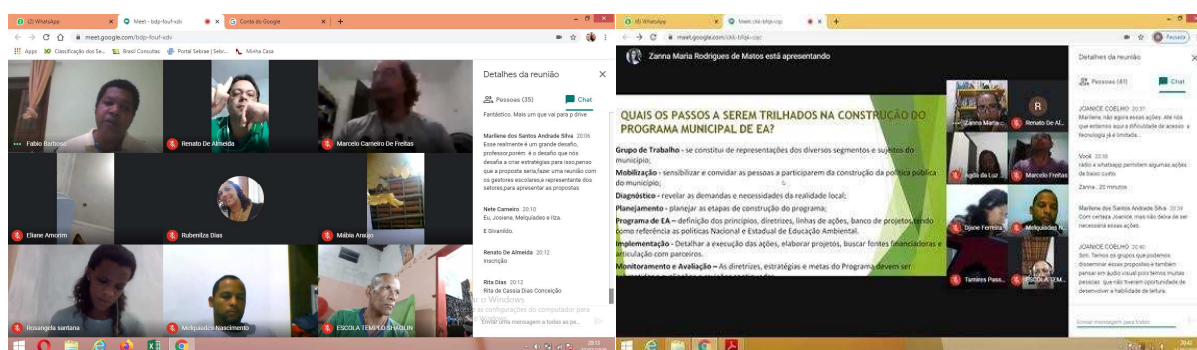
Fonte: Dados da pesquisa,2022.

Módulo III: Políticas Públicas de Educação Ambiental

No terceiro módulo, intencionou-se o aprimoramento dos conhecimentos docentes sobre os processos de elaboração de políticas públicas ambientais, o reconhecimento das demandas socioambientais do território e o envolvimento na

proposta de construção participativa do programa municipal de educação ambiental. Assim, o primeiro encontro foi conduzido pelo Prof. Me. Fabio Fernandes Barbosa, coordenador de Educação Ambiental e Saúde da Secretaria da Educação do Estado da Bahia, que abordou o tema das políticas públicas de educação ambiental formal, situando o ProEASE/BA, os processos para o desenvolvimento e fortalecimento do COM-VIDAS na escola e a formação de coletivos de educadores ambientais (Figura 10). O encontro seguinte foi mediado pela Profa. Dra. Zanna Maria Rodrigues de Matos (UEFS) que discutiu sobre a Política de Educação Ambiental do Estado da Bahia, trouxe uma reflexão em relação ao processo participativo de formulação de políticas públicas, as políticas multicêntricas e os indicadores de monitoramento e avaliação das políticas públicas de educação ambiental.

Figura 10 - Aula sobre as políticas de EA no estado da Bahia

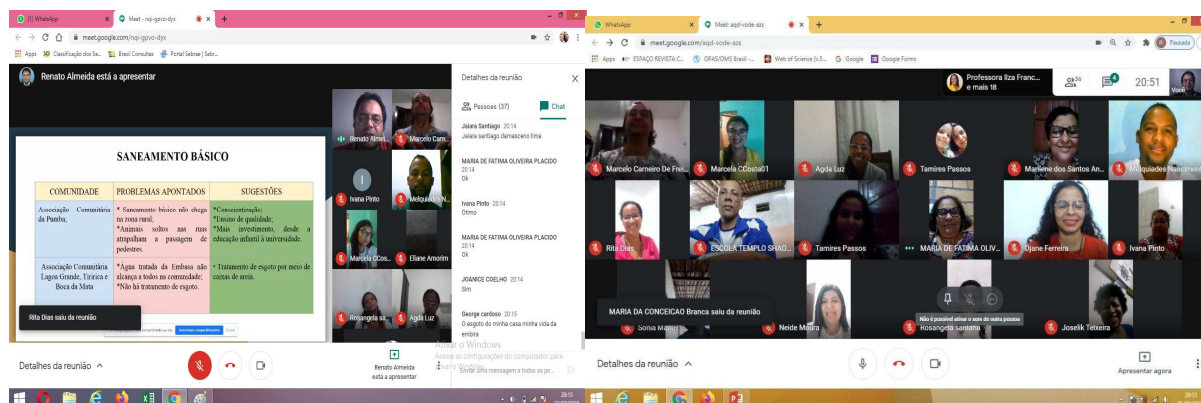


Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

Nos encontros seguintes foram discutidas a realidade socioambiental do município de Cruz das Almas, tendo sido apresentado aos docentes o diagnóstico socioambiental construído a partir dos fóruns realizados nas comunidades rurais e dos formulários compartilhados on-line na zona urbana (Figuras 11 e 12). O levantamento dessas demandas socioambientais realizado pelo grupo de trabalho do Projeto Comunidade e Meio Ambiente resultou nos seguintes temas prioritários: Segurança e Soberania Alimentar; Recursos Florestais e biodiversidade da Mata Atlântica; Recursos Hídricos; Resíduos Sólidos e Saneamento Básico. Além disso, foi realizado o fórum “A Educação Ambiental que Desejamos” com a mediação do Prof. Me. Fábio Fernandes Barbosa, que dialogou com os professores sobre a abordagem da educação ambiental nas escolas a partir de uma nova perspectiva crítica, contínua e contextualizada com o universo do estudante. Neste momento os docentes também compartilharam ideias, projetos e ações de EA inovadoras, considerando o próprio

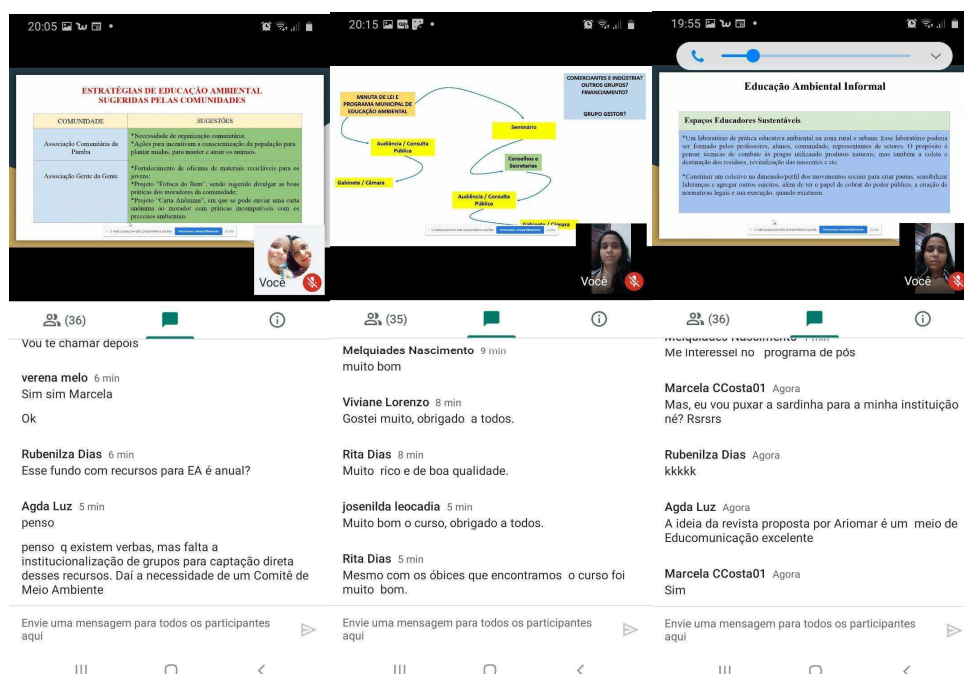
processo formativo da educação ambiental. Por fim, houve um momento dedicado à construção de propostas para o Programa Municipal de Educação Ambiental. Este foi um ponto muito relevante no curso, em que os profissionais da educação participaram elencando as suas proposições, tanto para a EA formal como para as outras áreas temáticas do programa.

Figura 11 - Discussão do diagnóstico da realidade socioambiental do município



Fonte: Dados da pesquisa,2022.

Figura 12 - Discussão do diagnóstico da realidade socioambiental do município



Fonte: Dados da pesquisa,2022.

O ponto central da formação em educação ambiental para os professores da educação básica foi estimular e encorajar a participação ativa dos mesmos no

processo de elaboração de políticas públicas, e especificamente o envolvimento na construção do programa municipal de educação ambiental. A seguir são apontadas algumas contribuições dos profissionais da educação (Quadro 4).

Quadro 4 - Estratégias sugeridas pelos Docentes para o Programa Municipal de Educação Ambiental.

ESTRATÉGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL
<ul style="list-style-type: none"> • O Programa de EA também deverá abarcar proposições curriculares no campo da educação formal e informal, também deverá ter um programa de formação continuada.
<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecimento do conselho ambiental, com pessoas técnicas que colaborem para a implementação das políticas ambientais.
<ul style="list-style-type: none"> • A importância de um órgão ou instituição formal para nortear as ações educativas de modo a contemplar a formação de professores, bem como aparatos para que os mesmos sejam mediadores da Educação Ambiental na sociedade.
<ul style="list-style-type: none"> • A criação de espaços educadores no município como a criação de um Centro de Recepção na Mata do Cazuzinha, uma Sala Ecológica, de projetos demonstrativos de um sistema simplificado de tratamento de esgoto. É principalmente da criação de um laboratório de prática educativa ambiental na zona rural e urbana.
<ul style="list-style-type: none"> • Criar coletivos de educadores ambientais, com diferentes grupos sociais para criar pautas, sensibilizar lideranças e agregar outros sujeitos, cobrar do poder público a criação de normativas legais e sua execução.
<ul style="list-style-type: none"> • Para a educação ambiental formal deve-se criar redes de EA na escola, com professores(as), funcionários e alunos para realizar ações e projetos permanentes.
<ul style="list-style-type: none"> • A educomunicação socioambiental, como por exemplo: a educação em saúde aplicada a arboviroses, com uso de vídeos e estratégia de dissonância cognitiva. Além dos programas de rádio local para compartilhar informações sobre temáticas ambientais.
<ul style="list-style-type: none"> • O desenvolvimento de práticas pedagógicas para a inserção da EA na sala de aula; criar planos de aula com alta intencionalidade ambiental; e relacionar as problemáticas ambientais da comunidade onde a escola está inserida aos componentes curriculares.

Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

É importante relatar que o diálogo com os docentes também foi complementado com discussões assíncronas na plataforma para chat online (WhatsApp). Os docentes receberam um material de apoio (apostila), com artigos e materiais de leitura referentes a cada temática. A certificação implicava em aproveitamento de carga horária mínima de participação de 75%, monitoradas pela coordenação do projeto por

meio de listas de frequência e desenvolvimento de atividades. A formação foi iniciada com 75 profissionais, mas apenas 40 concluíram o processo formativo.

O curso contribuiu na qualificação docentes acerca da temática EA, possibilitou o conhecimento e o reconhecimento das demandas socioambientais locais, colaborando para desenvolver nos cursistas o sentimento de pertença ao território e o envolvimento nas discussões socioambientais. Além disso, foram mapeadas algumas ações de educação ambiental formal, incluindo estratégias e metas que diretamente contribuíram à composição do Programa Municipal de Educação Ambiental e do “Plano de Formação Continuada em Educação Ambiental para professores de Cruz das Almas” (Costa, 2021). Tal ação mostrou-se ainda mais relevante, já que os professores necessitam de processos formativos em educação ambiental para que desenvolvam sua abordagem em sala a partir de uma perspectiva reflexiva e crítica. “Nesta direção, políticas educacionais que intencionam promover práticas pedagógicas de educação ambiental no âmbito escolar, devem privilegiar a qualificação dos professores para este fim” (COSTA, 2021, p.24).

O diagnóstico socioambiental bem como o mapeamento das ações de educação ambiental contribuíram para a elaboração deste programa.

EIXO ESTRUTURANTE: FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

Não houve avanços quanto ao eixo Fortalecimento Interinstitucional. Buscava-se ampliar o debate e avançar com a criação de um grupo gestor multi-institucional ou uma CIMEA. Contudo, a gestão municipal já estava com as atenções voltadas à eleição municipal e tão logo ao combate da pandemia COVID 19. Isso impediu maior capilaridade dentro da estrutura de gestão municipal. Cabe destacar que foi realizada uma audiência pública, articulada pelo grupo PET Mata Atlântica: conservação e desenvolvimento da UFRB e a Câmara Municipal de Cruz das Almas. A audiência foi transmitida pelo canal Youtube da Câmara Municipal de Cruz das Almas, em maio de 2021, com o tema: “Por uma Política Municipal de Educação Ambiental” com o propósito de chamar a atenção da população e dos legisladores para a necessidade de políticas de educação ambiental em Cruz das Almas e a socialização das informações socioambientais mapeadas até aquele instante (Figura 13).

Figura 13 - Cartazes de divulgação da audiência pública



8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como ponto principal a construção participativa de um programa municipal de educação ambiental. Assim, as discussões empreendidas e todos os procedimentos realizados tiveram por intenção responder o questionamento de pesquisa. Primariamente foi realizado um levantamento bibliográfico e documental sobre a educação ambiental em Cruz das Almas, que favoreceu a compreensão da maneira que são conduzidas as práticas políticas e pedagógicas da EA, sendo possível constatar a real necessidade de uma política e programa para nortear as ações da EA no município, conforme preconiza a PNEA.

Foi observado que as ações de educação ambiental desenvolvidas são pontuais, fragmentadas e grande parte é realizada pela gestão municipal através de duas secretarias: de educação e agricultura e meio ambiente. Também são estabelecidas parcerias com entes não governamentais na realização dessas ações.

Identificou-se as demandas e os problemas socioambientais existentes na comunidade rural por meio dos fóruns (encontros com os moradores) possibilitando a elaboração participativa de um diagnóstico socioambiental sobre a zona rural, em relação a zona urbana buscou-se conhecer as concepções e demandas acerca da EA através do compartilhamento de um questionário que contribuiu no processo de elaboração do programa.

Além disso, foi realizado um processo formativo em educação ambiental aos professores possibilitando a qualificação destes em relação às concepções de educação ambiental trazidas no texto: conservacionista, pragmática e crítica; às políticas públicas de EA e importância da participação social nos processos de tomada

de decisão. Os docentes propuseram estratégias e ações de EA formal para a composição do programa.

A gestão municipal não se envolveu inteiramente no processo de elaboração do programa, talvez porque sua atenção já estivesse direcionada às medidas de prevenção e combate ao COVID-19, além da própria disputa eleitoral. Desse modo, não houve avanços para o processo de formação de um grupo gestor da educação ambiental e importantes aspectos não foram discutidos com a equipe gestora do município, tais como: jurídicos, orçamentários, órgão gestor da EA, e as formas de monitoramento e avaliação do programa.

Os resultados do estudo foram fundamentais para a construção do programa municipal de educação ambiental e possibilitaram reflexões acerca dos processos e dos ciclos das políticas públicas em relação ao pouco envolvimento da gestão. O processo de construção do programa buscou o desenvolvimento de metodologias participativas, ainda que estivesse diante de um momento pandêmico. O presente material reúne um diagnóstico situacional da educação ambiental no município e um desenho metodológico e estrutural de processo formativo em EA formal. Portanto enfatiza-se a necessidade de uma gestão mais participativa, em que, não apenas os gestores governamentais decidam os rumos a serem seguidos de uma política pública, mas também, os outros setores sociais, como os movimentos, as organizações não governamentais e a sociedade civil, já que são diretamente afetados por estas políticas públicas. Desse modo, é necessário que se criem espaços e oportunidades para que os atores sociais explanem seus interesses e que os mesmos sejam incorporados nas políticas públicas municipais.

Espera-se que esta pesquisa ofereça elementos investigativos a outros pesquisadores da área de estudo da educação ambiental, assim é sugerido a continuidade da pesquisa em relação ao processo de elaboração e implementação das políticas municipais de EA em Cruz das Almas.

REFERÊNCIA

BAHIA. Secretaria do Meio Ambiente. **Programa de Educação Ambiental do Estado da Bahia**. Secretaria do Meio Ambiente. Salvador: EGBA, 2012. 168 p.

BAHIA. Lei nº12.056 de 07 de janeiro de 2011. **Política de Educação Ambiental do Estado da Bahia**, e dá outras providências. Salvador: SEMA, 2012.

BAHIA. **Programa de Educação Ambiental do Sistema Educacional da Bahia - ProEASE**. 2 ed. Salvador: SEC, 2015.

BARDIN, L.; **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.

BAPTISTA, M.V.; **Planejamento Social Intencionalidade e Instruções**. 2. ed. São Paulo: Veras Editoras, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012 - Estabelece as **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental**.

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. **Política Nacional do Meio Ambiente**, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

BRASIL. **Programa Nacional de Educação Ambiental - PRONEA**/Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental; Ministério da Educação. Coordenação Geral de Educação Ambiental. 3 ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005. 102 p.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. **Política Nacional de Educação Ambiental no Brasil**. Diário Oficial da União. Brasília, n. 79, 28/04/1999.

BRASIL. **Programa Nacional de Formação de Educadoras(es) Ambientais**: por um Brasil educado e educando ambientalmente para a sustentabilidade, ProFEA. Brasília: Série Documentos Técnicos, n. 8, 2006. v. 8, n. 2, p. 71-83, 1999.

CAVALCANTI, C. **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez/Fundação Joaquim Nabuco, 1999.

CARVALHO, I. C. M. Educação Ambiental e Movimentos Sociais: elementos para uma história política do campo ambiental. Educação: **Teoria e Prática**, Rio Claro, v. 9, n. 16, p. 46-56, 2001.

COSTA, M. C. **A elaboração participativa de um programa de formação continuada em educação ambiental para professores(as) de Cruz das Almas-BA**. Dissertação (Programa de Mestrado Profissional em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) - Faculdade Maria Milza, Governador Mangabeira, 2021.

CRUZ, C. D.; NEVES, A. J.; SAMPAIO, C. B. V.; POELKING, E. L. Nascentes hídricas do município de Cruz das Almas enfoque na zona rural. In: **Congresso Baiano de Engenharia Sanitária e Ambiental**, 4, 2016, Cruz das Almas. Anais... Cruz das Almas: UFRB, 2016.

DIAS, G. F. **Educação ambiental: princípios e práticas**. São Paulo: Gaia, 2004. 541 p.

DYE, T. R. **Understanding public policy**. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 1972

FERNANDES, A.L.B.; JERÔNIMO, C.E.M. Análise da implementação da política municipal de educação ambiental no município de Natal/RN. **Revista Monografias Ambientais**, v. 11, n11, p. 2410 – 2425, jan-abr 2013.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3a ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. 405p.

FRANCO, M.A.S. Pedagogia da pesquisa-ação. **Revista Educação e Pesquisa**, v. 31, n. 3, p. 483-502, 2005.

FREY, K. **Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil**. Brasília, DF: IPEA, 2000. (Planejamento e Políticas Públicas, v. 21).

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOHN, M. G. M. Educação Não Formal, aprendizagens e saberes em processos participativos. **Investigar em Educação**, II^a Série, v. 1, p. 35-50, 2014.

GOMES, R. W. Por uma educação ambiental crítica/emancipatória: dialogando com alunos de uma escola privada no Município de Rio Grande/RS. **Ciência e Natura**, Santa Maria, v. 36, n. 3, p. 430-440, 2014.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em:< <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/cruz-das-almas/panorama>> Acesso em: Agosto de 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo Escolar**, 2020. Brasília: MEC, 2021.

LAYRARGUES, P.P. **Identidades da Educação Ambiental Brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. 2004.

LAYRARGUES, P. P.; LIMA, G. F. C. As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. **Ambiente & Sociedade**. São Paulo v. XVII, n. 1 n p. 23-40. jan.-mar. 2014.

LEFF, E. **Saber Ambiental Ambiental: Ambiental sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis: Vozes, 2001.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LOUREIRO, C. F. B. Educação ambiental e “teorias críticas”. In: **GUIMARÃES, M. (Org.) Caminhos da educação ambiental: da forma à ação**. 3. ed. Campinas: Papirus, 2008. p. 51-86.

LÜDKE, M; ANDRE, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MARIMOTO, I.A. **Direito e educação ambiental: estímulo à participação crítica e à efetiva aplicação de normas voltadas a proteção ambiental**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Ciência Ambiental (PROCAM) da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/90/90131/tde-29052014-211231/pt-br.php>
Acesso em: 28 de Janeiro de 2021.

NEVES, A. J. **Mapeamento e análise do estágio de conservação dos remanescentes de mata atlântica no município de Cruz das Almas, Bahia**. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social) - Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cruz das Almas, 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ DAS ALMAS. **Lei Orgânica do Município de Cruz das Almas- BAHIA**, 05 de abril de 1990. 2a edição atualizada em 12 de novembro de 2002.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ DAS ALMAS. Lei Complementar nº 005, de 19 de dezembro de 2001. **Código do Meio Ambiente de Cruz das Almas**.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ DAS ALMAS. **Inventário Turístico de Cruz das Almas (IT-PMCA)**, 2020.

QUINTAS, J. S. Educação no processo de gestão ambiental. In: BRASIL. Ministério da Educação. **Educação Ambiental no Brasil**. Ano XVIII, Boletim 1. Brasília: TV Escola: Salto para o Futuro, p. 30-40, 2008.

RAYMUNDO, M. H. A.; BRANCO, E. A.; BIASOLI, S. Indicadores de Políticas Públicas de Educação Ambiental: Construção à Luz do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global e da Política Nacional de Educação Ambiental. **Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional**, Curitiba, Número Especial, p.337-358 2018. Disponível em: http://www.utp.br/cadernos_de_pesquisa/. Acesso em: 25 de nov. de 2020.

SANTOS, T. C.; COSTA, M. A. F. Um olhar sobre a educação ambiental expressa nas diretrizes curriculares nacionais para a educação ambiental. **Revista Práxis**, Ano VII, n. 13, Janeiro de 2015. Disponível em: <http://revistas.unifoa.edu.br/index.php/praxis/article/view/658>. Acesso em: 05 de abr. de 2020.

Sabatier, Paul (1986), **Top-down and bottom-up approaches to implementation research: a critical analysis and suggested synthesis**, *Journal of Public Policy*, 6 (1), pp. 21-48.

SARAIVA, E. **Introdução à Teoria Política Pública**. In: SARAIVA, E.; FERNANDES, E. (Org.). Políticas Públicas. Brasília, DF: ENAP, 2006. v. 1.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SORRENTINO, M.; TRAJBER, R. ; FERRARO-JÚNIOR, L. A. **Educação ambiental como política pública**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-299, maio/ago. 2005.

SORRENTINO, M.; BIASOLI, S. Dimensões das políticas públicas de educação ambiental: A necessária inclusão da política do cotidiano. **Ambiente & Sociedade**. São Paulo. Vol. 21, 2018.

Tassara, E. T. O.; Ardans, O. Educação Ambiental Crítica: pesquisa-ação, participação, silêncios e “silenciamentos”. **Revista Pesquisa em Educação Ambiental**, 1(1), 59-71.

TASSARA, E. T. O.; ARDANS O. Mapeamentos e diagnósticos. *In*: FERRARO, L.A. (Org.). **Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores** – volume 2. Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental 2007.

THIOLLENT, M. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. São Paulo: Cortez, 1986.

TRIPP, D. Pesquisa-Ação: Uma introdução a Metodológica. **Educação e Pesquisa**, v. 31, n. 03, p. 443-466, 2005.

UFRB. **Universidade Federal do Recôncavo da Bahia**. Edital de Seleção nº 3, PPGPSS 2019.1, 2018. Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/mpgestaoppss/images/Sele%C3%A7%C3%A3o/Sele%C3%A7%C3%A3o_Regular_2019.1/EDITALSELE%C3%87%C3%83ON%C2%BA_3PPGPSS_2019-1.pdf>. Acesso em 15 dez. 2021.

APÊNDICE A: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DA POPULAÇÃO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, AMBIENTAIS E BIOLÓGICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS
PÚBLICAS E SEGURANÇA SOCIAL - MESTRADO PROFISSIONAL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O(a) senhor(a), como morador(a) do município de Cruz das Almas, está sendo convidado(a) a participar da coleta de dados referente ao Trabalho de pesquisa intitulado “A ELABORAÇÃO PARTICIPATIVA DO PROGRAMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM CRUZ DAS ALMAS-BA”. A sua participação será através de roda conversa nos Fóruns que serão realizados na comunidade, a qual o senhor(a) está sendo convidado a expor seus conhecimentos sobre os problemas ambientais que estão presente no seu cotidiano, para a construção de um diagnóstico ambiental do município. O objetivo desta pesquisa é elaborar o Plano Municipal de Educação Ambiental adotando princípios participativos para o município de Cruz das Almas. Este estudo justifica-se pela importância de uma política pública de educação ambiental no município, com a valorização dos conhecimentos e demandas da população acerca da problemática ambiental, uma vez que a cidade de Cruz das Almas não apresenta este instrumento legal. Este projeto será desenvolvido pela mestranda Tamires Pereira Passos da Cunha dos Santos, aluna do curso Mestrado Profissional Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social, com a orientação do professor Renato de Almeida, ambos da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, a quem o Senhor(a) poderá contatar a qualquer momento que julgar necessário, garantindo esclarecimento sobre a realização da pesquisa. Os resultados obtidos com esta pesquisa serão socializados com os membros da comunidade participante por meio do Trabalho de Conclusão de Curso da mestranda. Esta pesquisa deverá ser finalizada em Dezembro de 2020. A sua participação não é obrigatória e durante os Fóruns, o(a) senhor(a) correrá o risco de se sentir incomodado com as discussões e, neste caso, não será obrigado a corroborar. Da mesma forma, terá a liberdade de desistir ou de interromper a colaboração neste estudo no momento em que desejar, sem necessidade de qualquer explicação. Se o(a) senhor(a) aceitar participar desta pesquisa, não será identificado na apresentação dos resultados. A sua participação neste trabalho deverá ser espontânea, sem direito a receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus, com a finalidade exclusiva de colaborar com a pesquisa. Sua participação no projeto contribuirá para acrescentar à literatura dados referentes ao tema de Política Pública de Educação Ambiental, mais especificamente a política municipal de educação ambiental, direcionando para a participação da sociedade na elaboração das políticas ambientais da cidade. Informamos que o uso das informações oferecidas pelo(a) senhor(a) estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), que fica situada na Rua Rui Barbosa, 710, Centro, Cruz das Almas/BA,

44.380-000, tel.: (75) 3621-6850. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pela pesquisadora e seu orientador, somente para esta pesquisa, sendo que seus dados serão guardados em até cinco anos. Sendo assim, se o Senhor(a) aceitar e concordar com a participação, o fará através da assinatura deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e receberá uma cópia assinada do mesmo, conforme recomendações da Comissão Ética em Pesquisa (CEP) da UFRB.

Cruz das Almas, ____ de _____ de ____.

Profª Dr RENATO DE ALMEIDA

Pesquisador/Orientador
Email: renato.almeida@ufrb.edu.br
Tel.: (75) 98100-4406

TAMIRES PEREIRA PASSOS DA CUNHA
DOS SANTOS

Mestranda
Email: t-amiss@hotmail.com
Tel.: (75) 98168-0988

Participante

APÊNDICE B: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DO PROFESSOR



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, AMBIENTAIS E BIOLÓGICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS
PÚBLICAS E SEGURANÇA SOCIAL - MESTRADO PROFISSIONAL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O(A) senhor(a), como professor(a) da Educação Básica do município de Cruz das Almas, está sendo convidado(a) a participar da coleta de dados para a Pesquisa “A ELABORAÇÃO PARTICIPATIVA DO PROGRAMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM CRUZ DAS ALMAS-BA”. Este estudo justifica-se pela importância de uma política pública de educação ambiental municipal, com valorização dos conhecimentos e demandas da população acerca da problemática ambiental, já que Cruz das Almas não dispõe deste instrumento legal. O objetivo da pesquisa é elaborar o Programa Municipal de Educação Ambiental, adotando princípios participativos. E específicos são: identificar as demandas e os problemas ambientais existentes no município de Cruz das Almas; elaborar um processo formativo com professores da educação básica; realizar um seminário aberto ao público para apresentar e validar com a população a minuta do programa municipal de Educação Ambiental. Esse estudo será desenvolvido pela mestrandia Tamires Pereira Passos da Cunha dos Santos, aluna do Mestrado Profissional Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social, com orientação do professor Renato de Almeida, ambos da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, a quem o Senhor(a) poderá contatar a qualquer momento que julgar necessário, pelos telefones (75) 98168-0988, (75) 983239328. Sua participação ocorrerá em um Processo Formativo para a Educação Ambiental por meio da plataforma digital Google Meet, com carga horária de cinquenta horas no período de Janeiro à Fevereiro. O (A) Senhor(a) foi escolhido (a) a participar do estudo porque é professor da educação básica do município. O (A) Senhor (a) não poderá participar do estudo se não atuar na educação básica do município. Será concedido um prazo adequado, para que o (a) Sr (a) possa refletir ou consultar familiares, ou ainda terceiros, para ajudar na tomada de decisão quanto a sua adesão à pesquisa. Sugiro-lhe que o (a) senhor (a) leia atentamente este termo de consentimento, em toda sua íntegra, antes de decidir sobre a sua participação voluntária na pesquisa. O (A) senhor (a) poderá se recusar a participar do estudo, ou retirar seu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e caso desejar sair da pesquisa, tal fato não terá prejuízos para o (a) senhor (a), se recusar participar do estudo basta fechar a página online no seu navegador. A sua privacidade será respeitada, ou seja, seu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de qualquer forma, identificá-lo (a), será mantido em sigilo. Caso o (a) senhor (a) se sinta a vontade em participar da pesquisa, informamos que este termo de consentimento livre e esclarecido é online, por isso não será possível conter a assinatura física mas o (a) senhor (a) poderá imprimir e solicitar a assinatura na página final, pelos pesquisadores responsáveis pela pesquisa o orientador Renato de Almeida e a mestrandia Tamires Pereira Passos da Cunha dos Santos; pedindo rubricas dos mesmos

em todas as folhas do referido termo. Reitera-se que o (a) senhor (a) receberá uma cópia desse termo, no seu email, imediatamente após concordar com a sua participação na pesquisa, participando do curso. Caso ocorra algum dano decorrente da sua participação no estudo, o (a) senhor (a) será indenizado (a), conforme determina a lei. Entretanto, o (a) senhor (a) não terá direito a nenhuma remuneração pela sua participação na pesquisa. O uso das informações oferecidas pelo(a) senhor(a) estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), de acordo com resoluções como 466/12 e 510/16". Dúvidas também poderão ser esclarecidas junto ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), pelo telefone (75) 3621-6850, localizado na Rua Rui Barbosa, 710, Centro, Cruz das Almas/BA, 44.380-000. Os riscos que essa pesquisa poderá apresentar são interferência na rotina, desconforto, estresse e constrangimento durante as discussões. Também pode haver desconfortos no uso de imagens, por meio de registros fotográficos dos encontros. Quando isso ocorrer, será permitido que o (a) participante faça pausas para descanso e recomposição do estado emocional. Para minimizar tais efeitos, os encontros formativos virtuais serão previamente agendados e o participante poderá participar estando em sua residência ou ainda em algum outro lugar que se sinta mais a vontade. E se for do interesse do (a) participante, a participação do mesmo ou da mesma poderá ser interrompida. Bem como, solicita-se previamente por meio deste termo o uso da imagem para coleta de informações pertinentes a pesquisa, sem quaisquer fins lucrativos e oferecemos a garantia de que tais informações não serão divulgadas sem a sua autorização. Ressalta-se que o aceite é voluntário o (a) senhor (a), pode se recusar a conceder o uso de imagem, sem quaisquer prejuízos. Como benefícios advindos da participação na pesquisa pode-se citar, contribuição à literatura sobre o tema de Política Pública Municipal de Educação Ambiental, mais especificamente a participação da sociedade na elaboração do programa de educação ambiental no município de Cruz das Almas-BA. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pela pesquisadora e seu orientador, somente para esta pesquisa, e seus dados serão guardados por até cinco anos. Esta pesquisa será finalizada em Abril de 2021. Os participantes terão garantidos o acesso aos resultados da pesquisa, assim como estes estarão disponibilizados na biblioteca da UFRB.

Ao clicar no botão abaixo, o(a) Senhor(a) concorda em participar da pesquisa nos termos deste TCLE. Caso não concorde em participar, apenas feche essa página no seu navegador.

() Declaro que concordo em participar da pesquisa.

Cruz das Almas, ____ de _____ de ____.

Prof^ª Dr RENATO DE ALMEIDA

Pesquisador/Orientador
Email: renato.almeida@ufrb.edu.br
Tel.: (75) 98323-9328

TAMIRES PEREIRA PASSOS DA CUNHA DOS SANTOS

Mestranda
Email:t-amiss@hotmail.com
Tel.: (75) 98168-0988

APÊNDICE C: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DO FORMULÁRIO ON LINE



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, AMBIENTAIS E BIOLÓGICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS
PÚBLICAS E SEGURANÇA SOCIAL - MESTRADO PROFISSIONAL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O(a) senhor(a), como morador(a) de Cruz das Almas, está sendo convidado(a) a participar da coleta de dados para a Pesquisa “A ELABORAÇÃO PARTICIPATIVA DO PROGRAMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM CRUZ DAS ALMAS-BA”. Este estudo justifica-se pela importância de uma política pública de educação ambiental municipal, com valorização dos conhecimentos e demandas da população acerca da problemática ambiental, já que Cruz das Almas não dispõe deste instrumento legal. O objetivo da pesquisa é elaborar o Programa Municipal de Educação Ambiental, adotando princípios participativos. E específicos são: identificar as demandas e os problemas ambientais existentes no município de Cruz das Almas; elaborar um processo formativo com professores da educação básica; realizar um seminário aberto ao público para apresentar e validar com a população a minuta do programa municipal de Educação Ambiental. Esse estudo será desenvolvido pela mestranda Tamires Pereira Passos da Cunha dos Santos, aluna do Mestrado Profissional Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social, com orientação do professor Renato de Almeida, ambos da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, a quem o Senhor(a) poderá contatar a qualquer momento que julgar necessário, pelos telefones (75) 98168-0988, (75) 983239328. Sua participação no estudo será para responder um formulário online e em um Fórum por meio da plataforma digital Google Meet, a qual o(a) senhor(a) está sendo convidado(a) a expor seus conhecimentos sobre os problemas ambientais presentes em seu cotidiano, com tempo estimado para duração de aproximadamente duas horas. O (A) Senhor(a) foi escolhido (a) a participar do estudo porque é morador (a) da cidade de Cruz das Almas. O (A) Senhor(a) não poderá participar do estudo se não residir no município. Será concedido um prazo adequado, para que o (a) Sr (a) possa refletir ou consultar familiares, ou ainda terceiros, para ajudar na tomada de decisão quanto a sua adesão à pesquisa. Sugiro-lhe que o (a) senhor (a) leia atentamente este termo de consentimento, em toda sua íntegra, antes de decidir sobre a sua participação voluntária na pesquisa. O (A) senhor (a) poderá se recusar a participar do estudo, ou retirar seu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e caso desejar sair da pesquisa, tal fato não terá prejuízos para o (a) senhor (a), se recusar participar do estudo basta fechar a página online no seu navegador. A sua privacidade será respeitada, ou seja, seu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de qualquer forma, identificá-lo (a), será mantido em sigilo. Caso o (a) senhor (a) se sinta a vontade em participar da pesquisa, informamos que este termo de consentimento livre e esclarecido é online, por isso não será possível conter a assinatura física mas o (a) senhor (a) poderá imprimir e solicitar a assinatura na página final, pelos pesquisadores responsáveis pela pesquisa o orientador Renato de

Almeida e a mestranda Tamires Pereira Passos da Cunha dos Santos; pedindo rubricas dos mesmos em todas as folhas do referido termo. Reitera-se que o (a) senhor (a) receberá uma cópia desse termo, no seu email, imediatamente após concordar com a sua participação na pesquisa, participando do curso. Caso ocorra algum dano decorrente da sua participação no estudo, o (a) senhor (a) será indenizado (a), conforme determina a lei. Entretanto, o (a) senhor (a) não terá direito a nenhuma remuneração pela sua participação na pesquisa. O uso das informações oferecidas pelo(a) senhor (a) estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), de acordo resoluções como 466/12 e 510/16". Dúvidas também poderão ser esclarecidas junto ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), pelo telefone (75) 3621-6850, localizado na Rua Rui Barbosa, 710, Centro, Cruz das Almas/BA, 44.380-000. Os riscos que essa pesquisa poderá apresentar são interferência na rotina, desconforto, estresse e constrangimento durante as discussões. Também pode haver desconfortos no uso de imagens, por meio de registros fotográficos dos fóruns. Quando isso ocorrer, será permitido que o (a) participante faça pausas para descanso e recomposição do estado emocional. Para minimizar tais efeitos, os encontros virtuais serão previamente agendados e o participante poderá participar estando em sua residência ou ainda em algum outro lugar que se sinta mais a vontade. E se for do interesse do (a) participante, a participação do mesmo ou da mesma poderá ser interrompida. Solicita-se previamente por meio deste termo o uso da imagem para coleta de informações pertinentes a pesquisa, sem quaisquer fins lucrativos e oferecemos a garantia de que tais informações não serão divulgadas sem a sua autorização. Ressalta-se que o aceite é voluntário o (a) senhor (a), pode se recusar a conceder o uso de imagem, sem quaisquer prejuízos. Como benefícios advindos da participação na pesquisa pode-se citar, contribuição à literatura sobre o tema de Política Pública Municipal de Educação Ambiental, mais especificamente a participação da sociedade na elaboração do programa de educação ambiental no município de Cruz das Almas-BA. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pela pesquisadora e seu orientador, somente para esta pesquisa, e seus dados serão guardados por até cinco anos. Esta pesquisa será finalizada em Abril de 2021. Os participantes terão garantidos o acesso aos resultados da pesquisa, assim como estes estarão disponibilizados na biblioteca da UFRB.

Ao clicar no botão abaixo, o(a) Senhor(a) concorda em participar da pesquisa nos termos deste TCLE. Caso não concorde em participar, apenas feche essa página no seu navegador.

() Declaro que concordo em participar da pesquisa.

Cruz das Almas, ____ de _____ de ____.

Profª Dr RENATO DE ALMEIDA

Pesquisador/Orientador
Email: renato.almeida@ufrb.edu.br
Tel.: (75) 983239328

TAMIRES PEREIRA PASSOS DA
CUNHA DOS SANTOS

Mestranda
Email: t-amiss@hotmail.com
Tel.: (75) 98168-098

APÊNDICE D: FORMULÁRIO ONLINE COMPARTILHADO COM OS MORADORES DA ZONA URBANA

Email: _____

1-Faixa Etária:

- 10 a 18 anos 19 a 29 anos 30 a 39 anos
 40 a 49 anos 50 a 59 anos 60 a 69 anos Acima de 70 anos

2-Local de Residência (apenas Rua e Bairro):

3-Escolha até 3 dos principais problemas ambientais de Cruz das Almas que te incomodam:

- Caça
 Extração de Madeira
 Alagamentos
 Atividade Industrial/comercial
 Empreendimentos imobiliários
 Disposição irregular de lixo
 Ocupação desordenada do solo
 Fiscalização insuficiente
 Aquecimento Global
 Poluição sonora
 Mudanças no plano diretor
 Trânsito de veículos
 Fumaça
 Animais soltos na rua
 Poluição Visual
 Arboviroses (mosquitos)
 Coleta deficiente de esgotos


4-Gostaria de relatar algo sobre os problemas apontados?

5-Você enxerga alguma solução para cada um dos três problemas apontados por você?

6-Você acredita que a Educação Ambiental pode ajudar na resolução de algum problema?

- Sim Não É parte da solução

APÊNDICE E: ATAS DOS FÓRUMS REALIZADOS NAS COMUNIDADES RURAIS

COMUNIDADE E MEIO AMBIENTE	
I Fórum do Plano Municipal de Educação Ambiental	
Local: Associação Comunitária da Pumba	
Data: 19/ 11/ 2019	
Horário de Início: 14:30 Horário do Término: 17:00	
Comunidades Representadas: Pumba	
Total de moradores presentes: 44	
Indicações: Maria da Hora; Laysa; Manoel	

Relatos

Foi apresentado o grupo de pesquisa e a proposta de construção da Política Municipal de Educação Ambiental e o respectivo Plano. Foi pedido aos moradores da comunidade que se apresentassem. Posteriormente, foi explicado aos moradores a importância do Termo de Consentimento Livre Esclarecido para que compreendessem a necessidade de autorizar a realização da pesquisa. Posteriormente foi realizada uma contextualização sobre os problemas ambientais locais e os reflexos cotidianos, evidenciando que as mudanças ambientais são um problema real que afeta a vida de todos. Para proporcionar um maior envolvimento das pessoas foi realizada uma dinâmica. Pelo menos cinco objetos foram colocados no centro da sala: vaso de lixo, frutas, embalagem de agrotóxico, gaiola, garrafa de água. Em seguida, foi solicitado que os moradores se organizassem em cinco grupos, em função da escolha de um dos objetos. Também foi entregue aos grupos cartolinas, lápis, revistas, colas, tesouras, hidrocor e outros materiais para que pudessem expressar o que cada objeto representava para a comunidade. Os grupos tiveram 20 minutos para discutir e realizar a atividade utilizando desenhos e gravuras, com a mediação dos pesquisadores. Cada grupo fez uma breve apresentação com a exposição do seu cartaz. O grupo que escolheu a garrafa de água lembrou a **falta de água em sua comunidade**, afirmando tratar-se de uma grande dificuldade para os moradores o acesso a água com regularidade; **além da poluição de nascentes, que por falta de cuidado e suporte do poder público secaram**. Relataram também que alguns **lagos secaram**. Este grupo **sugeriu o desenvolvimento de sistemas agroflorestais para a comunidade e o tratamento das fontes de água**. O grupo que escolheu a fruta apontou a **necessidade de cuidar da plantação para que os alimentos não tenham doenças**. Os pesquisadores contextualizaram acerca da importância da segurança e soberania alimentar para o município. Também

foi relatado pelos moradores a **difficuldade em lidar com pragas que atacam as plantações: o caramujo africano e a mosca preta que ataca o limão**. O grupo que escolheu o vaso que representava o agrotóxico falou sobre **a importância do plantio sem uso destes defensivos agrícolas, e relataram que os agricultores da comunidade fazem uso de herbicidas nas plantações**. Durante esta apresentação foi realizada uma contextualização pelos pesquisadores sobre a existência de técnicas agroecológicas. Também foi compartilhado com a comunidade informações e dados importantes sobre contaminação por agrotóxicos, como por exemplos: é cada vez mais crescente os casos de mulheres afetadas pelos defensivos agrícolas. Neste momento um morador afirmou que as pessoas não tem noção do que comem e relatou que possui um diagnóstico de contaminação por metais pesados e está em tratamento. Afirmou, ainda, que não planta e a sua contaminação foi decorrente do consumo. O grupo que escolheu o vaso de lixo afirmou que **a coleta seletiva é o principal problema** e por mais que separe o lixo não há tratamento no município. Outro ponto destacado pelo grupo foi a **necessidade da redução do uso de plásticos**. Relataram que **as plantações ficam cheias de embalagens e sacos plásticos, sendo necessária uma campanha de conscientização na comunidade**. Neste momento, um morador afirmou que cria um cágado e que identificou plástico nas fezes do animal. Também afirmou que **saneamento básico não chega na zona rural** e que a Pumba possui uma grande população, de modo que esse problema é de grande sofrimento para a comunidade. Por fim, o grupo biodiversidade, que escolheu a gaiola, afirmou que o poder público precisa fiscalizar sobre a criação de animais silvestres. Relataram que a comunidade possui pouca área de mata, sendo preciso a conscientização da população para plantar mudas, para manter e atrair os animais. Também foi afirmado que a Secretária de Agricultura e Meio Ambiente deveria ajudar com a distribuição de mudas. Foi contextualizado, neste momento, que o município de Cruz das Almas possui apenas dois fragmentos de mata atlântica; a mata do cazuzinha e o Parque Ecológico Botânico Geraldo Pinto (na EMBRAPA), sendo de fundamental importância buscar meios para minimizar a perda de biodiversidade na região. Ao fim das apresentações o professor fez o seguinte questionamento: “Nós trouxemos cinco problemas para provocar vocês. Só são esses problemas?”. Então, um morador afirmou que **o desemprego também é um grande problema, principalmente para os jovens**. O Prof. Renato contextualizou sobre o desemprego e como isso pode agravar problemas ambientais, uma vez que no município houve aumento de trabalhos informais que utilizam os recursos naturais sem controle como por exemplo: a venda e queima da lenha e o lava-jato. Um outro problema citado foi o **rio Capivari e as nascentes da comunidade que precisam ser revitalizadas**. Uma moradora afirmou que **foi realizada a limpeza em uma nascente, mas não foi suficiente. Afirmar ser, ainda, necessária a limpeza, o plantio de mudas e o mapeamento das nascentes da comunidade**. Foi ressaltado que cabe também ao dono da área ajudar na recuperação e


monitoramento das nascentes. **As mudanças climáticas também foram abordadas neste fórum e a necessidade da população em se organizar.** Desta forma foi enfatizado sobre a importância da Política Municipal de Educação Ambiental. Também foi realizada uma atividade com as crianças que estavam presentes no fórum. Elas foram organizadas em grupos para desenhar sobre os problemas ambientais que elas percebiam na comunidade da Pumba. O fórum foi finalizado com o agradecimento do grupo de trabalho pela participação da comunidade.

Registros Fotográficos



Lista de Presença

	<p>SECRETARIA DE AGRICULTURA E NEGÓCIOS RURAIS II FÓRUM PARTICIPATIVO PARA CONSTRUÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DATA: 11 DE DEZEMBRO DE 2019 - 19:00 LOCAL: ASSOCIAÇÃO GENTE DA GENTE, BARRIO SORRISO / UFPA PROMOTORAS: TIRADENTES, BARRIO DE SORRISO</p> <p><i>Data de Presença</i></p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Lela do Grupo 4 Centro 2. Tânia Maria Lima 3. Arnaldo de S. Franco Torres 4. Rosamunda dos Santos 5. Sora Aparecida dos Santos 6. André Sobral de Lira Silva 7. Anacleto Dora Luis Lamas 8. Grazielle de Gama Geste 9. Roberto de Jesus Brito 10. Joice Maria de S. Gouveia 11. Samuel Geste de S. Brito 12. Sueli Bonafide de S. Araújo 13. Aylana Bonafide Santos 14. Vera Lucia de Aguiar dos Reis 15. Rosilene Dora Brito dos Santos 16. Anivaldo de Aguiar 17. Raimundo de Aguiar 18. Sueli Brito de Aguiar <ol style="list-style-type: none"> 19. Marice Carolina Lima 20. Verônica de Sora Santos Lima 21. Joice Maria Santiago de Sora Lima 22. Rosamunda Brito de Sora Lima 23. Rosamunda Brito de Sora Lima 24. Rosamunda Brito de Sora Lima 25. Rosamunda Brito de Sora Lima 26. Rosamunda Brito de Sora Lima 27. Rosamunda Brito de Sora Lima 28. Rosamunda Brito de Sora Lima 29. Rosamunda Brito de Sora Lima 30. Rosamunda Brito de Sora Lima 31. Rosamunda Brito de Sora Lima 32. Rosamunda Brito de Sora Lima 33. Rosamunda Brito de Sora Lima 34. Rosamunda Brito de Sora Lima 35. Rosamunda Brito de Sora Lima 36. Rosamunda Brito de Sora Lima 37. Rosamunda Brito de Sora Lima 38. Rosamunda Brito de Sora Lima 39. Rosamunda Brito de Sora Lima 40. Rosamunda Brito de Sora Lima 41. Rosamunda Brito de Sora Lima 42. Rosamunda Brito de Sora Lima 43. Rosamunda Brito de Sora Lima 44. Rosamunda Brito de Sora Lima 45. Rosamunda Brito de Sora Lima 46. Rosamunda Brito de Sora Lima 47. Rosamunda Brito de Sora Lima 48. Rosamunda Brito de Sora Lima 49. Rosamunda Brito de Sora Lima 50. Rosamunda Brito de Sora Lima
COMUNIDADE E MEIO AMBIENTE	
II Fórum do Plano Municipal de Educação Ambiental	

Local: Associação Comunitária Gente da Gente	
Data: 11/ 12/ 2019	
Horário de Início: 19:00 Horário do Término: 21:45	
Comunidades Representadas: Dona Rosa, Tiradentes, Sorriso, São Judas Tadeu	
Total de moradores presentes: 14	
Indicações: Rogério; Josefa; Ivana	

O encontro foi iniciado com a apresentação da equipe e da proposta de pesquisa aos moradores das comunidades envolvidas. Também foi apresentado esclarecimentos sobre o termo de consentimento livre esclarecido, instrumento necessário ao desenvolvimento da referida pesquisa. Em seguida, foi realizada uma exposição, com uso de data show, apresentando imagens de satélite e a espacialização da própria comunidade e seu entorno, o que muito facilitou o reconhecimento local pelos próprios moradores. Aspectos históricos sobre a origem do bairro foram compartilhados, mas também foram apontados problemas ambientais identificados pela equipe de pesquisadores durante visita prévia. Foram apontados pontos viciados de acúmulo do lixo e de entulho em algumas ruas; além de grande quantidade de plantas e entulho impedindo o fluxo de água no canal de drenagem que corta a comunidade. Neste momento foi discutido com os moradores sobre os fatores que direcionam a água da chuva para a comunidade e os potenciais riscos futuros e problemas presentes. A moradora Dona da Hora afirmou que vive na comunidade desde 1962, trouxe informações sobre o crescimento

desordenado do bairro e as obras que foram realizadas pela prefeitura, tal como o canal de drenagem. Ressalta-se que uma fonte de água era utilizada pelos moradores no passado, tendo sido canalizada, impedindo o seu consumo. Também foi realizada uma dinâmica, em que os participantes foram organizados em três grupos e receberam círculos de papel de três tamanhos distintos: pequeno, médio e grande. Assim, puderam elencar os seus problemas ambientais e a gravidade destes. Os grupos foram auxiliados pelos pesquisadores para elucidar as dúvidas que tiveram sobre a atividade na tentativa de retratar, exatamente, os problemas socioambientais locais. Após este momento de discussão dos moradores em grupo, os círculos foram apresentados e fixados em um mural para uma discussão geral. Constatou-se repetição de temas, mas a sua gravidade foi bem variável dentro de cada grupo: **problemas de maior gravidade:** saneamento básico, canal entupido, nascente contaminada por esgoto, mau cheiro, ratos, baratas e dengue, falta de árvores no jardim da praça e nas ruas, falta de conscientização da população, animais nas ruas, falta de oficinas com materiais recicláveis para os jovens. **Problema de gravidade mediana:** lixo na rua e necessidade de coleta com maior frequência, iluminação pública, poluição sonora, falta de agentes de saúde e endemias, entulho nas ruas. **Problema de menor gravidade:** animais soltos na rua e falta de manutenção da nascente dentro da creche. Também foi realizada uma atividade com as crianças presentes ao fórum. Elas foram convidadas a desenhar os problemas ambientais da sua comunidade. As crianças propuseram duas ações: Projeto “Fofoca do Bem”, sendo sugerido divulgar as boas práticas dos moradores da comunidade; e o Projeto “Carta Anônima”, em que se pode enviar uma carta anônima ao morador com práticas incompatíveis com os preceitos ambientais. Algumas pessoas tiveram trânsito intermitente pelo fórum e apenas 14 pessoas assinaram a lista de frequência.

Registros Fotográficos



Lista de Presença

COMUNIDADE E MEIO AMBIENTE: SABERES E DEMANDAS LOCAIS
 1º FÓRUM PARTICIPATIVO PARA A CONSTRUÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL
 COMUNIDADE SOREISO

Lista de Presença: ()

NOME	EMAIL	TELEFONE
1. Valdeia Oliveira de S.		
2. Valdeia Oliveira de S.		
3. Valdeia Oliveira de S.		
4. Valdeia Oliveira de S.		
5. Valdeia Oliveira de S.		
6. Valdeia Oliveira de S.		
7. Valdeia Oliveira de S.		
8. Valdeia Oliveira de S.		
9. Valdeia Oliveira de S.		
10. Valdeia Oliveira de S.		
11. Valdeia Oliveira de S.		
12. Valdeia Oliveira de S.		
13. Valdeia Oliveira de S.		
14. Valdeia Oliveira de S.		
15. Valdeia Oliveira de S.		
16. Valdeia Oliveira de S.		
17. Valdeia Oliveira de S.		
18. Valdeia Oliveira de S.		
19. Valdeia Oliveira de S.		
20. Valdeia Oliveira de S.		

COMUNIDADE E MEIO AMBIENTE

III Fórum do Plano Municipal de Educação Ambiental

Local: Associação Comunitária da Lagoa Grande

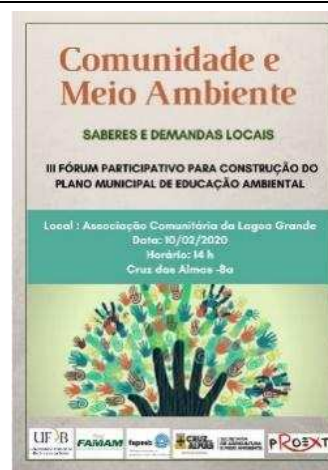
Data: 10/ 02/ 2020

Horário de Início: 14:40 Horário do Término: 16:30

Comunidades Representadas: Lagoa Grande, Tiririca e Boca da Mata

Total de moradores presentes: 14

Indicações: Valdineia da Silva Ribeiro (Lagoa Grande);
 Valdirene de Aquino Dias (Lagoa Grande);
 Odair José Araújo (Tiririca)



Relatos

A atividade foi iniciada com a apresentação do Prof. Renato que conduziu o diálogo e da estudante Mikaele Santos, integrante da equipe. Foram apresentados os objetivos do projeto, relacionados à criação de políticas de Educação Ambiental para a cidade de Cruz das Almas, com o auxílio da comunidade. Foram apresentados os três eixos do projeto, sendo: Educação popular (ações nas associações das comunidades), Educação formal (voltada aos professores) e Mobilização Institucional (destinada ao prefeito, vereadores e participantes dos órgãos municipais). Mencionou-se sobre a importância dos Fóruns e a participação da comunidade na construção de um diagnóstico local participativo, abordando as condições socioambientais e demandas locais. Foi esclarecido que se trata de um projeto conduzido pela UFRB, embora tenha apoio da Prefeitura de Cruz das Almas. Foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e sua importância para o desenvolvimento da pesquisa e a própria segurança legal dos participantes e do pesquisador. Foi realizada uma breve

leitura deste documento. Em seguida, foi entregue uma cópia a cada pessoa para que pudessem ler e assinar. Depois do recolhimento dos termos assinados foi dado início à pesquisa com a seguinte pergunta: Quais são os problemas socioambientais enfrentados pela comunidade? **A coleta de lixo deficitária em Lagoa Grande** foi o primeiro problema apontado. Relatos apontam que o caminhão passa uma vez por semana, somente na rua principal. **Na comunidade Tiririca não há coleta de lixo.** Os moradores precisam deslocar seus resíduos domésticos até a rua principal e ainda observam que, quase sempre, o caminhão está abarrotado de lixo, que cai pelo caminho durante o seu trajeto. O Prof. Renato mencionou que, de modo geral, em qualquer cidade brasileira, os contratos de lixo representam fatia significativa da corrupção municipal. Também apresentou informações sobre o cálculo do valor contratual entre empresa de coleta de resíduos e a própria prefeitura. O segundo problema relatado foi o **desmatamento**. Foi ressaltado que a mata atlântica em todo o recôncavo vive situação delicada. Em Cruz das Almas, menos de 3% do território está ocupado por vegetação arbórea, nem sempre sendo possível verificar se realmente estamos falando de mata atlântica. Um dos fatores citados como maior ameaça é a própria agricultura. O Sr. José, morador da Boca da Mata, relatou que a Caatinga tem “avançado” para as terras acabando as plantações de limão, por exemplo. A Sra. Ivana acrescentou com a importância deste trabalho para alcançar retornos para a comunidade. Renato completou a fala do Sr. José com o exemplo da planta jurema, que tem sido encontrada até mesmo no campus da UFRB e como as **mudanças na vegetação também estão diretamente relacionadas com as mudanças climáticas**. O Sr. José falou sobre a **falta de chuva na região** e, como consequência, a **ausência do auxílio Safra**, pois o governo entende que em determinada região chove mais que na outra, apesar de não estar sendo dessa forma. Renato também mencionou que o município possui um gradiente de umidade leste-oeste e que isso faz diferença na pequena produção familiar e no próprio assentamento e permanência dos jovens no campo, portanto, com desdobramentos sociais. **Ao serem instigados sobre a satisfação com o tamanho da terra que possuíam todos disseram estar insatisfeitos e que há muita confusão com herdeiros e desmembramento de terras**. Então, quanto de área cada família precisa para sobreviver? Ressalta-se que o município possui 145Km² e cerca de 18mil famílias, sendo possível refletir sobre a distribuição de terras na região. Há proprietários com muitas terras, até mesmo improdutivas; enquanto outros quase não possuem terras. O terceiro problema apontado foi o **uso de agrotóxicos**. Afirmou-se que o uso não é acentuado na comunidade. O Sr. José falou sobre a planta Nin, que tem causado a **morte de insetos**. Um curso pretérito oferecido pelo SENAC na comunidade Boca da Mata apontou alternativas sobre como trabalhar com a terra sem usar agrotóxicos. O Prof. Renato contou sobre o uso do Roundup e sua relação com intoxicação da fauna e uma possível contaminação da água na comunidade de Laranjeira (Muritiba), mas também na comunidade da

Pumba. Muitas vezes a contaminação está na água ou decorre do uso indevido ou demasiado de agrotóxicos. Foram relatados problemas com **algumas pragas, especificamente a mosca-negra dos cítricos**. O Sr. José informou que a controle pode ser feito com produtos naturais, à exemplo do caldo do fumo. Apesar disto, ainda são utilizados agrotóxicos na comunidade. A caça foi um fator de pequena discussão, sem expressão aparente. O quarto problema foi sobre a **seca das nascentes e rios**. **Não há tratamento de esgoto em Lagoa Grande e a água tratada, proveniente da EMBASA, não alcança todos os lugares**. A coleta de esgotos ainda é canalizada para fossas sépticas. A comunidade de Tiririca tem água tratada. Sugeriu-se a criação do tratamento de esgoto por meio da caixas de areia, talvez para atender um pequeno conjunto de casas. A **falta de organização comunitária** foi relatada pelo Sr. José como um dos maiores desafios à realização de melhorias na comunidade. Deu-se início a uma dinâmica distribuindo revistas, tesouras, cola e lápis para confecção de cartazes. Concluídos, os cartazes confeccionados foram apresentados. O primeiro grupo escreveu sobre o **desejo de que as nascentes “retornem”, que ela seja restaurada**, pois apesar de todo tempo nunca secou, mas o esgoto tem feito ela sumir. O segundo grupo colou a seguinte frase: **“Diga não aos agrotóxicos e sim aos alimentos saudáveis”**; além de figuras de animais. O terceiro grupo representou a seca da nascente, o uso de agrotóxicos, extinção de abelhas e a importância da produção de alimentos saudáveis.

Registros Fotográficos



Lista de Presença

que o Plano será destinado a melhorias em diversas áreas na cidade, mas que apesar de possuir um conhecimento geral sobre as necessidades locais, as informações transmitidas pelas comunidades são cruciais. Ivana acrescentou que estas possibilitarão a identificação das dificuldades, permitindo uma maior eficiência da Secretaria da Agricultura e do Meio Ambiente. Questionados sobre os problemas socioambientais, uma senhora falou que **a escassez da água era o maior problema. Antes era proveniente de carros pipa, contudo, em novembro de dois mil e dezenove o abastecimento pela Embasa chegou à comunidade.** Um senhor informou que apesar de passar aos arredores da comunidade o **carro do lixo não adentra.** Como solução para o problema, **cada família queima seus resíduos.** Ainda acrescentou que devido a visibilidade que a comunidade tem o fato se torna ainda mais precário. Cerca de 200 famílias residem em Umbaubeira. Considerando uma média de quatro pessoas por família, estima-se cerca de 800 pessoas na comunidade. Segundo dados apresentados por Renato, uma pessoa produz cerca de 1kg de lixo diariamente. Entretanto, como se tratam de dados referentes a áreas urbanas, foi adotado 0,5 kg por pessoa a fim de exemplificar quanto resíduo é produzido por dia, totalizando 400 kg. Alguns moradores declararam o uso do Mirex-s (isca formicida, utilizada no controle de formigas cortadeiras). Além disso, relataram que antes mesmo do carro pipa a água era oriunda de **poço artesiano, mas atualmente encontram-se quase todos secos.** A água é crucial para a existência humana e um importante indicador de desenvolvimento e qualidade de vida, porém ainda existem muitos lugares pelo Brasil que não possuem água tratada, disse Renato. Aipim, laranja, limão, batata, feijão, mangalô e pimenta são alguns dos alimentos produzidos na comunidade. Renato falou sobre a importância da qualidade dos alimentos e a possibilidade de criar políticas públicas que apoiassem o comércio local. O PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) foi citado como exemplo de um programa facilitador desse processo. Em Curitiba há canteiros de hortaliças nos centros urbanos e até mesmo em terraços de shoppings. Pedro Melo falou sobre a **ausência da comunidade no PNAE.** Duas famílias já entregam ao PAA (Programa de Aquisição de Alimentos). A comunidade Corta Jaca trabalha com o PNAE e, de acordo com Renato, a comunidade está satisfeita. Pedro falou que eles conseguiram duplicar o número de beneficiados. Quanto aos dados, sabe-se que a maioria dos alimentos escolares são procedentes da agricultura familiar, gerando demanda. Um senhor falou sobre o **desinteresse da juventude pelo trabalho no campo.** Outro acrescentou que atualmente ele sustenta a família, mas que não sabe como será num futuro próximo, já que a idade está chegando e não há trabalho na cidade para os jovens. **As mudanças climáticas na região** foram abordadas e Renato contou sobre as dificuldades enfrentadas na comunidade de Piaba e também no município de Maragogipe, apesar da proximidade com o litoral. As mulheres foram instigadas a participarem do diálogo, mas não houve mudança. Foi comentado sobre o **fechamento da**

Fumex Tabacalera e as doenças apresentadas pelos trabalhadores: problemas nos ossos, artrose, cegueira e até morte de mulheres que lavavam roupas contaminadas. Era utilizado um carro para espalhar veneno na plantação de fumo. Renato falou sobre a contaminação de mercúrio em uma comunidade, assim como em Laranjeiras (Mangabeira), acrescentou Ivana. Após a chegada da Fumex, os pequenos produtores de fumo pararam de plantar. Foi dito sobre a **falta de emprego para as mulheres** e um projeto do SICOOB para a criação de uma cozinha comunitária para confecção de alimentos e artesanato. A comunidade não obteve retorno do projeto, pois segundo Pedro, houve o encerramento deste. Contudo, **ainda há interesse na criação desta cozinha.** Thaís falou sobre um curso de Técnico em Cozinha e Técnico em Alimentos oferecido pelo IF Baiano de Mangabeira e a possibilidade de marcar encontros semanais na comunidade. Pedro perguntou por que os poços secaram e um senhor respondeu acreditar ser por conta do **desmatamento**. Renato contextualizou o tema, ressaltando que há menos de 3% do território Cruzalense coberto por vegetação arbórea. **Sobre a caça, foi dito que não ocorre mais a caça de tatu, porém permanece a de pássaros, preá, raposa, teiú e sariguê.** Questionado sobre o tamanho da terra, um senhor disse possuir cerca de 2,5 hectares. O município possui 145 Km² e cerca de 20 mil famílias, sendo possível refletir sobre a distribuição imparcial da terra. Há proprietários com muitas terras, até mesmo improdutivas; enquanto outros quase não possuem terras. Encerrada a discussão, Renato iniciou a dinâmica com o auxílio de Thaís e Tamires distribuindo tesouras, revistas, lápis de cor e cola. Foi solicitado que representassem “uma Umbaubeira que a gente quer para nossa vida”. Enquanto o grupo procurava gravuras, Renato provocou reflexões de planejamento para o futuro junto a Karine, que possui 13 anos. Além de figuras que demonstravam áreas verdes e produtos orgânicos, foi declarado o desejo da comunidade em ter **transporte de fácil acesso, suporte técnico na agricultura, uma cozinha comunitária, emprego, curso de flores e coleta de lixo.** Ivana disse poder dar algumas orientações sobre o manejo com flores. Renato falou sobre os três eixos: Educação popular (ações nas associações das comunidades), Educação formal (voltada aos professores) e Mobilização Institucional (destinada ao prefeito, vereadores e participantes dos órgãos municipais). Ao discutir sobre as gravuras foi dito sobre **a área de lazer que havia, mas que não foi conservada; a falta de assistência na área da saúde, pois não há atendimento médico; o anseio por uma alimentação saudável; ausência de arborização e a caça de pássaros.**

Registros Fotográficos



Lista de presença

COMUNIDADE E MEIO AMBIENTE: SABERES E DEMANDAS LOCAIS
 V FÓRUM PARTICIPATIVO PARA A CONSTRUÇÃO DO PLANO MUNICIPAL
 DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL
 COMUNIDADE UIMBAURERA E ENGENHO DA LAGOA

Lista de Presença 02/03/2020

NOME	EMAIL	TELEFONE
→ José Cosmo dos Santos		9470750 37
→ José Borges dos Santos		191 9819805 86
→ José Borges dos Santos	jozeborgesdosantos@gmail.com	81009 3185 0 9 81
→ José Borges dos Santos		9470750 37
→ José Borges dos Santos		87 32 22 4 00
→ José Borges dos Santos		22 33 10 24 20
→ José Borges dos Santos	jozeborgesdosantos@gmail.com	81009 3185 0 9 81
→ José Borges dos Santos		9470750 37
→ José Borges dos Santos		9470750 37

COMUNIDADE E MEIO AMBIENTE

V Fórum do Plano Municipal de Educação Ambiental

Local: Prédio Escolar Joana Angélica- Fazenda Tapera

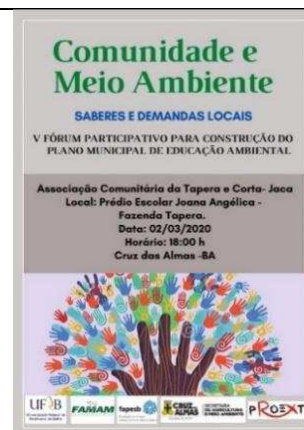
Data: 02/ 03/ 2020

Horário de Início: 19:04 Horário do Término: 20:32

Comunidades Representadas: Tapera e Corta-Jaca

Total de moradores presentes: 25

Indicações: Pedro Cosmo do Santos (Corta Jaca); José Borges dos Santos (Tapera)



Relatos

De início o Prof. Renato se apresentou seguido pelas estudantes Tamires, Thaís e Mikaele. Renato falou sobre a ausência de um Plano Ambiental em Cruz das Almas e a transversalidade da Educação Ambiental. Foi comentado sobre a realização dos Fóruns em outras comunidades e os três eixos que compõem o projeto: educação popular, educação formal e mobilização institucional. Cada eixo tem sua devida importância: a educação popular possibilita a identificação dos problemas; a educação formal representa a intensificação do trabalho junto aos professores quanto aos problemas diagnosticados; e a mobilização institucional busca envolver os responsáveis pela execução do Plano Ambiental após sua eventual aprovação. A realização deste tem sido mediada pela Secretaria da Agricultura e do Meio Ambiente. Renato ressaltou que o projeto se trata de uma iniciativa da universidade, apesar do apoio da prefeitura. É desejado que em junho ocorra uma conferência (ou audiência) onde os três eixos estarão reunidos. Embora possua conhecimentos acadêmicos, Renato mencionou a importância do apontamento pela própria comunidade quanto aos problemas que enfrentam. Foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para que todos lessem e assinassem. Renato questionou os moradores sobre qual o principal problema ambiental da comunidade. A **inexistência de coleta de lixo nas duas comunidades** foi apontada como o maior problema. **Vidro e embalagens plásticas de inseticidas e agrotóxicos foram citados como resíduos encontrados em grandes quantidades no lixo.** Renato citou sobre os impostos destinados ao recolhimento de resíduos. Estima-se que cerca de 75 famílias residam nas comunidades. Se cada família é composta em média por 5 pessoas, e uma pessoa produz 1 kg de lixo por dia, 375 kg de lixo são gerados diariamente na comunidade. Cerca de 15% da corrupção nas cidades brasileiras está associada aos contratos de coleta de lixo. Apesar dos resíduos orgânicos serem utilizados para alimentação dos animais, ainda resta muito plástico sem aproveitamento e descartado de forma inadequada. Um senhor exemplificou o problema que Morro de São Paulo vem enfrentando com o acúmulo de lixo. Foi dito sobre o **desmatamento e consequências como a seca nas nascentes, além das mudanças climáticas e desequilíbrio nas estações.** Atualmente existem menos de 3% do território de Cruz das Almas coberto por vegetação arbórea. Um dos poucos remanescentes é a Mata de Cazuzinha. O desaparecimento da floresta leva ao desaparecimento dos animais e aumento na incidência de pragas, fazendo-se necessária a utilização de agrotóxicos. Por sua vez, o uso indiscriminado de agrotóxicos provoca danos à saúde. Renato expôs casos de contaminação por mercúrio e morte por contágio de agrotóxico na Bahia. As comunidades Tapera e Corta Jaca se destacam quanto à organização comunitária. A prova disso é que fornecem mercadorias ao PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) há cerca de 9 anos. Chegaram até a se unir com o Coaf

(Conselho de Controle de Atividades Financeiras). O Sr. Pedro relatou a **importância da regularização do produtor, assim como o compromisso dos compradores**. Acrescentou, ainda, que **se o calendário do PNAE fosse divulgado previamente facilitaria o planejamento dos produtores e, como cada comunidade se identifica com uma mercadoria, poderia ser direcionada a produção e a venda específica**. Renato falou sobre a segurança na qualidade dos alimentos e a seguridade alimentar. O Sr. Pedro declarou acerca do desenvolvimento da agricultura, a geração de renda para a comunidade, a circulação de capital local e disse não haver valorização do produto regional. Renato completou sobre o custo envolvido no transporte de alimentos provenientes de outras localidades e citou um vídeo que demonstra a valorização do produtor primário até o produto final. **A mosca negra (fumagina) nas plantações de laranja foi apresentada como um problema, pois obrigou os produtores a se deslocarem**. Ao ser questionada sobre as atitudes da prefeitura no controle e auxílio aos agricultores quanto à fumagina, Ivana disse ter ocorrido uma audiência para buscar soluções e distribuição de pulverizadores, assim como ensino sobre o uso de inseticidas naturais. **O Sr. José disse estar insatisfeito com a ineficiência da Embrapa**. Em relação ao tamanho de terras, alguns moradores disseram possuir entre 6 e 4 hectares. Foi realizado breve cálculo entre o tamanho territorial de Cruz das Almas (145 Km²) e a quantidade de família (20 mil) com o intuito de demonstrar tamanha desigualdade. Onde há água em abundância, há mais trabalho e a lavoura tem um bom rendimento ou o manejo é menos difícil, o que facilita aos jovens permanecerem na zona rural. Contudo, a realidade de ambas comunidades é o **abastecimento por poço (sem oferta de água tratada)**. Predominantemente, a água é destinada ao consumo humano, porém **devido à seca dos brejos a água tem sido desviada para o cultivo de hortaliças, gerando transtornos no abastecimento. Daí a importância da conservação e recuperação dos recursos hídricos, disse o Sr. Pedro**. No Brasil 65% da água é utilizada na agricultura. Outro membro da comunidade falou sobre uma **retroescavadeira que encontra-se sem utilização, enquanto poderia estar ajudando nas atividades do campo**. O **uso excessivo de agrotóxicos** é uma realidade na comunidade. Foi exemplificada a utilização em uma plantação de inhame, do começo ao término do cultivo. Uma professora presente relatou que **durante uma sondagem com os alunos, 99% alegaram que os pais fazem uso de agrotóxicos**. Ela também disse ter sido contaminada certa vez quando estava retornando para casa e uma plantação estava sendo pulverizada, tendo percebido um sangramento no nariz. Ainda **existe caça de tatu e coelho**. O Sr. Pedro falou sobre a **ausência de práticas conservacionistas do solo e a contaminação dos lençóis freáticos, ocasionando na captação de água contaminada**. Renato solicitou a indicação de três representantes, contudo houve recusa dos moradores que disseram

Indicações: Augusto Sergio; Roque Ribeiro



Relatos

O encontro foi iniciado com a apresentação dos integrantes do grupo, bem como os objetivos do projeto para a construção de políticas municipais de Educação Ambiental, adotando-se princípios participativos. Foram apresentados os três eixos do projeto: Educação Ambiental Popular (reuniões para diagnóstico nas comunidades), Educação Ambiental Formal (processo formativo aos professores) e Articulação Institucional (envolvimento da gestão municipal, secretarias e conselhos). Foi abordada a importância da participação dos moradores para a construção de uma política multicêntrica, de modo que durante os Fóruns, a comunidade tem a oportunidade de realizar um diagnóstico local dos seus problemas ambientais para subsidiar a construção das políticas. Foi ressaltado que este projeto é realizado pela UFRB em parceria com a FAMAM, e conta com o apoio da Prefeitura de Cruz das Almas, especialmente as Secretarias de Agricultura e Meio Ambiente e Secretaria de Educação. Foi explicado aos moradores sobre a necessidade de assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido para ampliar a preocupação ética e garantir a segurança das pessoas e a legalidade da pesquisa. Logo após, foi realizada a leitura do termo, distribuído para que os moradores pudessem assinar, se assim considerassem pertinente. Posteriormente, foi indagado aos moradores quais eram os problemas ambientais que eles percebiam na comunidade? Os moradores relataram que **o lixo é um grande problema na comunidade, e que é preciso maior frequência de coleta**. Um outro problema citado foi a **seca das nascentes**. Durante a discussão os moradores também afirmaram que a água potável tinha chegado à comunidade em novembro/2019. Em seguida foi conduzida uma dinâmica (dinâmica árvore dos sonhos), na qual os participantes foram organizados em três grupos. A cada equipe foi entregue cartolina com desenho do tronco de uma árvore, folhas em papel verde e amarelo. Nas folhas verde foi pedido para que escrevessem os sonhos de melhoria para a comunidade e na folha amarela escrevessem os problemas e obstáculos que a comunidade enfrenta. No tronco da árvore poderiam apontar o plano de ação para realizar o sonho. Após um tempo para a realização da dinâmica, cada grupo apresentou sua árvore dos sonhos. **O grupo 1** apontou os **problemas**: ausência de educação

ambiental no município, uso de agrotóxico, extração de areia e desmatamento. Em relação **aos sonhos**: conscientização, ensino de qualidade. **Plano de ação**: redução da venda de agrotóxicos, investimento em educação. **O grupo 2** citou os **problemas**: nascentes abandonadas, retirada de areia, falta de orientação para o plantio, agrotóxico, desmatamento. Entre **os sonhos** (melhoria para a comunidade) reflorestamento, coleta de lixo, revitalização das nascentes, suporte técnico. Em relação **às soluções**: limpeza das nascentes, visitas da EMBRAPA à comunidade, maior frequência na coleta de lixo. **No grupo 3** os **problemas** citados foram: ausência do ensino EJA aos moradores, estradas ruins, falta dos agentes de saúde e lixo. Sobre **os sonhos** foram: área de lazer na comunidade, infraestrutura, oportunidade aos jovens, orientação para o escoamento/venda dos produtos da comunidade. Findada a apresentação das árvores dos sonhos, iniciou-se breve discussão, abordando os problemas e soluções apontadas. Também foram abordados os problemas ambientais observados na comunidade que não foram citados pelos moradores, como por exemplo: **os animais silvestres que não são mais observados na localidade**. Também foi abordado o risco de contaminação por agrotóxicos. Embora os moradores tenham incluído esse problema em suas árvores, os mesmos afirmaram que na comunidade não há casos de contaminação. Por fim, foi solicitado que a comunidade escolhesse os seus representantes para participar na construção da política pública e na conferência de apresentação do plano municipal de educação ambiental.

Registros Fotográficos



Lista de Presença

de Consentimento Livre Esclarecido para garantir a legalidade da pesquisa e a segurança das informações e dos participantes. Foi realizada a leitura do termo e em seguida distribuído-se para os moradores assinarem. Em seguida foi realizada a dinâmica árvore dos sonhos, com os participantes organizados em dois grupos. Um grupo com moradores da Boca da Mata e o grupo com os moradores da Tiririca. A cada equipe foi entregue cartolina com desenho de um tronco de árvore, além de folhas de papel na cor verde e amarelo. Foi solicitado que nas folhas verdes escrevessem os sonhos de melhoria para a comunidade; nas folhas amarelas escrevessem os problemas e obstáculos que a comunidade enfrenta; e no tronco da árvore o plano de ação para realizar os sonhos e as possíveis soluções dos problemas. Após a dinâmica foi realizada uma discussão, tendo sido abordada a questão da distribuição de terra na região. Perguntou-se o quanto seria suficiente para uma família viver bem? Um morador afirmou que **muitos terrenos são improdutivos e estão nas mãos de poucos**. Os moradores também relataram que possuem poucas “tarefas de terra” e que produzem laranja, limão, feijão, milho, aipim, batata, hortaliças e outros. Indagados sobre como a produção chega à mesa do consumidor, os moradores afirmaram que **a produção é para consumo próprio e também vendida ao Programa de Aquisição de Alimentos-PAA e ao Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE. Sobre esses programas os moradores se mostraram insatisfeitos quanto a forma que é realizada a venda e a pouca fiscalização**. Um morador fez o seguinte relato: “as vendas não são feitas como devem ser. Não são orgânicos e não são produzidos na comunidade, pois não há fiscalização”. Ou seja, relataram que há moradores que comprem produtos em outras cidades e vendem aos programas como sendo esforço de sua produção. Sobre os meios de comercialização afirma-se que os produtos são vendidos fora da comunidade e que os produtores raramente negociam diretamente com o comércio, mas vendem ao atravessador a preços menores que aqueles praticados pelo mercado. Um morador afirmou que “o atravessador hoje é um mal necessário, pois não há outras formas de escoamento da produção”. Também foi discutido sobre a **dificuldade em manter o jovem na zona rural e a pouca disposição dos mesmos para a atividade de plantio**. Logo após, foi abordada a temática segurança e seguridade alimentar, e agrotóxico. Nesse momento os moradores afirmaram que **fazem uso de agrotóxico e durante a discussão um morador fez o seguinte relato: “não se consegue manter uma lavoura de médio e grande porte sem uso de agrotóxico. Se não fizer uso, não produz e por isso pode desempregar muitas pessoas da comunidade”**. Também foi perguntado se na comunidade tem pessoas com problemas de saúde por agrotóxico? Os moradores afirmaram que “não, não comprovado cientificamente”. **Um morador afirmou que faz uso de Roundup e percebeu que as abelhas diminuíram na comunidade. Também afirmou que há três anos os seus cajueiros estão com baixa produção**. Outro morador afirmou que encontrou pássaros

mortos dentro das plantações. Também foi afirmado pelos moradores que a planta Nim está reduzindo as abelhas e pássaros na comunidade. Durante essa discussão foi abordada a importância dos remanescentes florestais para controle de pragas na agricultura. Nesse momento os moradores afirmaram que **não tem mata na região, mas que possuem terrenos ociosos**. Foi perguntado se os donos desses terrenos **aceitariam fazer reflorestamento. Os moradores responderam que não e que alguns desses terrenos eram alugados para pasto**. Foi explicado que o município possui menos de 3% do seu território ocupado por matas e que essa estimativa pode ser ainda menor. Também foi discutido sobre as mudanças climáticas e a pouca preocupação da população sobre esse assunto. **Os moradores falaram que a produção na comunidade caiu demais por causa das chuvas irregulares e das pragas como a lagarta do milho e a mosca negra**. Foi explicado aos moradores que a falta de mata e as mudanças climáticas afetam diretamente a agricultura. Foi perguntado sobre os animais silvestres da região como preá, raposas, teiú e outros. Os moradores afirmaram que **não encontram mais esses animais como outrora**. Em seguida foi perguntado sobre a árvore dos sonhos então representadas por eles e quais foram os problemas que os moradores percebiam na comunidade. **A moradora da Tiririca falou que o maior problema da comunidade é a falta de água, já que a comunidade é abastecida com carro-pipa**. Um outro problema foi o lixo, pois **a comunidade não possui coleta de lixo e a queima é uma prática comum, inclusive na escola**. Sobre essas questões os moradores **da Boca da Mata afirmaram que possuem água tratada, mas que a coleta de lixo só ocorre na rua principal em um único dia na semana**. Nesse momento o Secretário de Agricultura e Meio Ambiente, Pedro Melo, afirmou que a Associação da Tiririca precisa fazer um ofício solicitando a coleta de lixo ao prefeito. **A moradora da Boca da Mata afirmou que um dos sonhos é um maior envolvimento da escola com a Educação Ambiental na educação infantil da comunidade**. Os moradores também afirmaram que é preciso um olhar diferenciado da gestão do município para o meio ambiente. Sobre a dinâmica árvore dos sonhos, os cartazes das comunidades foram sistematizados da seguinte forma:

COMUNIDADE DE BOCA DA MATA

Sonhos: Preservação das nascentes; Mais áreas verdes; Assistência técnica Ambiental; Participação da escola para a Educação Ambiental; Educação Associativas e cooperativista.

Problemas: Extração de terra sem fiscalização; Agrotóxicos; Praga mosca negra, caramujo africano; Falta de participação dos moradores nas atividades da associação; As tecnologias estão afastando as crianças do contato com o meio ambiente.

Plano de Ação: União da população para buscar soluções; Políticas públicas de parcerias para zona rural; Olhar diferenciado da gestão municipal em relação ao meio ambiente.

APÊNDICE F: DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL A PARTIR DOS FÓRUNS NAS COMUNIDADES

Quadro 5- Diagnóstico Socioambiental do município de Cruz das Almas-BA a partir da percepção dos problemas e demandas socioambientais locais resultantes dos fóruns participativos realizados entre Nov./2019 e Mar./2020.

COMUNIDADES REPRESENTADAS / LOCAL DE REALIZAÇÃO DOS FÓRUNS	DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL A PARTIR DA PERCEPÇÃO DOS PROBLEMAS E DEMANDAS LOCAIS
<p>PUMBA / SEDE DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DA PUMBA</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Dificuldades em lidar com pragas nas plantações (caramujo africano e mosca negra). ● Uso de agrotóxicos. ● Intoxicação por metais pesados em moradores. ● São poucas e fragmentadas as áreas de mata. ● Não existe suporte para a coleta seletiva no município, pois não há tratamento adequado. ● Plantações estão cheias de embalagens e sacos plásticos descartados de forma incorreta. ● Coleta de lixo deficitária. ● Falta de água na comunidade. ● Poluição das nascentes e falta de suporte do poder público para limpeza e manutenção dos corpos d'água. ● Seca de lagos e nascentes. ● Saneamento básico não chega na zona rural. ● Aumento do desemprego e de trabalhos informais que utilizam os recursos naturais sem controle como a venda e queima da lenha e o lava-jato.
<p>LAGOA GRANDE, TIRIRICA E BOCA DA MATA / SEDE DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DA LAGOA GRANDE</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Coleta de lixo deficitária ● Desmatamento ● Uso de agrotóxicos ● Praga mosca-negra na plantação de cítricos. ● Ausência de tratamento de esgoto. ● Água tratada não alcança todos os lugares. ● A falta de organização comunitária. ● Planta invasora (Nim) tem causado a morte de insetos, pássaros e abelhas. ● Chuvas irregulares. ● Poluição e seca de nascentes. ● Seca da lagoa.

<p>DONA ROSA, TIRADENTES, SORRISO, SÃO JUDAS TADEU / SEDE DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA GENTE DA GENTE</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Acúmulo de lixo e entulho nas ruas. ● Necessidade de coleta de lixo com maior frequência. ● Nascentes contaminadas por esgotos. ● Falta de manutenção da nascente dentro da creche. ● Crescimento desordenado do bairro e problemas relacionados à macrodrenagem. ● Canais de drenagens entupidos. ● Problemas com insetos (dengue, barata) e animais transmissores de doenças (ratos), por conta de esgotos abertos. ● Poluição sonora. ● Animais soltos na rua. ● Falta de árvores no jardim das praças e nas ruas.
<p>UMBAUBEIRA E ENGENHO DA LAGOA / SEDE DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE UMBAUBEIRA E ENGENHO DA LAGOA</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Ausência de coleta de lixo. ● Queima de lixo. ● Poços secos. ● Ausência da comunidade no PNAE. ● Êxodo rural. ● Mudanças climáticas na região. ● Uso de agrotóxico. ● Prática da caça/Redução de animais silvestres. ● Doenças geradas pelo trabalho na indústria fumageira. ● Falta de emprego para as mulheres e os jovens. ● Necessidade de uma cozinha comunitária para confecção de alimentos e artesanato (economia solidária). ● Desmatamento. ● Divisão desigual de terra. ● Falta de suporte técnico na agricultura.
<p>TAPERA E CORTA-JACA / PRÉDIO ESCOLAR JOANA ANGÉLICA- FAZENDA TAPERA</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Inexistência de coleta de lixo. ● Desmatamento. ● Seca das nascentes dos brejos ● Mudanças climáticas e o desequilíbrio nas estações. ● Agricultura. ● PNAE. ● Praga a mosca negra. ● Abastecimento por poço (sem oferta de água tratada). ● Ausência de suporte técnico para a agricultura.

	<ul style="list-style-type: none"> ● Conflitos por desvio de água para o cultivo de hortaliças, gerando transtornos no abastecimento. ● Uso de agrotóxico. ● Caça. ● Ausência de práticas conservacionistas do solo. ● Contaminação do lençol freático e da água usada ao abastecimento
<p>PIABA / SEDE DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PIABA</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Lixo. ● Ausência de educação ambiental na comunidade. ● Uso de agrotóxico. ● Extração irregular de areia. ● Desmatamento. ● Conscientização e ensino de qualidade ● Nascentes abandonadas. ● Reflorestamento. ● Revitalização das nascentes. ● Suporte técnico para o plantio. ● Oportunidade de trabalho para manter os jovens na comunidade. ● Orientação para o escoamento/venda dos produtos da agricultura familiar da comunidade.
<p>BOCA DA MATA E TIRIRICA / SEDE DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA BOCA DA MATA</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Terrenos improdutivos. ● Produção da agricultura familiar. ● Agricultores com dificuldade para negociar com o comércio e consequentemente vendem seus produtos ao atravessador a preços menores que aqueles praticados pelo mercado. ● Êxodo rural da população jovem e a pouca disposição dos mesmos para a atividade de plantio. ● Uso de agrotóxico. ● Diminuição da produção das plantas frutíferas. ● A planta exótica Nim está reduzindo as abelhas e pássaros. ● Extinção da área de mata. ● Pragas (lagarta de milho, caramujo africano e mosca negra). ● Falta de água (abastecimento por carro-pipa na comunidade Tiririca). ● Não há coleta de lixo (prática a queima do lixo na comunidade Tiririca). ● Coleta de lixo deficitária (uma vez na semana na comunidade Boca da Mata). ● Recuperação das nascentes e da Lagoa da

	<p>Tiririca.</p> <ul style="list-style-type: none">● Organização comunitária.● Extinção dos animais silvestres da região.● Falta assistência técnica Ambiental.● Participação da escola na Educação Ambiental.● Educação Associativista e Cooperativista.● Extração de terra sem fiscalização.● Políticas públicas de parcerias para zona rural (olhar diferenciado da gestão municipal em relação ao meio ambiente).
--	---

APÊNDICE G: PROPOSTA DE PROGRAMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA CRUZ DAS ALMAS

**PROPOSTA DE UM PROGRAMA MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA CRUZ DAS ALMAS-BA:**

A PERSPECTIVA MULTICÊNTRICA

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia- UFRB

Programa de Pós-Graduação

Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas e Segurança

Social- PPGGPPSS

Cruz das Almas, Bahia, 2022

APRESENTAÇÃO

O documento em pauta fundamentado nas políticas públicas de Educação Ambiental nacional e estadual (BA), e na Lei Orgânica do município de Cruz das Almas, apresenta o Programa Municipal de Educação Ambiental de Cruz das Almas-BA. O presente documento valoriza-se não somente pelo seu conteúdo, mas também pelo seu processo de construção, pois foi elaborado junto à comunidade e aos profissionais de educação do município, adotando-se a perspectiva multicêntrica de definição de uma política pública.

O Programa Municipal de Educação Ambiental foi construído de modo a valorizar processos participativos, ainda que tenha enfrentado o desafio de uma construção durante a Pandemia COVID-19. Toda a proposta foi conduzida pelo Laboratório de Estudos em Educação e Meio Ambiente do Recôncavo (LEEMAR/UFRB), junto ao Programa de Pós-Graduação Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social (PPGGPPSS/UFRB) e ao Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente (MDRMA/ FAMAM).

Para tanto, a construção do Programa ocorreu de modo articulado ao Projeto de Extensão “Comunidade e Meio Ambiente: saberes e demandas locais”, cadastrado junto a Pró-reitoria de Extensão (PROEXT), da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) - processo 23007.00003838/2020-38. Foram realizados 7 fóruns com as comunidades rurais; um processo formativo com os profissionais da educação da cidade; e o compartilhamento de um formulário online envolvendo aproximadamente 500 pessoas na zona urbana. Portanto, a elaboração deste Programa é resultante da sistematização dos conteúdos discutidos em fóruns realizados com as comunidades da zona rural da cidade; no processo formativo com educadores da educação básica, em modalidade remota; e demais informações obtidas por meio de estudos documentais, além de formulários eletrônicos e entrevistas com a população, em geral, sediada na zona urbana.

O conteúdo do programa adota uma concepção de Educação Ambiental afeta às sociedades sustentáveis, com uma abordagem crítica à formação socioambiental e cidadã. Em conformidade a essa concepção o programa apresenta objetivos, princípios, diretrizes, descrição de áreas prioritárias e as estratégias a serem desenvolvidas, também por meio de processos educativos, em conexão com as

especificidades do município quanto aos aspectos sociais, educacionais, econômicos, socioculturais e ambientais.

A presente proposta precisa considerar a necessária avaliação periódica do Programa, dado o compromisso assumido em seus objetivos e em virtude das novas perspectivas políticas e pedagógicas que surgirão com o seu progresso. Portanto, essa proposta seguirá em construção, viva, aguardando desdobramentos do órgão gestor da educação ambiental municipal.

SUMÁRIO

JUSTIFICATIVA.....	7
CONTEXTO NORMATIVO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM CRUZ DAS ALMAS.....	12
O MUNICÍPIO DE CRUZ DAS ALMAS.....	14
REGISTRO DE AÇÕES E PROJETOS DESENVOLVIDOS PELAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.....	16
PANORAMA DOS DESAFIOS SOCIAMBIENTAIS.....	21
OBJETIVO DO PROGRAMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	30
PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE CRUZ DAS ALMAS.....	30
O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PROGRAMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	32
ÁREAS PRIORITÁRIAS E ESTRATÉGIAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	34
EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO FORMAL.....	35
EDUCAÇÃO AMBIENTAL NÃO FORMAL.....	36
EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA A RECUPERAÇÃO DE NASCENTES.....	38
EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO SANEAMENTO AMBIENTAL.....	39
EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE.....	40
EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO LICENCIAMENTO AMBIENTAL.....	41
EDUCOMUNICAÇÃO.....	42
GESTÃO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
REFERÊNCIAS.....	48

LISTA DE SIGLAS E ABREVEATURAS

APP	Área de Proteção Permanente
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CIEA	Comissão Intersetorial de Educação Ambiental
CIMEA	Comissão Interinstitucional Municipal de Educação Ambiental
CME	Conselho Municipal de Educação
CTR	Consortio Territorial do Recôncavo
COMMAM	Conselho Municipal de Meio Ambiente
COMVIDAS	Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida
DCNEA	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental
EA	Educação Ambiental
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAEB	Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia
GAC	Gestão Ambiental Compartilhada
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INEMA	Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
INEP Teixeira	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio
LEEMAR Recôncavo	Laboratório de Estudos em Educação e Meio Ambiente do
LOA	Lei Orçamentária Anual
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentária
ONU	Organização das Nações Unidas
PEA-BA	Programa de Educação Ambiental do Estado da Bahia
PEEA-BA	Política de Educação Ambiental do Estado da Bahia
PMEA	Política Municipal de Educação Ambiental
PNEA	Política Nacional de Educação Ambiental
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PNMA	Política Nacional de Meio Ambiente
PPA	Plano Plurianual

PPP	Projeto Político Pedagógico
ProEASE Bahia	Programa de Educação Ambiental do Sistema Educacional da Bahia
ProNEA	Programa Nacional de Educação Ambiental
ProMEA	Programa Municipal de Educação Ambiental
SEDUC	Secretaria Municipal de Educação
SEAMA	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
SEMA	Secretaria Estadual do Meio Ambiente
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SMS	Secretaria Municipal de Saúde
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UNESCO Unidas	Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura das Nações Unidas
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

JUSTIFICATIVA

A preocupação ambiental ganhou força na segunda metade do século XX em meio ao debate sobre modelos de desenvolvimento econômico mundial, o padrão de consumo adotado pela sociedade, a preocupação com a superpopulação e os limites dos recursos naturais. À medida que as correntes do pensamento ambiental amadureciam diante dos sinais de uma iminente crise ambiental, a educação ambiental emergia como um novo paradigma que problematiza a relação do ser humano com o meio ambiente. A década de 1970 representou o marco inicial do processo de discussão mundial sobre a interação do meio ambiente com o desenvolvimento econômico e a problemática ambiental como um fator de restrição ao crescimento das economias. Essa problemática ambiental é expressada no uso de agrotóxicos, nas desigualdades sociais, no desmatamento, na perda da biodiversidade, na escassez de recursos hídricos, no aquecimento global, entre outros.

Diante dessa necessidade de buscar medidas de enfrentamento e superação dos problemas ambientais, a Organização das Nações Unidas (ONU) realizou a primeira conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, em 1972, em Estocolmo, tendo elaborado um Plano de Ação Mundial - a "Declaração sobre o Meio Ambiente Humano"- que estabelecia as diretrizes e os princípios globais para inspirar e orientar a humanidade para a preservação, melhoria e equilíbrio do meio ambiente humano. Dentre os quais, vale ressaltar o princípio 19, que aborda a Educação, sobretudo com relação à formação de condutas de responsabilidade pelos indivíduos, pelas empresas e pelas comunidades no tocante a proteção e a melhoria do meio ambiente.

Foi na Conferência de Estocolmo que, nasceu a proposta para a criação de um Programa Internacional de Educação Ambiental, elaborado em 1975 pela Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura das Nações Unidas (UNESCO) e com a colaboração do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), buscando o desenvolvimento da educação ambiental a partir de uma ética individual, coletiva e global. O referido programa foi concluído no âmbito da Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental, em 1977, na cidade de Tbilisi, em que foram definidos os objetivos, os princípios, e as estratégias da educação ambiental. As conferências já mencionadas são marcos fundantes da

educação ambiental, pois produziram referenciais relevantes em relação à dimensão educativa com uma visão holística, interdisciplinar, democrática e com participação social, constituindo-se como parâmetro para que os países em suas esferas organizativas consolidassem as suas convenções, os pactos e as legislações.

Dez anos depois, em 1987, a UNESCO realizou o Congresso Internacional de Educação e Formação Ambiental, em Moscou, quando foi elaborado o documento “Estratégia Internacional de Ação em Matéria de Educação e Formação Ambiental para o decênio de 90”, que reafirmava os princípios expostos em Tbilisi, inclusive em relação a priorização de investimentos para treinar e qualificar pessoas nas áreas formais e não formais da educação ambiental. A partir de então, foram promovidos diversos eventos pautados na discussão sobre o agravamento dos problemas ambientais e suas implicações sobre a vida do planeta como um todo, ressaltando-se: a 2ª Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (RIO 92), que gerou entre outros documentos a Agenda 21 Global, o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global e a Carta da Terra. Também merecem destaques a Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade: Educação e conscientização Pública para a Sustentabilidade, em Tessalônica, Grécia (1997); o 1º Encontro da Rede Brasileira de Educação Ambiental, em 1997; a 1ª Conferência Nacional de Educação Ambiental, que produziu o documento Carta de Brasília; e a Conferência Internacional de Educação Ambiental para um Futuro Sustentável, em Ahmedabad, Índia, (2007), com o posterior estabelecimento da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2015).

No contexto brasileiro, a temática ambiental foi contemplada pela Lei nº 6.938/81, que instituiu a Política Nacional de Meio Ambiente (PNUMA). Nessa lei a educação ambiental é apresentada como um princípio para se efetivar a preservação, a melhoria e a recuperação da qualidade ambiental propícia à vida e como um instrumento para capacitar estudantes, de todos os níveis de ensino, e as pessoas da comunidade a participarem ativamente na defesa do meio ambiente. Ainda na mesma década, a Constituição Federal do Brasil em 1988, no art. 225º, reconheceu a obrigação do poder público e da coletividade para a preservação do meio ambiente, delegando ao Poder Público a incumbência de promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino, bem como a conscientização pública para a preservação do meio ambiente. Todo esse conjunto de ações, paralelo aos compromissos

internacionais assumidos na RIO 92, culminaram com a criação da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), promulgada pela Lei nº 9.795 em 1999.

Essa é a mais importante lei para a educação ambiental, com princípios que devem ser seguidos em todo o País. Sua definição de Educação Ambiental é apresentada no art. 1º:

“Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.”

Para a PNEA, a educação ambiental deve estar presente em todos os níveis e modalidades do processo educativo, formal e não-formal por meio de uma prática educativa integrada, contínua e permanente. Assim, a educação ambiental é apresentada como um processo educativo amplo, ao qual todos os cidadãos têm direito. Diante disso, são deveres: do poder público, estabelecer políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental; das instituições educativas, a promoção da educação ambiental de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem; das empresas, entidades de classe, instituições públicas e privadas, a promoção de programas destinados à capacitação dos trabalhadores; da sociedade como um todo, manter atenção permanente à formação de valores, atitudes e habilidades que propiciem a atuação individual e coletiva voltada para a prevenção, a identificação e a solução de problemas ambientais.

Além da PNEA foi instituído também o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA). O ProNEA tem como eixo orientador a perspectiva da sustentabilidade ambiental na construção de um país de todos. Suas ações destinam-se a assegurar, no âmbito educativo, a integração equilibrada das múltiplas dimensões da sustentabilidade: ambiental, social, ética, cultural, econômica, espacial e política. Tem por objetivo a promoção de processos de educação ambiental no ensino formal e não-formal voltados aos valores humanistas, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências, que contribuam para a participação cidadã na construção de sociedades sustentáveis. Sua aplicação, execução, monitoramento e avaliação é competência tanto do poder público federal como de todos os segmentos sociais e esferas de governo.

Outro importante elemento no âmbito do ensino formal foi a Resolução CNE/CP nº 02, de 15 de junho de 2012, que estabeleceu as Diretrizes Curriculares

Nacionais para a Educação Ambiental (DCNEA). Esse documento norteador, no seu art. 2º, legitima a educação ambiental como uma dimensão da educação e como atividade intencional da prática social, que deve imprimir ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos. A DCNEA tem o objetivo de orientar os sistemas de ensino e estimular a reflexão crítica e propositiva da inserção da educação ambiental nos projetos institucionais e pedagógicos das instituições, devendo compor o currículo e ser executada de forma integrada e interdisciplinar, contínua e permanente.

Com a institucionalização, a educação ambiental conquistou notoriedade na conjuntura das políticas públicas no país, expandindo-se não somente no âmbito federal, como nas esferas estaduais e municipais. O governo do estado da Bahia instituiu a Lei nº 12.056 em 2011 - Política de Educação Ambiental do Estado da Bahia (PEEA-BA), além do Programa de Educação Ambiental do Estado da Bahia (PEA-BA) e do Programa de Educação Ambiental do Sistema Educacional da Bahia (ProEASE). A elaboração da PEEA se deu a partir de um processo de construção participativa articulado à consultas públicas realizadas em 26 territórios de identidade do estado (hoje são 27 territórios), como estratégia de valorização das culturas, saberes e demandas de diferentes comunidades. Por sua vez, o PEA-BA apresenta eixos estruturantes como a comunicação, a territorialidade e a transversalização; mas também aponta oito áreas temáticas com estratégias de ação para o seu desenvolvimento e o processo de avaliação como uma ferramenta de gestão para a melhoria do programa.

O processo de elaboração do PEEA-BA contou com o apoio da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental – CIEA que se constitui em um espaço colegiado permanente de discussão, acompanhamento, monitoramento e avaliação da implementação da política pública de educação ambiental no Estado da Bahia. A CIEA foi criada por decreto nº 9.083 de 28 de abril de 2004, posteriormente revogado e reiterada pela Lei nº 10.431 de 20 de dezembro de 2006. No Art. 16, parágrafo único, compete-lhe promover a educação ambiental com orientação técnica, científica e institucional para a proposição de programas, ações e acompanhamento da legislação pertinente a EA. Além da elaboração de resoluções e recomendações que qualificam as políticas públicas de educação ambiental. A CIEA também apresentou a Recomendação nº 01 de 28 de outubro de 2014, com várias sugestões pertinentes à

educação ambiental, além de um anexo com modelo de capítulo dedicado à educação ambiental para as leis municipais.

Quanto a municipalização da educação ambiental o PEA-BA apresenta orientações para que os municípios, na esfera de suas competências e nas áreas de sua jurisdição, definam diretrizes, normas e critérios para a educação ambiental a partir do contexto socioambiental local, respeitando os princípios e objetivos das Políticas Nacional e Estadual de Educação Ambiental. A **Lei Orgânica da cidade de Cruz das Almas aponta no art.197º** que o município providenciará, com a participação efetiva da população, a preservação, conservação, defesa, recuperação e melhoria do meio ambiente natural, artificial e do trabalho, atendidas as peculiaridades regionais e locais, em harmonia com o desenvolvimento social e econômico, para assegurar a todos os cidadãos o direito ao meio ambiente ecologicamente saudável e equilibrado. Desse modo, propõe que **se estabeleça um programa de educação sanitária e ambiental em todos os níveis de ensino de suas escolas públicas, bem como, a promoção da conscientização pública para defesa do meio ambiente nos meios de comunicação de massa e nos órgãos de imprensa locais** (PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ DAS ALMAS, 2002).

A problemática socioambiental desafia os municípios e a população a serem protagonistas de políticas públicas de educação ambiental que evidencie a sua importância e possibilite o desenvolvimento de uma concepção integradora do meio ambiente, que desperte nas pessoas o sentimento de pertencimento, e que promova a conscientização e o exercício da cidadania. Neste sentido, está o Programa Municipal de Educação Ambiental de Cruz das Almas, configurado a partir do PEA-BA e de uma perspectiva de política pública multicêntrica, tendo como pilares os modos de pensar, agir e projetar a Educação Ambiental na territorialidade cruzalmense. Assim, o Programa Municipal de Educação Ambiental, orientado à sustentabilidade socioambiental propõe a formação de cidadãos críticos, atuantes e participativos, justifica-se pela urgência e emergência político-educacional, ética e cidadã com o meio ambiente.

A relevância desse Programa político-educativo está especialmente na relação com as particularidades do Município. Sob este foco, são abordadas algumas características geográficas, demográficas, históricas, sociais, políticas, econômicas, culturais e ambientais, a partir de estudos e pesquisas.

CONTEXTO NORMATIVO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM CRUZ DAS ALMAS

A Lei Orgânica Municipal de Cruz das Almas foi criada aos 05 de abril de 1990, sendo então atualizada e promulgada a emenda substitutiva em novembro de 2002. É no Art. 197 que encontraremos alguma referência à educação ambiental, pois afirma que “*o município providenciará, com a participação efetiva da população, a preservação, conservação, defesa, recuperação e melhoria do meio ambiente natural, artificial e do trabalho... para assegurar a todos os cidadãos o direito ao meio ambiente ecologicamente saudável e equilibrado*”. Mas especialmente em:

§2º Incumbe ainda ao Poder Público:

V - Estabelecer um programa sistemático de educação sanitária e ambiental em todos os níveis de ensino de suas escolas públicas;

VI – Promover a conscientização pública para defesa do meio ambiente nos meios de comunicação de massa e nos órgãos de imprensa locais;

Dado o caráter transversal da educação ambiental é razoável apontar que a execução e gestão compartilhada e eficiente das políticas Municipais de Educação Ambiental demandam a existência mínima de dois conselhos: o Conselho Municipal de Educação (CME), que se responsabilizará pela Educação Formal, conforme os artigos 9º à 12º da PNEA; e o Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMMAM), que fica a cargo de executar a Educação Não Formal, segundo artigo 13º (incisos I à VII) dessa mesma lei (FERNANDES; JERÔNIMO, 2013). Ambos estão em funcionamento na cidade de Cruz das Almas.

Em Cruz das Almas, a Lei nº 678/1998 criou o Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMMAM), apontando ser sua competência (Art. 2º, inciso Ib) “*propor os programas de educação ambiental, acompanhando-os em sua realização*”. Além disso, o inciso IId também sugere “*colaborar e participar nas campanhas educacionais e na execução de um programa de formação ambiental, especialmente na análise e elaboração do programa da disciplina Educação Ambiental, ministrada pela Rede Municipal de Ensino*”. Cabe destacar que a perspectiva de uma disciplina de educação ambiental contraria o Art. 10º da Política Nacional de Educação Ambiental - PNEA (BRASIL, 1999) e o Art. 16 das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Ambiental – DCNEA (BRASIL, 2012). Importante mencionar que as alterações desta Lei Municipal mostram-se recorrentes, mas apenas para promover ajustes ligados à composição do conselho. Infelizmente, a Lei vigente já não engloba representantes

de outras secretarias municipais (como originalmente previsto), dificultando o caráter transversal da educação ambiental e possíveis desdobramentos operacionais de um dado programa.

De outra forma, a Lei 713/1999 instituiu o Sistema Municipal de Educação, tendo previsto a criação do Conselho Municipal de Educação (CME), enfatizando no Art. 13 a caracterização do conselho como “*principalmente normativo*”. O desenho institucional do CME está claramente descrito no Regimento Interno do Conselho de Educação, constituído por duas Câmaras Técnicas (CACS FUNDEB e Câmara da Educação Básica). Embora “principalmente normativo”, o longo Art. 2º do Regimento Interno do CME aponta mais de 15 macro-competências que se desdobram em inúmeros incisos e itens ao longo de 2,5 páginas. Então, é facilmente compreensível que o CME tenha a prerrogativa de atender diferentes funções e áreas de atuação. Destacamos a ação propositiva prevista no tópico IV.b.1: “*Apresentar sugestões ao Legislativo Municipal relacionadas à elaboração de Projetos de Lei, referentes a assuntos educacionais*”.

Talvez o apontamento mais importante para a educação ambiental em Cruz das Almas esteja prevista na Lei Complementar nº 005/01 - que instituiu o Código de Meio Ambiente de Cruz das Almas e traz vários elementos de nosso interesse. Inicialmente deve ser destacado o Art. 8º, pois cabe ao COMMAM “formular a política municipal de meio ambiente...”. Embora isso não represente uma política de educação ambiental, essa pode estar contida dentro daquela. Ainda mais importante é o Art. 42, especialmente dedicado à educação ambiental. Afirma ser “competência integrada da Secretaria de Educação, Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, e Secretaria de Saúde, conforme se tratar de assuntos afetos a uma ou outra, a execução de programas e projetos de educação ambiental”. Esse artigo traz três parágrafos que incorporam a Educação Ambiental enquanto instrumento da gestão ambiental: O §1º sugere que as escolas municipais deverão incorporar ao currículo o ensino ambiental e proporcionar visitas a unidades de conservação, plantio de árvores e reconstituição da vegetação natural. O § 2º aponta a necessidade das placas de logradouros públicos mesclarem mensagens ambientais e comerciais. E o § 3º aponta a obrigatoriedade da educação ambiental ao empreendedor perante os processos de licenciamento de atividades impactantes.

Para além destes instrumentos normativos a educação ambiental também se desdobra em diferentes ações, que encontram referência em outros documentos de

gestão, como o Plano Municipal de Saneamento Básico e o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de Cruz das Almas.

Mais recentemente, em Outubro/2021, a Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA), o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA) e o Consórcio do Território do Recôncavo (CTR) celebraram o convênio de apoio aos municípios da região, por meio do Programa Gestão Ambiental Compartilhada (GAC). A Meta 02 deste Programa – Apoio à estruturação da Política Educação Ambiental - possui duas etapas de extremo interesse ao tema em tela:

Etapa 2.1: Realizar o levantamento de informações que contribuem para a política pública de educação ambiental nos municípios;

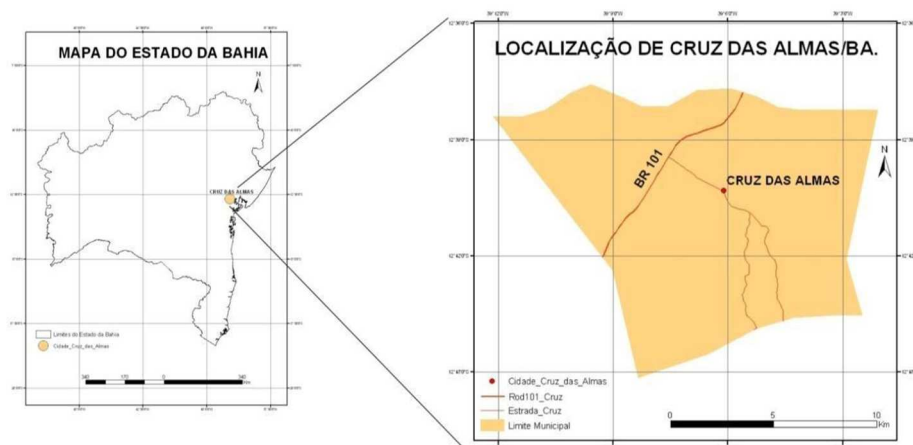
Etapa 2.2: Realização de oficinas para os conselheiros municipais de meio ambiente.

É razoável afirmar que a presente proposta construída dentro do Projeto Comunidades e Meio Ambiente se antecipa e contribui diretamente com as duas etapas previstas no Programa GAC da Secretaria Estadual de Meio Ambiente, tão necessárias ao contexto de Cruz das Almas.

O MUNICÍPIO DE CRUZ DAS ALMAS

O município de Cruz das Almas está situado na região do Recôncavo da Bahia, a 146 km de Salvador, a capital do estado. Sua altitude é de 225m acima do nível do mar, tem as seguintes coordenadas geográficas: Latitude: 12°39' 11" Sul, Longitude: 39° 7' 19" Oeste. A cidade possui área territorial de 139,117 km² e os municípios limítrofes são: Muritiba, São Felipe, São Félix e Sapeaçu. Há 20.193 domicílios recenseados nas áreas urbanas e rurais. Apresenta densidade demográfica de 402,12 hab/km² e a população estimada em 63.923 habitantes (IBGE, 2021).

Figura 1- Localização do município de Cruz das Almas no Estado da Bahia.



FONTE: Santos e Aguiar (2007).

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é de 4,8. Possui 68 instituições de ensino: 46 escolas municipais, 4 escolas estaduais e 18 escolas privadas. Em 2020, os alunos matriculados no ensino básico, somaram um total de 14.871 estudantes. A rede municipal atende 8.096 crianças da creche ao 9º ano do ensino fundamental; enquanto a rede estadual atende 2.969 estudantes do ensino médio e a rede privada atende 3.806 alunos da creche ao ensino médio (INEP, 2020). O quadro docente do município é composto por 143 professores atuantes na educação infantil; no ensino fundamental atuam 471 professores e no ensino médio lecionam 161 docentes (INEP, 2020). Além disso, a cidade se destaca nos aspectos educacionais e de pesquisa, sendo conhecida como a cidade universitária, por sediar a UFRB, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), e a Faculdade Batista Brasileira do Recôncavo (FBBR) além de outras instituições.

Quanto aos aspectos culturais, o município é conhecido nacionalmente por promover o São João, data católica associada à celebração da época das colheitas, um dos festejos mais típicos e animados do Nordeste brasileiro. Possui uma diversidade cultural como comida típica, forró e pé de serra, quadrilha e o forró do arraiá da cultura popular que promove a apresentação de bandas musicais. Dentre os espaços culturais se destacam: a Biblioteca Municipal Carmelito Barbosa Alves; a Casa da Cultura Galeno D. Avelino; Antiga Estação de Trem; Antigo Pontilhão Ferroviário; Memorial do Ensino Agrícola Superior da Bahia (MEASB); Palácio do Candeal; Fazenda Campo Limpo-Casa de Memória do Senador Temístocles da Rocha Passos e Manoel Caetano Passos (IT-PMCA, 2020).

O município também apresenta uma intensa atividade comercial, se caracterizando como um polo de comércio no recôncavo baiano, os estabelecimentos estão distribuídos por atividade econômica: o comércio varejista e atacadista, pousadas e hotéis, bares e restaurantes, indústrias e serviços (IT-PMCA, 2020). De outra forma, o perfil agrícola municipal é constituído na sua maioria pela agricultura familiar, com a predominância das plantações de laranja, limão, milho e mandioca. Outras fruteiras são produzidas nas propriedades rurais como banana, abacate, manga, tamarindo, inhame e hortaliças folhosas, além de um forte histórico ligado ao fumo.

REGISTRO DE AÇÕES E PROJETOS DESENVOLVIDOS PELAS SECRETARIAS MUNICIPAIS

Ao longo dos anos, foram vários os programas, projetos, práticas e outras ações que marcaram a presença da Educação Ambiental no Município, especialmente executadas pelas secretarias de Educação e pela Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, quase sempre pensados sob a perspectiva da reflexão/ação para a formação de educadores no campo da educação ambiental, na educação formal e na educação não formal. Esses processos educativos estruturados no campo da ação talvez tenham contribuído ao encorajamento de uma perspectiva de educação ambiental municipal, estruturada em bases teóricas, metodológicas, jurídicas e políticas, com alguma legislação pertinente correlata ao arcabouço legal, com intencionalidade, objetivo, planos e metas para a sua efetiva estruturação.

Em 2014, a Secretaria Municipal de Educação firmou parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR/BA), a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia (FAEB) e Sindicatos para a implantação do Programa Despertar nas escolas públicas municipais do ensino fundamental localizadas nas zonas rurais. O programa teve por objetivo a promoção da educação voltada à responsabilidade social, para alavancar a transformação de valores ao desenvolvimento de uma postura cidadã com o meio social e ambiental. No município, o programa abordou temas transversais dentro dos currículos escolares, principalmente o meio ambiente, incluindo a educação ambiental nas questões socioambientais da contemporaneidade. O programa teve como público-alvo direto os estudantes, professores e coordenadores; e indiretamente os pais e a comunidade do entorno da

escola (SENAR, 2006). Registra-se que o programa realizou capacitação em educação ambiental com os profissionais da educação, objetivando a formação de educadores ambientais para atuarem em prol da causa ambiental, contribuindo para a formação dos estudantes e no conhecimento de características, potencialidades e demandas do ambiente em que vivem, como também o pleno exercício da cidadania. Entre os projetos de educação ambiental realizados no contexto do Programa de Despertar que mais se destacaram foram:

- Os projetos de arborização, que tinham como objetivo o plantio de mudas de árvores nativas em torno das escolas e nas comunidades rurais para a melhoria da qualidade do meio ambiente dessas local que enfrentam processos de desmatamento. Foram realizados encontros entre os profissionais da escola e os pais dos alunos, para sensibilizá-los a participar das etapas dos projetos e colaborar no plantio e conservação dessas árvores.
- O projeto de resíduos sólidos nas comunidades rurais, em que os estudantes foram incentivados a identificar locais com pontos viciados de disposição irregular de resíduos sólidos e realizaram uma campanha educativa com os moradores sobre a maneira correta de destinação do resíduo. Tal projeto contou com o apoio da Secretaria de Serviços Públicos, que coletou os resíduos gerados pelos moradores, destinando-os ao aterro sanitário do município.
- Outro projeto de destaque foi sobre a adubação orgânica, no qual os estudantes realizaram um estudo sobre as possíveis alternativas orgânicas encontradas nas comunidades e perceberam que a casca da mandioca, então descartada pelo agricultores, poderia ser utilizada na etapa de adubação nas plantações. Houve compartilhamento dos resultados dessa investigação com os moradores, contribuindo para a redução do uso de agrotóxicos.
- Por fim, o projeto voltado para a preservação das águas. Os estudantes realizaram o mapeamento de nascentes, lagos, rios e lagoas de suas comunidades com o objetivo de identificar quais apresentavam processos de poluição. Em seguida, realizaram campanha informativa

aos moradores sobre as formas de preservar e revitalizar os corpos d'água das localidades (CUNHA, 2018).

Em 2016, ainda no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, foram observados novos projetos e continuidade aos já existentes. Foram desenvolvidas outras ações de educação ambiental nas escolas municipais da zona rural e urbana, das quais pode-se citar:

- O projeto intitulado “Um por todos e todos por um: do combate à prevenção do *Aedes Aegypti*”, com o objetivo de realizar campanhas educativas nas escolas municipais a partir da interdisciplinaridade, de modo a alertar a comunidade acadêmica sobre as medidas de prevenção e combate ao mosquito *Aedes Aegypti*, transmissor das doenças dengue, zika Vírus e Chikungunya. Esse projeto contou com apoio da Secretaria Municipal de Saúde e os agentes de endemias visitaram as escolas e realizaram atividades lúdicas com os estudantes.
- Em paralelo, foram realizados projetos e ações pontuais de educação ambiental como: a semana da árvore, horta na escola, ecogincanas e outros. Além de eventos comemorativos ao Dia da Água e ao Dia do Meio Ambiente, que são executados pelos professores e/ou com a participação de outras instituições. No mês de comemoração ao dia da Água foi firmada uma parceria com a Empresa Baiana de Águas e Saneamento (EMBASA) para a realização de palestras em todas as escolas públicas municipais, com o propósito de sensibilizar os estudantes sobre a importância da conservação da água para a vida, os cuidados para evitar o desperdício de água, bem como, as alternativas para a prevenção da proliferação de doenças de veiculação hídrica e dos mosquitos transmissores de doenças. Em comemoração ao dia do Meio Ambiente foi realizada uma parceria com os monitores do “Programa Mais Educação” para o desenvolvimento de minicursos e oficinas com os estudantes voltados à sensibilização ambiental, em que são discutidos diversos temas ambientais, tais como: água, resíduo sólido, reflorestamento, biodiversidade, agrotóxicos e outros (CUNHA, 2018).

De outro forma, também em 2016, a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente desenvolveu projetos e ações na área de educação ambiental, mais especificamente:

- O Projeto Cidade Verde Arborização Urbana destinado a preservar o meio ambiente e contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população, por meio do plantio de árvores nativas próximas às residências das pessoas que permitiam a ação, colaborando no cultivo e cuidado das árvores.
- Outra projeto desenvolvido foi o recolhimento de pneus velhos no interior das residências, ruas, praças e avenidas do município, para evitar danos ambientais causados por esse material. Os pneus coletados foram armazenados em um galpão no interior da secretaria e, posteriormente, destinados a uma indústria de reciclagem.
- Por fim o projeto Eco-Junino, destinado a cadastrar os catadores informais, para que trabalhassem na coleta de materiais recicláveis no período das festas juninas. Os catadores receberam kits EPIs e alimentação durante os dias da coleta. Somente em 2016 foram coletadas 18 toneladas de materiais recicláveis. Esse projeto contribuiu para a garantia de uma renda extra aos catadores pelo serviço prestado, bem como a contribuição para a preservação do meio ambiente (CUNHA, 2018).

Portanto, em linhas gerais, constata-se a existência de inúmeros esforços de educação ambiental coordenados especialmente por essas duas secretarias, mas sempre enquanto uma política de governo, ou em decorrência de demandas temporárias, ou induzidas pelas esferas estadual/federal. Invariavelmente, tais ações mostraram-se pontuais e valorizam datas comemorativas (Quadro 1).

Quadro 1- Algumas das ações, programas, projetos e práticas de EA no município de Cruz das Almas-BA

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	AÇÃO EXECUTADA
Secretaria Municipal de Educação (SEDUC)	Programa Despertar
Secretaria Municipal de Educação (SEDUC) Secretaria Municipal de Saúde (SMS)	Projeto Um por todos e todos por um: do combate à prevenção do Aedes Aegypti
Secretaria Municipal de Educação (SEDUC)	Semana da árvore
Secretaria Municipal de Educação (SEDUC)	Horta na escola
Secretaria Municipal de Educação (SEDUC)	Ecogincana
Secretaria Municipal de Educação (SEDUC)	Dia da Água
Secretaria Municipal de Educação (SEDUC) Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente (SEAMA)	Dia do Meio Ambiente
Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente (SEAMA)	Projeto Cidade Verde Arborização Urbana
Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente (SEAMA)	Projeto de recolhimento de pneus velhos
Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente (SEAMA)	Projeto Eco-Junino
Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente (SEAMA)	Sala Verde Mata de Cazuzinha
Associação Cata Renda Ambiental	Coleta seletiva solidária de materiais recicláveis
Secretaria Municipal de Educação (SEDUC) Associação Cata Renda Ambiental	Programa de educação ambiental nas escolas
Associação Cata Renda Ambiental	Projeto de coleta seletiva de óleos vegetais e gorduras residuais
COLABORADORES	UFRB/ INCUBA/ EMBRAPA/ SENAR/ FAEB

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

PANORAMA DOS DESAFIOS SOCIOAMBIENTAIS

Os desafios socioambientais observados durante o processo de elaboração desse programa foram inúmeros, como as mudanças climáticas, redução dos recursos hídricos, poluição, desmatamento, extinção de espécies, resíduos sólidos, êxodo rural entre outros. Todos esses problemas possuem relação entre si e estão associados ao estilo de vida adotado pela sociedade. Entretanto, não cabe apenas mostrar os problemas e demandas socioambientais, sendo necessário apresentar alternativas para que as mudanças ocorram e sobretudo mudança nas políticas públicas. Portanto, o contato direto com a realidade local possibilita o conhecimento das potencialidades do município, sendo um caminho possível para a criação de projetos integrados, dialógicos, participativos, com vista à justiça socioambiental, a proteção ecológica e a qualidade de vida.

É meritório destacar a criação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) em 2005, por desmembramento da Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia (UFBA), onde também está a sede do Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas e do Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas. Com a implantação destes centros que contribuem com estudos no campo da ciência ambiental, foi iniciado um período de grande relevância para a educação ambiental, por meio do desenvolvimento de projetos, propostas, estratégias e atividades em formatos diversos. Muitas ações já foram realizadas por meio de projetos de extensão da UFRB e parcerias com as escolas, comunidades, organizações governamentais e não governamentais. Soma-se a própria presença da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), e a Faculdade Batista Brasileira do Recôncavo (FBBR), além de outras instituições de ensino com projeção na cidade, a exemplo da Universidade Estadual de Feira de Santana e o Centro Universitário Maria Milza. Esse cabedal de conhecimentos não pode ser negligenciado, já que também apontam demandas, desafios e o registro de experiências exitosas. Abaixo são apresentadas algumas produções científicas publicadas acerca dos desafios socioambientais do município de Cruz das Almas.

- Agricultura Familiar

Cardoso (2019), em estudo sobre a agricultura familiar em Cruz das Almas retratou que a mesma é uma grande aliada do desenvolvimento do território local, pois

tem papel fundamental na geração de emprego (ocupação), renda e na produção de alimentos voltados ao autoconsumo, possuindo um caráter tanto social quanto econômico. Sua produção é destinada ao abastecimento interno com a comercialização dos produtos nos mercados e nas feiras livres localizadas no Centro da cidade, no bairro da Coplan e na feira itinerante realizada entre os outros bairros do município.

- Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)

Estudo minucioso foi conduzido por Santana et al. (2013), que avaliaram os desafios aos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) em busca do desenvolvimento sustentável em comunidades rurais de Tapera, Umbaubeira e Pumba, em Cruz das Almas. Diferentes aspectos agroambientais e características de uso e manejo das propriedades dessas localidades foram detalhados e demonstraram que grande parte das práticas aplicadas não atendem a legislação, seja por falta de conhecimento ou por um serviço de ATER incipiente, induzindo alguma passividade nos agricultores. Os autores sugeriram a inserção de componentes curriculares ou a formação multidisciplinar relacionada à educação ambiental para promover o desenvolvimento rural sustentável, melhorar a qualidade daqueles que estão diretamente se relacionando com o meio rural e para evitar que as leis ambientais não sejam tratadas como letra morta. Passados quase 10 anos, não há indícios de mudanças profundas nesse cenário, reforçando as conclusões dos autores. A Fazenda Araçá recebeu acompanhamento técnico dentro de um processo de transição do modelo de agricultura convencional para uma agricultura familiar de base ecológica (Sousa et al., 2018).

- Feira Livre de Cruz das Almas

A importância da feira livre para o município de Cruz das Almas é reforçada quando se entende a história do surgimento da cidade. Entre os séculos XVI e XVIII acontecia um fluxo de produtos entre o Recôncavo, o Sertão e a capital. O Recôncavo era atrativo à pessoas de diferentes localidades para as trocas de mercadorias na época, dando origem às feiras. Com o crescente desenvolvimento das feiras, surgiram os vilarejos, que posteriormente deram origem à cidade de Cruz das Almas em 1877 (AGUIAR, 2007). Sendo assim, as feiras livres não representam apenas um local de escoamento da produção, mas simbolizam um ponto de encontro do município onde

se constroem relações sociais e culturais. É crescente a preocupação com a manipulação e a qualidade dos produtos comercializados, já que se constatou elevada carga microbiana em amostras de pescado (na própria Feira Livre, mas também em supermercados da cidade), indicando falhas no processo de armazenamento, manipulação e refrigeração (BARRETO, et al., 2012). Apesar de avanços nos últimos anos, ainda há necessidade de adoção de Boas Práticas de Manipulação. Cabe destacar que a Feira Livre de Cruz das Almas também foi analisada por Silva (2018), que fez uma abordagem propositiva visando mudanças e melhorias, sugerindo a capacitação dos feirantes, a gestão de resíduos sólidos e a indução ao associativismo. Nos últimos anos foram empenhados esforços para melhoria da infraestrutura de apoio à comercialização no local da Feira Livre.

- Arboviroses

Processos participativos foram conduzidos com os 40 agentes de endemia de Cruz das Almas, que tiveram a oportunidade de apontar ações ao aprimoramento das estratégias de prevenção e controle da dengue, de modo que os problemas e soluções foram classificados em três eixos: (a) educação ambiental, mobilização e comunicação; (b) operacionalização; e (c) gestão (SANTOS, 2018). O autor também apresentou minuta de um projeto de lei que autorizava o Poder Executivo Municipal a estabelecer medidas preventivas ao combate e prevenção à dengue, chikungunya e zika vírus, no município de Cruz das Almas (especialmente quanto ao acesso a imóveis e terrenos com focos de arboviroses). Infelizmente, a proposta não foi acolhida pela municipalidade.

- Educação Ambiental Formal e Saúde

Educação Ambiental e Saúde é um tema sempre presente no contexto da educação formal em nosso município. Alguns dos estudos iniciais definiram a prevalência de sobrepeso (16%) e obesidade (7%) em escolares de sete a nove anos da Rede Pública de Ensino, com especial alerta aos estudantes das classes econômicas C e D (RIBEIRO et al., 2012). É possível que uma parcela desses estudantes esteja, hoje, compondo parte da população universitária na cidade. Não se pode negligenciar a crescente produção acadêmica relatando experiências diversas no campo da educação ambiental formal. Há relatos sobre a própria práxis pedagógica de educação ambiental pelos professores que lecionam a disciplina de

ciências na Rede Municipal (Reis et al., 2016) e biologia da Rede Estadual (Bonfim; Souza, 2018); educação ambiental e o manejo de resíduos sólidos no cotidiano escolar (Souza et al., 2013); além do uso racional de água nas escolas municipais a partir da inserção de cisternas (Oliveira et al., 2019).

- Nascentes e demais recursos hídricos

Em relação aos recursos hídricos do município, Cruz (2016) mapeou um total de 110 nascentes e verificou que 86% delas estavam situadas no meio rural e 14% no meio urbano, apresentando um panorama de intensa degradação do solo, com supressão da vegetação natural, ocupação de pastagem e a falta de mata ciliar. Esses fatores impõem processos prejudiciais ao ciclo hidrológico, levando a uma drástica diminuição da infiltração da água no solo para o abastecimento do lençol freático, a erosão do solo e o aporte maior de sedimentos no corpo d'água, provocando a diminuição da vazão e da qualidade da água disponibilizada. Algumas nascentes estão envoltas em vegetação secundária, com presença de espécies exóticas ao contexto do Bioma Mata Atlântica, como a jaqueira, bananeira, dendê, jurema e mangueira. Apesar disso, oferecem área de recarga maior e uma capacidade de manutenção da vazão e da qualidade mais expressiva que as demais nascentes. Outras nascentes tiveram o recurso hídrico exaurido. Nas comunidades rurais as nascentes e os pequenos cursos d'água são elementos importantes à organização social e produtiva, pois servem como referência na sociabilidade, e identidade e na delimitação do território.

As nascentes se configuram em importantes referências ao sistema de produção, ao consumo animal, irrigação e abastecimento humano, de modo que as diversas intervenções antrópicas podem alterar a dinâmica natural desses mananciais. Desse modo, as causas dos problemas ambientais nos corpos d'água estão relacionados a falta de conhecimento sobre o impacto gerado, devido ao mau uso do solo por parte dos proprietários das áreas onde se encontram as nascentes, ao não cumprimento da legislação referente ao manejo do solo no entorno das nascentes, que deveriam ser protegidas como Área de Proteção Permanente (APP) e a falta de planejamento ambiental do município (CRUZ, 2016).

Outros estudos interessantes foram conduzidos dentro do Campus Universitário de Cruz das Almas. A qualidade da água de pelo menos 22 nascentes situadas nas imediações do campus da UFRB (Cruz das Almas) foram analisadas e

várias delas foram consideradas impróprias ao consumo humano, demandando campanhas de educação sanitária à população (SOARES e BARROS, et al., 2015). O trabalho de Alexandrino; Caiafa (2018) também investigou 43 nascentes (Áreas de Preservação Permanente – APPs) dentro do Campus de Cruz das Almas e demonstrou que apenas duas destas encontram-se preservadas, evidenciando o descumprimento à legislação vigente, com destaque para o aumento no estabelecimento de espécies exóticas invasoras e a confirmação da supressão quase que total da vegetação original da área, onde pequenos fragmentos remanescentes estão isolados.

Também não há qualquer sistematização sobre o uso das cacimbas e poços artesianos; nem mesmo um controle sobre o número de poços e a extração de água na cidade. É provável que a cidade possa vivenciar desafios futuros em decorrência da escassez de água a abastecimento humano no contexto da bacia do rio Paraguaçu.

- Remanescentes Florestais e Biodiversidade

O município está inserido no Bioma Mata Atlântica e os parques florestais existentes se configuram como importantes espaços educativos que podem contribuir no aprendizado de conhecimentos empíricos e científicos por meio de atividades que estimulem a observação, o questionamento e a reflexão crítica sobre a realidade, favorecendo o desenvolvimento cognitivo e intelectual do indivíduo, além de promover a sensibilização ambiental e a formação cidadã. Desse modo, o Parque Florestal Mata da Cazuzinha e o Parque Ecológico Botânico Geraldo Pinto possuem grande relevância científica e educacional para a cidade, pois possibilitam a construção de novos saberes e conseqüentemente a criação de novos valores que permitam aprimorar o diálogo sobre as relações homem, natureza e sociedade, que reverberam para além do período acadêmico. Há sempre uma intencionalidade nos processos de educação ambiental não formal, que contribui para a produção do saber na medida em que atua no campo da formação dos indivíduos como cidadãos, aglutinando ideias e saberes através do compartilhamento de experiências e reflexões dos saberes existentes e os novos adquiridos (GOHN, 2014).

O maior remanescente da cidade abriga o Parque Florestal Mata de Cazuzinha, que possui área de 14 hectares, classificada como Floresta Estacional Semidecidual. As atividades de caça são antigas e culturalmente enraizada, de modo que somente agora perderam intensidade pela diminuição das populações faunísticas (MAMÉDIO

et al., 2019). Ainda assim, esse remanescente guarda atributos originais e diversidade ainda pouco conhecida. Já foram catalogadas mais de 300 espécies vegetais nos 14 ha do Parque Florestal Municipal Mata de Cazuzinha, sendo três consideradas Vulneráveis quanto ao seu risco de extinção (*Cupania furfuraceae* Radlk, *Metrodorea maracasana* Kaastra e *Pagamea harleyi* Steyern) (CNCFlora 2021), oito foram citadas pela primeira vez para o estado da Bahia, e duas novas espécies foram recém descritas (Martins, M.L.L, Comunicação Pessoal).

O segundo remanescente florestal do município é o Parque Ecológico Botânico Geraldo Pinto, na qual a área corresponde a 1.9122 hectares, localizado na EMBRAPA. Esse remanescente é classificado como vegetação secundária, e encontra-se em processo de regeneração de sua biodiversidade. Em última análise, também representa uma Área de Proteção Permanente (APP), com o intuito de proteger uma nascente, além de ser utilizada como parque ecológico para visitas (NEVES, 2014).

Merecem destaque os benefícios e potencialidades pedagógicas do Parque Florestal, a contar pela existência de alguma estrutura ao desenvolvimento da atividade que já está pronta no ambiente, requerendo do profissional de educação o planejamento prévio para o melhor aproveitamento no processo de ensino aprendizagem. Pode-se, por exemplo, ampliar os debates sobre as interações entre o homem, natureza, política, cultura, tecnologia e outros temas, além de favorecer a compreensão do conhecimento científico por meio da vivência prática, não possível de ser desenvolvida no ambiente escolar (PAIXÃO; SAMPAIO, 2018). Ainda assim, constata-se a necessidade de ampliar a disponibilização de infraestrutura (ex: anfiteatro e/ou auditório e sinalização das trilhas interpretativas).

- Sala Verde

Em 2018, a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente iniciou o projeto “Sala Verde Mata de Cazuzinha”, recebendo visitas de escolas e da comunidade em geral, com o desenvolvimento de atividades voltadas à educação ambiental, como palestras sobre a história da Mata da Cazuzinha, as questões ambientais do município e demais assuntos relacionados ao meio ambiente. Posteriormente realizava-se caminhada orientada, o plantio de mudas e a distribuição de sementes aos visitantes no Parque Florestal Mata de Cazuzinha.

- Saneamento Básico

O sistema de abastecimento de água de Cruz das Almas está sob a responsabilidade da EMBASA, que realiza a captação no Rio Paraguaçu a partir de duas Estações de Tratamento de Água (ETA): uma em Muritiba e outra na Zona Fumageira (localizada no município de Cabaceiras do Paraguaçu). Estações Elevatórias de Água no Bairro da Cajá recebem a água desses dois sistemas e bombeiam para a sede municipal e algumas localidades rurais, atendendo total de 22.770 domicílios: 20.654 urbanos e 2.136 rurais. O sistema de esgotamento sanitário atende 7.788 domicílios urbanos, e a EMBASA também é a responsável pela sua manutenção operacional, com dois Sistemas Locais de Esgoto (SLE's) nos bairros da Pumba e da Embira, além da SES de Cruz das Almas (IT-PMCA, 2020). Há intensificação dos debates ligados à obrigatoriedade das ligações de esgoto intradomiciliares.

Ações de educação ambiental também foram realizadas pela Associação de Catadores e Triagem de Materiais Recicláveis de Cruz das Almas (Associação Cata Renda Ambiental). Em 2011, a associação se formalizou e firmou parceria com a Incubadora de Empreendimentos Solidários da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (INCUBA/UFRB). O acompanhamento da INCUBA/UFRB junto a Associação se deu por meio do projeto de extensão denominado “Projeto Cata Renda: Estruturação da Gestão Coletiva de Reciclagem de Resíduos Sólidos em Cruz das Almas”, com o envolvimento de docentes do Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas (CCAAB) e do Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (CETEC), além da formação de uma equipe técnica com os estudantes de Graduação e Pós-Graduação (CUNHA, 2018).

Nesse período a Associação Cata Renda Ambiental desenvolveu três linhas de atuação de educação ambiental no município. A primeira ação foi a coleta seletiva solidária de materiais recicláveis, que abrangia alguns bairros da cidade, estabelecimentos comerciais e instituições públicas e privadas, com a realização de mobilização constante nesses espaços visando o fortalecimento e a participação contínua dos sujeitos. A segunda ação foi o programa de educação ambiental nas escolas, iniciado em 2012, em colaboração com a equipe do Projeto Cata Renda, tendo como finalidade incentivar o desenvolvimento da educação ambiental com enfoque na coleta seletiva de materiais recicláveis junto aos docentes e estudantes das instituições de ensino. Nesse projeto também foram desenvolvidas atividades

ecológicas, palestras e oficinas sobre os assuntos relacionados ao meio ambiente, com destaque para o tema dos resíduos sólidos. Além disso, foram implantados nas escolas postos de entrega voluntária (PEVs) onde a comunidade escolar depositava os resíduos gerados durante a semana, que posteriormente eram recolhidos pela associação. A terceira ação desenvolvida foi o projeto de coleta seletiva de óleos vegetais e gorduras residuais. Em 2012, a Associação Cata Renda Ambiental passou a integrar o Complexo Cooperativo de Reciclagem da Bahia (CCRB), que possibilitou a aquisição de um caminhão baú para a coleta e comercialização dos resíduos. Desse modo, foram implantados PEVs de coleta do óleo no comércio local (bares, restaurantes, padarias) e no campus da UFRB no município. Os estabelecimentos que realizavam a doação do óleo recebiam um selo comprovando a sua parceria e o recipiente para armazenamento até que a associação realizasse a coleta. Esse óleo coletado era tratado e comercializado com a Petrobrás. Ademais, existia um convênio de cooperação entre a Associação e a Prefeitura Municipal de Cruz das Almas, desde 2010, mas o mesmo foi rompido e a justificativa indicada foi a ausência de recurso para o pagamento do aluguel do galpão de triagem dos materiais recicláveis e a manutenção do caminhão da coleta seletiva. Diante da impossibilidade de custear as despesas do funcionamento da Associação, a mesma teve suas ações encerradas no final de 2016 (CUNHA, 2018).

A temática “Resíduos Sólidos” sempre foi muito presente nos debates municipais e há alguma literatura já consolidada com reflexões sobre vários aspectos deste assunto. O “aterro controlado” de Cruz das Almas vivencia permanente flagrante de irregularidade ambiental, mas principalmente em um grande risco à população da cidade e municípios adjacentes, dada a sua localização próxima a riachos e brejos, o que se constitui em fator altamente poluidor dos recursos hídricos; mas também por situar-se a menos de 500 metros de uma área residencial, entre outros (SOUZA; TEIXEIRA, 2012). Estudos documentais apontaram que a cidade teve dois Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, em 2013 e 2016, mas a despeito dessas iniciativas e realidade pouco mudou (SANTOS NETO, 2019).

- Arborização Urbana

Levantamento preliminar da arborização urbana em um bairro da cidade demonstrou o amplo predomínio de espécies exóticas, como ficus e Nim) e mais da metade dos indivíduos identificados encontram-se em condições física e sanitária

ruins (FIGUERÊDO, 2010). Passados 10 anos desde esse levantamento inicial o tema segue muito presente enquanto uma importante demanda no imaginário da população, mas sem ações efetivas.

A trajetória da educação ambiental no município apresenta indicadores associados às relações de práticas desenvolvidas (projetos, propostas, atividades e estratégias) e às legislações, apontando uma correlação entre o campo da ação e o campo legal. Tais ações não se restringiram aos projetos desenvolvidos no ambiente escolar, mas sim, envolveram diferentes instâncias ligadas à gestão pública, privada e não governamental. Contudo a educação ambiental em Cruz das Almas apresentou momentos de lacunas, interrupções e tribulações, mas ainda assim prosseguiram os projetos. Essas interrupções permitiram refletir sobre o período atual, ou seja, a necessidade de uma política pública para fomentar o processo contínuo e permanente de educação ambiental.

- Sindemia COVID19

Neste momento, as atividades de educação ambiental presenciais foram quase que totalmente interrompidas. Vivenciamos uma crise sanitária que afetou milhares de vidas e colocou a todos como reféns do micro-organismo, provocando incertezas e questionamentos quanto ao futuro da humanidade. Essa crise humanitária é o resultado da associação de diferentes crises climática, ambiental, biológica, moral e social que expôs cenários até então estavam na invisibilidade; mas também uma crise socioeconômica, política, cultural, ética, científica, demasiadamente agravados pelas desigualdades estruturais e iniquidades do país, regiões e populações (MATTA, 2021). É nessa conjugação de crises que se apresenta aquilo que chamamos de Sindemia COVID19. Em face a este contexto é importante que se estabeleça um outro modo de pensar e sentir a educação ambiental, na ação de cada espaço de aprendizagem, em cada comunidade, com um movimento de cuidado com a vida. Para isso, é fundamental compreender o novo momento que se apresenta com os impactos gerados pelas pandemias e aqueles oriundos das mudanças climáticas, para ressignificar a maneira de viver e conviver nessa casa comum, que é o planeta Terra, a partir de um processo educativo de adaptação e compartilhamento de novas experiências e saberes, assumindo assim uma educação transformadora que permita a renovação da esperança freireana. Aqui, lembramos de Paulo Freire, que fez uma reflexão do quão importante é o pensar junto: “O sujeito pensante não pode pensar

sozinho; não pode pensar sem a co-participação de outros sujeitos no ato de pensar sobre o objeto. Não há um 'penso', mas um 'pensamos'. É o 'pensamos' que estabelece o 'penso' e não o contrário. Esta co-participação dos sujeitos no ato de pensar se dá na comunicação" (Freire, apud PEA-BA, 2012, p.25).

Diante desse contexto e dos desafios político-educativos interligados, o presente programa de educação ambiental busca uma sociedade sustentável. O documento valoriza pressupostos basilares da democracia, da diversidade cultural e biológica, do compartilhamento de saberes, da justiça, da responsabilidade e dos direitos, que orientam e referenciam as projeções e ambições do programa para ampliar o olhar sobre as questões socioambientais a serem tratadas pela gestão municipal, no âmbito territorial e educacional e nas diversas áreas de influência da educação ambiental de Cruz das Almas.

O presente Programa Municipal de Educação Ambiental também está sustentado pelas legislações e diretrizes nacionais e estaduais, em especial o Programa de Educação Ambiental do Estado da Bahia (PEA-BA). É importante reafirmar que o Projeto de Extensão Comunidade e Meio Ambiente, registrado na UFRB, realizou um movimento de escuta aos moradores do município, direcionando as bases teóricas e a estruturação do programa de educação ambiental. Entende-se que o processo de estruturação política da educação ambiental é construído a partir de movimentos de colaboração entre todos os sujeitos do território, refletindo e dialogando para a transformação de uma sociedade e de um município sustentável.

OBJETIVO DO PROGRAMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Orientar e fortalecer ações, projetos e programas de educação ambiental no contexto do município, valorizando a diversidade e a riqueza socioambiental de Cruz das Almas por meio de um processo participativo, multicêntrico e do cotidiano.

PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE CRUZ DAS ALMAS

Em consonância com a Política Nacional de Educação Ambiental, o Programa Municipal de Educação Ambiental de Cruz das Almas tem como alicerce os princípios e as diretrizes da Política de Educação Ambiental da Bahia, para a elaboração de

ações, projetos e programas de educação ambiental na constituição de uma cidade sustentável. Assim, são propostos enquanto princípios básicos para a Educação Ambiental de Cruz das Almas:

I - a equidade social, envolvendo os diversos grupos sociais, de forma justa, participativa e democrática nos processos educativos;

II - a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;

III - a solidariedade e a cooperação entre os indivíduos, os grupos sociais e as instituições públicas e privadas, na troca de saberes em busca da preservação de todas as formas de vida e do ambiente que integram;

IV - a co-responsabilidade e o compromisso individual e coletivo no desenvolvimento de processos de ensino e aprendizagem voltados à sustentabilidade;

V - os enfoques humanísticos, holísticos, democráticos e participativos;

VI - o respeito e a valorização à diversidade, ao conhecimento tradicional e à identidade cultural;

VII - a reflexão crítica sobre a relação entre indivíduos, sociedade e ambiente;

VIII - a contextualização do meio ambiente considerando as especificidades locais, regionais, territoriais, nacionais e globais e a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;

IX - a sustentabilidade como garantia ao atendimento das necessidades das gerações atuais, sem comprometimento das gerações futuras, valorizadas no processo educativo;

X - a dialógica, como abordagem para a construção do conhecimento, mantendo uma relação horizontal entre educador e educando, com vistas à transformação socioambiental;

XI - o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da multi, inter, transdisciplinaridade e transinstitucionalidade.

São diretrizes orientadoras das ações e dos modos de pensar as políticas, os programas e os projetos de educação ambiental no município:

I - o fomento à inclusão dos princípios de produção e consumo sustentável nos planos, programas e projetos públicos e privados de Educação Ambiental, considerando a realidade local;

II – o estímulo e o fortalecimento da integração das ações de Educação Ambiental com a ciência e com as tecnologias sustentáveis;

III - o fomento à criação e o fortalecimento das redes de Educação Ambiental estimulando a comunicação e a colaboração entre as mesmas, nas dimensões local, regional, nacional e internacional;

IV - o estímulo à criação e à consolidação de núcleos de Educação Ambiental nas instituições públicas e privadas;

V - a promoção da integração com a área da saúde;

VI - o estímulo à pesquisa e a produção de material didático referente às questões ambientais peculiares do bioma e da região local.

O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PROGRAMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O Programa Municipal de Educação Ambiental (ProMEA) foi elaborado a partir de uma perspectiva de valorização de processos participativos, sua proposta de trabalho foi conduzida pelo Laboratório de Estudos em Educação e Meio Ambiente do Recôncavo (LEEMAR/UFRB), junto ao Programa de Pós-Graduação Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social (PPGGPPSS/UFRB) e ao Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente (MDRMA/ FAMAM). Para tanto, a construção do Programa ocorreu de modo articulado ao Projeto de Extensão “Comunidade e Meio Ambiente: saberes e demandas locais”, cadastrado junto a Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT), da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

A elaboração deste Programa foi fundamentado em uma concepção de política pública multicêntrica, na qual os diferentes setores sociais são protagonistas na construção da política, ainda que o Estado seja um importante (e talvez principal) propulsor das ações (SECCHI, 2013). Em vista disso, o Projeto Comunidade e Meio Ambiente de modo a atender três eixos principais: Educação Popular; Educação Formal; e Fortalecimento Interinstitucional, buscou o desenvolvimento de ações formativas e ações de mobilização comunitária para esses três eixos. Desse modo, em 2019 foi iniciado o processo de construção participativa do ProMEA, o primeiro passo relevante foi entre os meses de outubro e dezembro com a apresentação da proposta de elaboração do Programa aos Conselhos Municipais de Meio Ambiente; de Educação; e de Saúde, além das respectivas secretarias municipais e um representante da Câmara Municipal.

O eixo educação popular foi conduzido por meio de fóruns realizados nas comunidades rurais no período de novembro de 2019 à março de 2020. Ao todo foram realizados 7 fóruns, que abarcaram 11 comunidades (Pumba, Sorriso, Boca da Mata, Lagoa Grande, Tapera, Corta Jaca, Umbaubeira, Engenho da Lagoa, Dona Rosa, Tiradentes e São Judas Tadeu), contando com a participação de 130 pessoas. Nos fóruns foram apontados problemas e demandas ambientais, bem como possíveis soluções destinadas à educação ambiental e à gestão ambiental pública, com perspectivas de desenvolvimento local. A pandemia COVID19 impossibilitou a realização de fóruns similares previstos na zona urbana. Por esse motivo, em Agosto de 2020, houve o compartilhamento de um formulário eletrônico para colher aspectos da percepção dos moradores frente aos principais problemas ambientais na zona urbana, no qual obtiveram-se aproximadamente 500 respostas. Buscou-se o compartilhamento com a maior diversidade de atores possíveis dentro do contexto urbano da cidade.

Quanto ao eixo educação formal optou-se pela realização de um processo formativo em educação ambiental junto aos profissionais da educação básica. Para isso, duas reuniões prévias foram realizadas em dezembro de 2019 e janeiro de 2020, com a presença do secretário municipal de educação, da diretora de ensino, da coordenadora do ensino fundamental, da coordenadora do programa despertar e do representante do conselho municipal de educação, em que foi discutido sobre o formato do curso, sua divulgação e os procedimentos técnicos administrativos para a realização. Assim, as inscrições para a capacitação foram iniciadas em março de 2020. Entretanto, devido a suspensão das aulas presenciais em razão da pandemia do coronavírus as inscrições foram suspensas.

Novo esforço foi retomado em maio, com a perspectiva de realização do curso em formato virtual e carga horária de 51h entre junho e agosto de 2020. Os encontros foram realizados à noite, duas vezes por semana, via plataforma para reuniões. O curso teve seus conteúdos organizados em três módulos: Módulo I (Pressupostos da Educação Ambiental); Módulo II (Instrumentação e Práticas Pedagógicas de Educação Ambiental); Módulo III (Políticas Públicas de Educação Ambiental). A formação foi iniciada com 75 profissionais, mas apenas 40 concluíram o processo formativo. Puderam participar professores de todos os níveis e modalidades da educação básica do município, da rede de ensino municipal, estadual, federal e privada que tivessem interesse na temática ambiental. O curso possibilitou o

conhecimento e o reconhecimento das demandas socioambientais locais e envolveu os cursistas nas discussões socioambientais. Além disso, foram mapeadas as ações de educação ambiental formal, incluindo estratégias para a composição deste programa. Essa formação buscou estimular e encorajar a participação ativa dos profissionais da educação em processos de elaboração de políticas públicas, e especificamente o envolvimento na construção do programa municipal de educação ambiental.

Em relação ao eixo Fortalecimento Interinstitucional, não houve avanços. Buscava-se ampliar o debate e avançar com a criação de um grupo gestor multi-institucional ou uma CIMEA. Contudo, a gestão municipal já estava com as atenções voltadas à eleição municipal e tão logo ao combate da pandemia COVID 19. Isso impediu maior capilaridade dentro da estrutura de gestão municipal.

Vale ressaltar que para garantir a interação com os participantes dos fóruns e com os professores durante o período da pandemia utilizou-se plataforma de chat online, em que foi criado dois grupos de comunicação, um grupo com os representantes de cada comunidade e outro grupo com os profissionais da educação, o que possibilitou a continuidade dos diálogos, discussões e trocas de informações pertinentes a construção do programa. Portanto, a elaboração deste Programa é resultante da sistematização dos conteúdos discutidos em fóruns realizados com as comunidades da zona rural da cidade; no processo formativo com educadores da educação básica, em modalidade remota; e demais informações obtidas por meio de estudos documentais, além de formulários eletrônicos e entrevistas com a população, em geral, sediada na zona urbana.

ÁREAS PRIORITÁRIAS E ESTRATÉGIAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

As Áreas Prioritárias do Programa Municipal de Educação Ambiental tem por referência muitas das áreas temáticas previstas na Política Estadual de Educação Ambiental da Bahia (PEEA-BA) e no Programa Estadual de Educação Ambiental da Bahia (PEA-BA). Tratam-se dos possíveis campos interventivos da educação ambiental dentro de diferentes políticas públicas, sendo apontadas orientações e estratégias específicas, considerando os aspectos socioambientais locais.

São Áreas Prioritárias: Educação Ambiental no Ensino Formal; Educação Ambiental Não-Formal; Educação Ambiental para a Recuperação de Nascentes;

Educação Ambiental no Saneamento Ambiental; Educação Ambiental para a Conservação da Biodiversidade; Educação Ambiental no Licenciamento Ambiental; Educomunicação e Gestão Municipal da Educação Ambiental.

Vale lembrar que tais orientações e estratégias são resultantes dos fóruns participativos e do processo formativo com os profissionais da educação, que também foram sistematizadas e agrupadas pela coordenação do projeto. Portanto, nessas áreas prioritárias estão incorporadas as demandas e os sonhos de todos os atores envolvidos no processo de construção do programa municipal de educação ambiental, assim dizendo, todas as pessoas que participaram dos momentos de discussão e reflexão nos encontros nas comunidades e no curso aos profissionais da educação, além dos sujeitos participantes do formulário online de percepção socioambiental. Os esforços empreendidos inspiraram e balizaram as ações de educação ambiental propostas ao município para o equilíbrio, a recomposição ambiental e a melhoria da qualidade de vida da população.

1. EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO FORMAL

A Educação Ambiental no sistema de ensino formal corresponde àquela mediada por um currículo em instituições públicas, privadas e comunitárias no município. A rede básica de ensino abrange a educação infantil, ensino fundamental (anos iniciais e finais), ensino médio e a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA).

As estratégias para atuação em educação ambiental no ensino formal são:

- Promover a inclusão da educação ambiental de modo transversal no Projeto Político-Pedagógico das instituições de ensino e no planejamento curricular da educação básica.
- Desenvolver um processo formativo em Educação Ambiental permanente e contínuo para o corpo docente e profissionais atuantes na área da educação abordando os aspectos teórico-metodológico com inter-relação às problemáticas socioambientais e as especificidades locais.
- Criar a Coordenação de Educação Ambiental no âmbito da Secretaria Municipal de Educação para articular proposições do Programa Municipal de

Educação Ambiental e as orientações do Programa de Educação Ambiental do Sistema Educacional (ProEASE-BA) no município.

- Fortalecer o papel social da escola como espaço educador sustentável, na perspectiva de transformação e melhoria da qualidade ambiental de vida nas comunidades.
- Incentivar a comunidade escolar para a formação das Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida (COM-VIDA) e/ou Redes de Educação Ambiental na escola para realizar ações e projetos permanentes.
- Promover atividades junto às comunidades do entorno da escola com o intuito de mobilizar os estudantes e moradores a conduzir diagnóstico dos reais problemas, incentivando o reconhecimento da identidade individual, coletiva e o desenvolvimento de uma postura cidadã, alinhando conteúdos escolares da educação ambiental às demandas locais.
- Estruturar planos de aula com alta intencionalidade ambiental para o desenvolvimento de uma percepção crítica dos estudantes sobre os processos socioambientais e a relação direta com sua vida cotidiana.
- Realizar eventos em conjunto entre escolas e comunidades, incentivando o conhecimento, a discussão e a participação das tomadas de decisões nas políticas públicas ambientais do município.
- Promover parcerias com Instituições Públicas de Ensino Superior e Pesquisa, Instituições Privadas e a Sociedade Civil de modo a possibilitar a articulação regional da Educação Ambiental, descentralizando projetos e ações, com respeito às diversidades territoriais e socioculturais locais.

2. EDUCAÇÃO AMBIENTAL NÃO FORMAL

A Educação Ambiental não formal é aquela realizada nos espaços não formais de ensino que envolvem a sociedade civil, o setor privado e o poder público. Compreende processos educativos voltados à sensibilização, mobilização, formação, organização e participação individual e coletiva para a conservação do meio ambiente e a promoção da melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. O aprendizado gerado e compartilhado na educação não-formal não é espontâneo porque os processos que o produz têm intencionalidades e propostas (GOHN, 2014).

As ações para a educação ambiental não-formal abarcam diversas possibilidades quanto às temáticas, espaços e grupos de interesse no contexto do município. As estratégias para prática em educação ambiental não-formal são:

- Realizar fóruns, encontros e ações para mobilizar e sensibilizar toda sociedade acerca da educação ambiental e da problemática socioambiental do município.
- Constituir Coletivos de Educação Ambiental com o propósito de ampliar a reflexão sobre a realidade local, a articulação e divulgação das ações, além da participação na gestão pública do município.
- Criar e fomentar redes de formação de educadores ambientais com a participação de instituições de Ensino Superior e Pesquisa, Conselhos Municipais, Secretarias Municipais, Empresas, Associações de moradores, Associações Comunitárias, Escolas e outros segmentos.
- Promover e apoiar através da administração pública municipal a pesquisa interventiva em Educação Ambiental em Cruz das Almas, em parceria com os cursos de graduação e programas de pós-graduação de universidades, Faculdades e Institutos de Pesquisa.
- Produzir materiais educativos que estimulem o reconhecimento da Mata da Cazuzinha, da Mata da Cascalheira, do Parque Ecológico Botânico Geraldo Pinto e demais áreas de fragmento florestal e bens naturais, enquanto patrimônio da comunidade Cruzalmense.
- Promover a incorporação da educação ambiental no âmbito empresarial, bem como o fortalecimento de ações de Responsabilidade Socioambiental Organizacional.
- Criar espaços educadores ambientais composto por uma equipe educativa ambiental, o Projeto Político Pedagógico (PPP) e equipamentos educativos.
- Criar e Fomentar um laboratório de prática educativa ambiental na zona rural e na zona urbana com o propósito de pensar e desenvolver técnicas alternativas para resolução de problemas locais.
- Promover processos formativos para a população sobre produção orgânica, técnicas agroecológicas e políticas públicas de educação ambiental.
- Fortalecer e valorizar a agricultura familiar com incentivo à produção, venda e consumo de alimentos livres de agrotóxicos por meio de cursos, oficinas, informações e orientações técnicas aos agricultores.

- Promover e incentivar programas de reflorestamento nas propriedades rurais para a promoção da produção livre de agrotóxicos da agricultura familiar.
- Estimular a prática de interação, orientação, cooperação e aprendizagem colaborativa para o fortalecimento e a regularização de vínculos comunitários, bem como a promoção de projetos e exposições de economia solidária através dos órgãos governamentais e não-governamentais.
- Incentivar a participação das organizações comunitárias a atuarem de forma representativa dentro de conselhos e outras esferas de discussão na cidade.
- Promover projetos, cursos e práticas de educação ambiental para os jovens do campo visando a sustentabilidade socioambiental das comunidades, a valorização do homem do campo, as atividades que podem ser exercidas no meio rural e o seu retorno financeiro para a mitigação do êxodo rural.
- Fortalecer os Conselhos Municipais de Meio Ambiente, de Educação, e de Saúde para que possam atuar em cooperação para a elaboração, a implementação, o monitoramento e a avaliação das políticas públicas de educação ambiental.
- Criar processos formativos em educação ambiental para servidores municipais que garantam a inserção de processos e conteúdo de educação ambiental, com abordagem crítica e emancipatória.
- Oportunizar processos formativos voltados à mobilização e ao empoderamento de atores sociais com intervenção crítica e transformadora da realidade, para o enfrentamento dos desafios socioambientais e participação qualificada nas tomadas de decisão.

3. EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA A RECUPERAÇÃO DE NASCENTES

A gestão das águas é compreendida pelo desenvolvimento de ações de gerenciamento do recurso hídrico, que possibilitem o acesso universal, o manejo e o tratamento das águas. Tal gestão, tem caráter multidisciplinar que envolve diretamente a gestão ambiental e a sustentabilidade.

As estratégias para a atuação em educação ambiental na gestão das águas são:

- Incluir a educação ambiental nos programas de revitalização e conservação das nascentes, das matas ciliares, do córrego do Machado e do rio Capivari.
- Promover o desenvolvimento de projetos para a conscientização da população quanto ao uso sustentável dos recursos hídricos.
- Oportunizar processos formativos com grupos sociais para a conscientização da gestão democrática das águas do município.
- Criar programas e ações de educação ambiental articulado entre as secretarias municipais diretamente relacionadas à gestão das águas, como a secretaria de agricultura e meio ambiente, saúde, saneamento, serviços públicos e afins.
- Realizar projetos e ações que possibilitem momentos de discussão e reflexão do cidadão em relação à equidade, a justa distribuição das responsabilidades e os benefícios pela utilização dos recursos hídricos.

4. EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO SANEAMENTO AMBIENTAL

O saneamento ambiental compreende um agrupamento de ações voltadas à melhoria da qualidade de vida da população e a preservação do meio ambiente, como o abastecimento de água potável, a coleta e destinação sanitária de resíduos, a coleta e o tratamento de esgotos, a limpeza urbana, a drenagem pluvial e o controle de vetores de doenças transmissíveis, tanto na zona urbana quanto nas comunidades rurais.

São estratégias da educação ambiental para o saneamento ambiental:

- Promover processos formativos permanentes de educadores ambientais no contexto do saneamento ambiental.
- Incentivar a criação de grupos para discutir e refletir sobre a situação socioambiental local, bem como, promover a participação social nas tomadas de decisão quanto à gestão das atividades de saneamento, incluindo o plano municipal de saneamento.
- Desenvolver o plano de educação ambiental para a gestão dos resíduos sólidos em parceria com a universidade e a iniciativa privada, definidos pontos de coleta e capacitação para o tratamento e a logística dos resíduos coletados.
- Criar pátios de compostagem na cidade com encaminhamento dos resíduos orgânicos da feria e da população.

- Promover oficinas com materiais recicláveis aos jovens e adolescentes, além de envolver crianças nos projetos “Fofoca do Bem” (com divulgação de boas práticas dos moradores) e “Carta Anônima” (denunciando práticas incompatíveis com os preceitos ambientais).
- Realizar campanhas de educação ambiental junto à população com informações sobre o saneamento ambiental no município.
- Incentivar à produção de materiais informativo-educativos sobre saneamento com a conceituação, a situação atual no município, a participação social na gestão do saneamento ambiental e outras informações pertinentes à população.
- Estabelecer parcerias com instituições de ensino superior, de pesquisa e da iniciativa privada, para produção de pesquisas e relatórios que contribuam para o desenvolvimento das ações e a difusão de informações sobre a educação ambiental no saneamento ambiental do município.

5. EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

As áreas naturais são de fundamental importância para a vida, pois produzem bens e serviços ambientais sem os quais a humanidade não poderia sobreviver, como a produção de água e a conservação da biodiversidade. As áreas de preservação permanente, os parques, as reservas legais e os fragmentos florestais são áreas naturais que devem ser protegidas e que podem ser utilizadas para atividades de educação ambiental a partir do diálogo e da participação numa perspectiva de aprendizado e o compartilhamento de experiências.

São apresentadas estratégias de educação ambiental para a conservação da biodiversidade:

- Realizar parcerias com instituições de ensino superior e de pesquisa para o desenvolvimento de projetos que envolvam a educação ambiental, a gestão e a conservação dos fragmentos florestais do município.
- Criar o Centro de Educação Ambiental do Parque Florestal Mata de Cazuzinha com estrutura física adequada às atividades formais e não-formais de educação ambiental.
- Realizar campanhas educativas sobre os impactos causados à biodiversidade,

especialmente em relação à caça, a introdução de espécies exóticas (caramujo africano e a planta Nim) e a importância das áreas florestais para o equilíbrio ecológico, em termos de responsabilidade pela sua preservação e conservação.

- Incentivar a pesquisa ambiental nas áreas dos fragmentos florestais municipais.
- Oportunizar programas e ações de educação ambiental para a sensibilização contra as queimadas, a criação e o fomento das brigadas de incêndio e a implantação de hidrantes de águas no entorno de fragmentos florestais.
- Realizar processos formativos em educação ambiental sobre o potencial econômico da mata atlântica para defender ações de reflorestamento, a reserva legal, e os sistemas agroflorestais em propriedades rurais e afins.

6. EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Dentro do processo de licenciamento a educação ambiental deve representar muito mais que uma medida condicionante do impacto causado pela instalação do empreendimento na comunidade. Para que seja uma medida educacional realmente efetiva, em que os moradores sejam integrantes da construção de proposições que contribuam para a melhoria da comunidade e potencialização das ações locais, o programa municipal de educação ambiental busca o alcance dos objetivos propostos para a minimização dos impactos negativos do empreendimento.

Com essa perspectiva são apresentadas algumas estratégias para a educação ambiental no licenciamento:

- Estabelecer como requisito para o licenciamento a elaboração ou apoio a projeto de educação ambiental na localidade em que será implantado o empreendimento, estando de acordo com o programa municipal de educação ambiental.
- Elaborar o projeto de educação ambiental juntamente com os grupos sociais atingidos, direta e indiretamente pela atividade do empreendimento, considerando-se as particularidades, potencialidades e os conflitos produzidos pela ação do empreendimento.

- Estruturar metodologias com a perspectiva dialógica, crítica e participativa para o desenvolvimento do projeto de educação ambiental, promovendo cursos, palestras e oficinas com temáticas socioambientais pertinentes para a comunidade e ao objeto da licença ambiental.
- Apoiar os projetos de educação ambiental existentes, por meio de parcerias com grupos, redes, coletivos educadores, COM-VIDAS, instituições e agendas 21 nas comunidades afetadas por empreendimentos.
- Realizar processos formativos contínuos de educação ambiental dentro do licenciamento ambiental para os profissionais da secretaria municipal de meio ambiente e agricultura e dos participantes do conselho municipal de meio ambiente.
- Incentivar a formação de grupos sociais nas comunidades impactadas pelos empreendimentos para dialogar sobre o seu processo de implantação, os conflitos e as demandas socioambientais locais.
- Promover ação informativa com a população por meio de uma linguagem clara e objetiva sobre o potencial poluidor/degradador do empreendimento, os impactos socioambientais e o projeto de educação ambiental para a comunidade.
- Criar ferramentas de avaliação e monitoramento das atividades do projeto de educação ambiental e dos seus resultados para serem analisados pelo conselho.
- Realizar campanhas educativas sobre os impactos causados ao meio ambiente com a atividade comercial de paisagismo e jardinagem com plantas exóticas, a extração de areia, as construções e afins.

7. EDUCOMUNICAÇÃO

A educomunicação corresponde a dimensão pedagógica dos processos comunicativos ambientais, com a utilização de práticas comprometidas com a ética da sustentabilidade através da construção participativa, do dialogismo, da democratização dos meios interativos de produção e da disseminação de conhecimento para o desenvolvimento da cidadania.

São apresentadas as seguintes estratégias para a educomunicação:

- Estabelecer um plano de educomunicação do município que priorize o uso do rádio, vídeos, redes sociais e afins para comunicar e sensibilizar a população sobre os diversos assuntos sociais e ambientais do município.
- Estimular a produção artística e literária, tais como: audiovisual, música, poema, cordel, rap, livro, teatro, grafite e produções afins como ferramenta de difusão do conhecimento acerca da temática socioambiental para a população.
- Fomentar a produção de materiais instrucionais complementares que podem ser desenvolvidos adotando a estratégia de dissonância cognitiva, tão abordada no campo da psicologia social.
- Apoiar projetos, ações e produções interativas de educomunicação desenvolvidos no território.
- Realizar processo formativo contínuo para educadores no formato de ensino presencial e/ou a distância.
- Estabelecer parcerias com Universidades, faculdades, instituições governamentais e não governamentais para a promoção da educomunicação no município.
- Criar um banco de dados, periodicamente atualizado, com informações sobre a educação ambiental, as atividades educacionais e as condições socioambientais do município.
- Promover a revitalização da Sala Verde para também desempenhar atividades virtuais, utilizando a funcionalidade das redes on-line para a educação ambiental.

8. GESTÃO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O poder público municipal possui fundamental importância no processo de implantação e execução das políticas públicas de educação ambiental, já que é no município, mais especificamente nas comunidades que a população cruzalense é encontrada. A inclusão da gestão municipal na educação ambiental se dá a partir da compreensão do potencial transformador que a EA dispõe, sendo necessária a articulação com órgãos públicos, privados e não governamentais para o fortalecimento das políticas de educação ambiental focada na descentralização das ações e com a garantia de financiamento.

São estratégias para a inclusão da gestão ambiental na educação ambiental:

- Criar a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental para coordenar as políticas públicas municipais de educação ambiental e demais ações educativas previstas no programa. Outra possibilidade é a criação de uma Câmara Técnica dentro do Conselho Municipal de Meio Ambiente.
- Promover o planejamento anual das ações de educação ambiental, com base na gestão integrada com as secretarias municipais, o Conselho Municipal de Meio Ambiente, o Conselho Municipal de Educação, o Conselho Municipal de Saúde e demais instituições representadas na Comissão Interinstitucional Municipal de Educação Ambiental (CIMEA).
- Fomentar a elaboração e implementação do plano de educação ambiental, agenda 21 e projetos afins de acordo com o Programa Municipal de Educação Ambiental.
- Realizar processo formativo contínuo em educação ambiental com os gestores municipais e servidores públicos para a sensibilização sobre a importância da elaboração de políticas públicas e da inclusão da educação ambiental na Lei Orçamentária Anual (LOA).
- Proporcionar a difusão da legislação ambiental do município por intermédio de programas, projetos e campanhas de esclarecimentos.
- Incluir na elaboração do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA), recursos destinados à viabilização do Programa Municipal de Educação Ambiental, bem como os planos, projetos, programas e ações das políticas públicas dessa área.
- Propor cooperação técnica entre as instituições públicas e as empresas privadas, as organizações não governamentais, coletivos e redes, para a realização de programas e projetos de Educação Ambiental a serem desenvolvidos pela CIMEA.
- Apoiar projetos, conferências e ações de educação ambiental em articulação com organizações governamentais, não governamentais e instituições do Ensino Superior e Pesquisa no município.
- Fortalecer os conselhos municipais para o exercício da gestão ambiental participativa abrangendo todos os grupos e segmentos sociais.
- Incentivar a participação ativa da população em organizações de representações sociais, tais como: associações de bairros; associações

comunitárias e afins para atuar no controle social como parte do processo de formação cidadã.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conhecimento construído nessa trajetória é fruto de um processo de integração entre a teoria e a prática, a pesquisa e a extensão, a mobilização social e a necessidade de gestão. Nesse percurso muitas foram as modificações nos modos de ser e de fazer para criação desse documento que se propõe balizador da educação ambiental municipal. Contudo, afirma-se de forma enfática que o documento foi construído de modo mais participativo possível dentro de um contexto pandêmico, buscando o enfrentamento das questões socioambientais e a institucionalização das políticas públicas de EA do município. A concepção de política multicêntrica foi o alicerce central das ações para o alcance do propósito elencado, com o encorajamento dos atores sociais a vivenciarem como autores os processos de construção das políticas públicas, favorecendo assim, o acultramento de uma postura cidadã e o reconhecimento do seu território. O processo de divulgação dos fóruns, as atas, registros fotográficos e listas de participantes comprovam esse esforço que sempre buscou a via participativa.

A partir dos estudos, diálogos, reflexões e das informações obtidas ao longo do processo configurou-se um diagnóstico situacional do município, relacionando às questões sociais, ambientais e da EA; um desenho metodológico da estruturação do curso aos professores; os princípios teóricos pertinentes à EA; e ações estratégicas ao desenvolvimento integral da educação ambiental em Cruz das Almas.

A presente experiência representa um importante passo dado em um longo caminho a ser percorrido. Esse caminho se revelou desafiador, mas demonstrou que utopias talvez possam ser alcançadas por meio da valorização do sujeito e da coletividade com o desenvolvimento das competências humanas, da criação da identidade e do sentimento de pertencimento, gerando um movimento de participação da sociedade civil, articulado e integrado para a estruturação de possibilidades da educação ambiental no município. Assim, considera-se que essa experiência se tornou relevante por instrumentalizar a todos que contribuíram para a construção deste programa, a partir de uma perspectiva crítica para atuarem em defesa da EA e principalmente na criação e efetivação das políticas municipais de educação

ambiental. Espera-se que a presente proposta do programa também beneficie aqueles que futuramente desenvolverão ações de EA no território cruzalmeno; talvez como possível guia orientador no cumprimento do objetivo, dos princípios, das diretrizes e das estratégias da EA articuladas ao PEA-BA.

Embora o programa tenha sido elaborado a partir de um processo participativo e buscando a concepção multicêntrica, o seu desenvolvimento apresentou lacunas. A dimensão institucional pouco ou nada avançou, ou seja, a gestão municipal não se envolveu inteiramente, talvez porque sua atenção no momento de construção desse programa já estivesse direcionada às medidas de prevenção e combate ao COVID-19, além da própria disputa eleitoral. Assim, importantes aspectos não foram discutidos com a equipe gestora do município, tais como: jurídicos, orçamentários, órgão gestor da EA, e as formas de monitoramento e avaliação do programa. Também se reconhece a necessidade de maior capilaridade das ações junto a outros servidores públicos e outros grupos sociais organizados na comunidade (comunidades religiosas, esportistas, comercial...). Portanto, a presente versão deste documento não apresenta um capítulo específico sobre o monitoramento e avaliação, embora traga no corpo do texto elementos à sua efetivação.

É notória a relevância dos processos de monitoramento e avaliação das políticas públicas de educação ambiental como um instrumento de controle social para além dos governos e das legislações, permitindo acompanhar o enfrentamento das questões socioambientais de modo compartilhado e dialogado entre os diversos atores na transição para sociedades sustentáveis. Conforme diz Garcia (2015, p.260) “Quem não monitora os problemas que deve resolver e o resultado das ações com as quais pretende enfrentá-los não sabe o que acontece por conta do seu agir nem que mudanças provocou com a sua ação”. Nesse sentido, os indicadores da plataforma monitora EA são ferramentas que podem contribuir ao gerenciamento das políticas públicas do município, pois oferecem subsídios para a busca de soluções e estratégias de transformação ambiental, também facilita a identificação de lacunas e sobreposições de políticas, conexões e sinergias entre a diversidade de atores. Além da possibilidade de gerar análises espaciais e multiescalares das políticas públicas de educação ambiental (VIEIRA, CAMPOS E MORAIS, 2016).

Ressalta-se, que os obstáculos enfrentados para o seguimento dos estudos exigiu a busca por alternativas que permitissem a conclusão deste trabalho. O Programa Municipal de Educação Ambiental enquanto referencial teórico e

metodológico deve ser aprimorado, revisitado e adequado de acordo com as demandas, expectativas e os cenários atualizados, tendo em consideração os princípios e valores de uma educação ambiental transformadora e libertária para a justiça social, o equilíbrio ambiental e equidade econômica. Transformações que não findam com a elaboração do programa, mas sim, continuarão na construção das políticas de EA apontando para os possíveis e necessários começos e retomadas para a efetivação deste programa, além da materialização e execução da lei e do plano municipal de educação ambiental em Cruz das Almas-BA.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, S. S. **A feira livre enquanto centralidade: o caso de Cruz das Almas-BA.** Monografia (Licenciatura em Geografia), Faculdade Maria Milza, Cruz das Almas, 2007.

ALEXANDRINO, R.V.; CAIAFA, A.N. 2018. Avaliação e caracterização de áreas de preservação permanente no Campus da UFRB, Cruz das Almas, Bahia. **Magistra**, V. 29, N.2 p.215-224.

BAHIA. Secretaria do Meio Ambiente. **Programa de Educação Ambiental do Estado da Bahia.** Secretaria do Meio Ambiente. Salvador: EGBA, 2012. 168 p.

BAHIA. Lei nº12.056 de 07 de janeiro de 2011. **Política de Educação Ambiental do Estado da Bahia**, e dá outras providências. Salvador: SEMA, 2012.

BAHIA. **Programa de Educação Ambiental do Sistema Educacional da Bahia - ProEASE.** 2 ed. Salvador: SEC, 2015.

BARRETO, N. S. E.; MOURA, F. C. M.; TEIXEIRA, J. A.; ASSIS, D. A.; MIRANDA, P. C. 2012. Avaliação das condições higiênico-sanitárias do pescado comercializado no município de Cruz das Almas, Bahia. **Revista Caatinga**, v.25, n.3, p. 86-95.

BOMFIM, S. A; SOUZA, G. S. **A práxis pedagógica de educação ambiental pelos professores que lecionam a disciplina de biologia da rede estadual em Cruz das Almas-Bahia.** 1. ed. Ponta Grossa-PR: Atena editora, 2018. v. 1. 66p.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. **Política Nacional do Meio Ambiente**, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

BRASIL. **Programa Nacional de Educação Ambiental - PRONEA/Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental; Ministério da Educação. Coordenação Geral de Educação Ambiental.** 3 ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005. 102 p.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. **Política Nacional de Educação Ambiental no Brasil.** Diário Oficial da União. Brasília, n. 79, 28/04/1999.

CARDOSO, L. J. P. **Feiras de bairro como campo de trabalho e renda para agricultores familiares em Cruz das Almas.** Monografia (Tecnologia em Gestão de Cooperativas) - Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cruz das Almas, 2019.

CRUZ, C. D.; NEVES, A. J.; SAMPAIO, C. B. V.; POELKING, E. L. Nascentes hídricas do município de Cruz das Almas enfoque na zona rural. In: **Congresso Baiano de**

Engenharia Sanitária e Ambiental, 4, 2016, Cruz das Almas. Anais... Cruz das Almas: UFRB, 2016.

CUNHA, F. C. da. Educação Ambiental: uma descrição das ações realizadas no município de Cruz das Almas (BA). **Revbea**, São Paulo. V.13, N 13. 2018.

FERNANDES, A.L.B.; JERÔNIMO, C.E.M. Análise da implementação da política municipal de educação ambiental no município de Natal/RN. **Revista Monografias Ambientais**, v. 11, n11, p. 2410 – 2425, jan-abr 2013.

FIGUERÊDO, T.E. **Levantamento florístico e análise quali-quantitativa da arborização urbana do bairro Inocoop localizado em Cruz das Almas-Bahia**. Monografia (Engenharia Florestal) – Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. 52p, 2010.

GARCIA, R. C. Subsídios para organizar avaliações da ação governamental. *In*: CARDOSO JR, J. C.; CUNHA, A. S. **Planejamento e avaliação de políticas públicas**. Brasília: Ipea, 2015.

GOHN, M. G. M. Educação Não Formal, aprendizagens e saberes em processos participativos. **Investigar em Educação**, II^a Série, v. 1, p. 35-50, 2014.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em:< <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/cruz-das-almas/panorama>> Acesso em: Agosto de 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo Escolar**, 2020. Brasília: MEC, 2021.

LAYRARGUES, P.P. **Identidades da Educação Ambiental Brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. 2004.

MAMÉDIO, D.; PUGAS, A. S.; DELGADO-MENDEZ, J. M. 2019. Estudo da percepção ambiental como ferramenta de sensibilização à redução da caça de animais silvestres na Reserva Florestal Mata de Cazuzinha, Cruz das Almas-BA. **Ciência e Natureza**, v.41 e 39 p.1-08. Disponível em: < <https://periodicos.ufsm.br/cienciaenatura/article/view/36323/html> >. Acesso em: Setembro de 2021.

COSTA, M. C. **A elaboração participativa de um programa de formação continuada em educação ambiental para professores(as) de Cruz das Almas-BA**. Dissertação (Programa de Mestrado Profissional em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) - Faculdade Maria Milza, Governador Mangabeira, 2021.

MATTA, G. C.; SOUTO, E. P.; REGO, S.; SEGATA, J. A Covid-19 no Brasil e as Várias Faces da Pandemia. *In*: **MATTA, G. C (Org.). Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia**. Cap.1. P. 15-24. [online]. Editora FIOCRUZ. Observatório Covid 19. Rio de Janeiro, 2021, 221p. ISBN: 978-65-5708-032-0. Disponível em < <https://doi.org/10.7476/9786557080320>> Acesso em: Agosto de 2021.

NEVES, A. J. **Mapeamento e análise do estágio de conservação dos remanescentes de mata atlântica no município de Cruz das Almas, Bahia.** Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social) - Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cruz das Almas, 2014.

OLIVEIRA, D. B.; RODRIGUES, D. S.; SOUZA, J. S.; LORDELO, L. M. K. Uso racional da água nas escolas municipais de Cruz das Almas a partir da inserção de cisternas. **Revista extensão**, v. 16, p. 323-334, 2019.

PAIXÃO, C. M.; SAMPAIO, T. V. M. P. Mata de Cazuzinha: o ambiente não formal como espaço de construção de conhecimento e de educação ambiental. In: RAMOS, Paulo Roberto; DAHMER, Nair (Org). **Anais do 4º Congresso Brasileiro de Educação Ambiental e 7º Workshop de Educação Ambiental Interdisciplinar.** Juazeiro – BA: Editora Franciscana, 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ DAS ALMAS. **Lei Orgânica do Município de Cruz das Almas- BAHIA**, 05 de abril de 1990. 2ª edição atualizada em 12 de novembro de 2002.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ DAS ALMAS. Lei nº 678, de 24 de setembro de 1998. **Conselho Municipal de Meio Ambiente de Cruz das Almas.** Alterado pela Lei nº 944, de 20 de agosto de 2004.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ DAS ALMAS. Lei Complementar nº 005, de 19 de dezembro de 2001. **Código do Meio Ambiente de Cruz das Almas.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ DAS ALMAS. **Inventário Turístico de Cruz das Almas (IT-PMCA)**, 2020.

Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012 - Estabelece as **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.**

REIS, V. R.; SOUZA, G. S.; DIAS, V. B. Educação ambiental no ensino formal: Atuação do professor nas escolas municipais de Cruz das Almas- BA. **Pesquisa em Educação Ambiental (Online)**, v. 11, p. 52-65, 2016.

RIBEIRO, G.; LOPES, E.R.N.; MAGALHÃES, J.C.; ANDRADE, M.A.S. Prevalência de sobrepeso e obesidade em crianças da rede pública de ensino da cidade de Cruz das Almas, Bahia. **Revista Baiana de Saúde Pública.** v.37, n.1, p.9-19. 2012.

SANNTANA, J. S.; TEIXEIRA, M.B.; SANTA BÁRBARA, M. F.; MAUTH JÚNIOR, A.; FAGNELLO, C. R. F. Desafios dos serviços de assistência técnica e extensão rural visando o desenvolvimento sustentável de comunidades rurais do município de Cruz das Almas – BA. **Campo Jurídico**, v.1, n.2, p.15-34. 2013.

SENAR, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. **Despertar um Referencial em Construção.** Manual do Professor. SENAR - Administração Regional do Estado da Bahia: Salvador, 2016. 80 p.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SILVA, D.O. 2018. **A feira livre de Cruz das Almas-BA: dinâmica espacial, planejamento e gestão municipal**. Cruz das Almas/BA: UFRB, 136p. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufrb.edu.br/handle/prefix/966>>. Acesso em Dezembro de 2021.

SANTOS, L.B. **Ações ao aprimoramento das estratégias de prevenção e controle à dengue, chikungunya e zika no município de Cruz das Almas – BA. 2018**. Dissertação (Mestrado Profissional Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social) - Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cruz das Almas, 2018.

SANTOS NETO, J. T. 2019. **Desafios do manejo dos resíduos sólidos no município de Cruz das Almas – Bahia**. Dissertação (Mestrado Profissional Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social) - Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cruz das Almas, 2019.

SOARES e BARROS, L. S.; CRUZ, C. R.; SILVA, V. C. 2015. Qualidade das águas de nascentes na bacia hidrográfica do rio Paraguaçu, Cruz das Almas, Bahia. **Revista Brasileira de Recursos Hídricos**. vol. 20, nº3, p. 668 – 676. 2015.

SOUSA, C. B. C.; BRAULIO, C. S.; CAVALCANTI, E. S.; CARMO, J. B. 2018. Transição agroecológica na agricultura familiar: um relato de experiência na fazenda Araçá no Município de Cruz das Almas- BA. **Cadernos de Agroecologia**. Vol. 13, Nº 1. 2018.

SOUZA, G. S.; MACHADO, P. B.; SANTOS, A. S.; REIS, V. R. 2013. Educação ambiental como ferramenta para o manejo de resíduos sólidos no cotidiano escolar. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (Online)**, v. 8, p. 107-119, 2013.

SOUZA, S. S.; TEIXEIRA, G. F. 2012. Aterro Sanitário: Um problema de Cruz das Almas. **Revista NAU Social**. V.3, Nº 4, p. 29-37. 2012.

TASSARA, E. T. O.; ARDANS O. Mapeamentos e diagnósticos. *In*: FERRARO, L.A. (Org.). **Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores** – volume 2. Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental 2007.

Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. Rio de Janeiro: Rio 92, 1992. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/tratado.pdf>>. Acesso em: 20 de setembro. 2020.

VIEIRA, S. R.; CAMPOS, M. A. T.; MORAIS, J. L. Proposta de matriz de indicadores de educação ambiental para avaliação da sustentabilidade socioambiental na escola. **Revista Eletrônica Mestrado em Educação Ambiental**. Programa de Pós graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande, v. 33, n.2, p. 106-123, maio-agosto, 2016.

SANNTANA, J. S.; TEIXEIRA, M. B.; SANTA BÁRBARA, M. F.; MAUTH JÚNIOR, A.; FAGNELLO, C. R. F. 2013. Desafios dos serviços de assistência técnica e extensão rural visando o desenvolvimento sustentável de comunidades rurais do município de Cruz das Almas – BA. **Campo Jurídico**, v.1, nº 2, p.15-34. 2013.